Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISNN 0870-1865
8 de Outubro de 1992
Preço: 120$00
(IVA incluído)
N.º 981
Director:
Carlos Brito

ELEIÇÕES AÇORES

ELEIÇÕES MADEIRA

Grande dinamismo da campanha CDU

PCP-PEV

Págs. 5 e 15

ANGOLA

Vitória do MPLA

UNITA isolada ameaça com a guerra

Págs. 12 e 13

Democracia e Socialismo o Futuro de Portugal

TESES

XIV congresso

PCP

DOCUMENTO PROPOSTO PELO COMITÉ CENTRAL PARA DEBATE EM TODAS AS ORGANIZAÇÕES

O próximo número do «Avante!» incluirá em separata o projecto de Teses para o XIV Congresso que o Comité Central aprovará na sua reunião de hoje e amanhã.

Alqueva e Alquevinha ou a distância entre regar e não

– *artigo de Lino de Carvalho*

Págs. 16 e 17

Mais difícil a defesa da cidadela cubana

– *artigo de Miguel Urbano Rodrigues*

Págs. 18 e 19

EDITORIAL

O PCP explicou em todo o país porque diz «Não a Maastricht»

RESUMO

30
Quarta-feira

CDU, PSD e PS suspendem a campanha eleitoral nos Açores e estão presentes no funeral do jovem baleado na sequência de incidentes registados durante um comício socialista na noite de sábado ■ A Assembleia Magna da Universidade de Coimbra decide lutar «até às últimas consequências» contra o aumento das propinas ■ A tensão sobe em Angola com declarações de responsáveis da UNITA descontentes com o andamento dos resultados das eleições enquanto prossegue a ritmo lento a contagem dos votos que vão dando a amioria absoluta a José Eduardo dos Santos e ao MPLA e registam uma afluência às urnas na ordem dos 90 por cento.

1
Quinta-feira

O Governo aprova o decreto que estabelece que quatro feriados nacionais (25 de Abril, 5 de Outubro, 1 de Novembro e 1 de Dezembro) só podem ser co-memorados à segunda ou à sexta-feira ■ Vai para o ar a primeira emissão, ainda experimental, do novo canal de televisão: «SIC» ■ Um director do banco central alemão afirma publicamente que é preferível investir em marcos do que em *ecu* dadas as «perspectivas sombrias» da moeda europeia ■ O parlamento de Praga adopta uma resolução preconizando a criação de uma «federação checo-eslovaca» que substitua a actual o que contraria resoluções anteriores que defendiam a criação de dois estados independentes. A proposta é de imediato recusada pelo primeiro-ministrio checo ■ Ross Perot anuncia que vai tornar a ser candidato à presidência dos Estados Unidos contra o republicano e actual presidente George Bush e o democrata Bill Clinton.

2
Sexta-feira

A campanha eleitoral nos Açores e Madeira prossegue com divulgação local e pública de pretensas e desconhecidas sondagens favoráveis ao PSD enquanto se registam visitas de figuras políticas nacionais aos arquipélagos ■ A contagem dos votos em Angola regista, ao fim de 3360 assembleias para um total de 5800, 53 por cento de votos em Eduardo dos Santos e 26 em Jonas Savimbi enquanto o MPLA alcança neste momento 56 por cento de votos ■ Os brasileiros festejam na rua a deposição do presidente Collor de Mello decidida pelo parlamento enquanto Itamar Franco se torna no 37°. presidente do Brasil.

3
Sábado

Segundo o Diário de Notícias, o Serviço de Informações de Segurança está a vigiar a campanha eleitoral nos Açores e na Madeira com dois alvos preferenciais: «os discursos proferidos pelos dirigentes da oposição e os eventuais movimentos sociais de contestação» ■ As clínicas de hemodiálise correm o risco de fechar já que esperam há quatro ou cinco meses o pagamento de dívidas do Ministério da Saúde ■ Desfila na EXPO 92 em Sevilha uma reprodução da embaixada de D. Manuel ao Papa Leão X em 1514 ■ Jonas Savimbi agrava o clima de tensão em Angola ao proferir um discurso em que põe em causa a legalidade do processo eleitoral. Todos os observadores internacionais desmentem as acusações do líder da UNITA enquanto a Comissão Nacional de Eleições pede a apresentação de provas ■ Os EUA decidem reduzir a ajuda militar à Indonésia.

4
Domingo

Termina a Acção Nacional de Esclarecimento promovida pelo PCP tendo como ordem central o «Não a Maastricht» ■ Os Estados Unidos decidem eliminar a concessão de ajuda militar a Portugal ■ Em Roma Renamo e Frelimo, depois de vários adiamentos provocados pelo primeiro daqueles movimentos, assinam um acordo de paz que prevê a realização de eleições durante o próximo ano ■ São divulgados os resultados definitivos da primeira vokta das eleições romenas: Iliescu da Frente de Salvação Nacional soma 47,34 por cento dos votos e terá de disputar uma segunda volta com o candidato da Convenção democrática da Roménia, Emil Constantinescu, que somou 31,24 por cento.

5
Segunda-feira

Um grande debate nacional, não exclusivo dos políticos, sobre a natureza da União Europeia foi reclamado pelo presidente Soares no seu discurso comemorativo da implantação da República ■ A turbulência que se regista no Sistema Monetário Europeu provoca o pânico nas bolsas internacionais com os investidores a manifestarem-se preocupados com a economia mundial ■ O Tribunal Constitucional da Rússia obriga Mikhail Gorbatchev a pagar uma multa de cem rublos por até agora se ter recusado a testemunhar no processo sobre a legalidade do Partido Comunista e executam o mecanismo legal que irá proibir o ex-Chefe de Estado da União Soviética de sair do país.

6
Terça-feira

A Sociedade Independente de Comunicação (SIC) inicia as suas emissões regulares de televisão ■ O Provedor de Justiça afirma, após uma audiência em Belém, que tem sentido «demoras» nos pedidos que faz à Administração Pública ■ Milhares de peixes morrem no rio Lis, em consequência da abertura de um açude, facto que acontece pela quarta vez este ano naquele curso de água ■ Os técnicos do Instituto de Medicina Legal iniciam uma paralisação, cumprida a cem por cento, como forma de luta pela obtenção de um subsídio de risco ■ O Presidente interino do Brasil, Itamar Franco, promete lutar contra a miséria e responder às reivindicações populares ■ Oposição koweitiana vence por larga margem as eleições parlamentares, de acordo com resultados divulgados pelo Ministério do Interior.

Muita atenção a Maastricht

O Presidente da República dedicou o discurso comemorativo do 5 de Outubro à temática do Tratado de Maastricht.

Discordamos naturalmente da interpretação que apresentou sobre as implicações e consequências do Tratado para o nosso país, especialmente quando afirmou que «representa, globalmente, uma conquista e não uma perda de soberania».

Recordando que o PCP desenvolveu uma intensa acção de esclarecimento pelo «Não a Maastricht», nos dias 1, 2, 3 e 4 de Outubro, não podemos deixar de salientar a oportunidade da opção feita por Mário Soares ao chamar à primeira linha da actualidade o tema da União Europeia e sobretudo por ter defendido a necessidade de «um grande debate nacional que não pode confinar-se tão-só à chamada classe política».

A situação internacional e nacional está a ser marcada por importantes acontecimentos que interessam e mobilizam as atenções da opinião pública no nosso país.

Basta lembrar, entre outros, no plano internacional: a vitória de José Eduardo dos Santos e do MPLA nas eleições de Angola e as perigosas provocações e conspirações da UNITA para não acatar a vontade do povo angolano; o cessar fogo em Moçambique dificilmente conseguido e de destino ainda incerto; a suspensão do corrupto Collor de Mello da Presidência do Brasil pela força de um impressionante movimento de vontade do povo brasileiro; a crise que continua a abalar o sistema financeiro dos países capitalistas mais desenvolvidos.

No plano nacional, as atenções concentram-se nas acções de resistência à lei antigreve, à lei dos disponíveis, à contenção salarial, aos cortes orçamentais nas principais funções sociais, ao aumento das propinas do ensino superior, ao avanço das privatizações, à transferência de novas competências para as autarquias sem os adequados meios financeiros e contemplam também as eleições regionais nos Açores e Madeira, os protestos contra o branqueamento da ditadura fascista que continua a ser feito em programas da RTP e o início da emissão da primeira televisão privada.

Trata-se sem dúvida de linhas de acompanhamento e de processos de luta que requerem a maior atenção e a que o PCP confere a maior importância. Mas é preciso não esquecer que, entretanto, prossegue na Assembleia da República, quase em surdina, a revisão da Constituição (para a adaptar ao texto de Maastricht) que faz parte do processo de ratificação do tratado da União Europeia.

Sem referendo, nem debate nacional, numa conspiração de silêncio em que o PSD e o PS deram as mãos, Portugal avança de vento em popa para a ratificação do Tratado de Maastricht e enleia-se cada vez mais na teia das suas pesadas consequências.

Também sem qualquer satisfação ao País e, neste caso, sequer à Assembleia da República, Cavaco Silva e o seu Governo preparam-se para assumir compromissos, em nome de Portugal, em relação ao futuro do Tratado.

É, por tudo isto, que o PCP, sem subestimar outros grandes processos em curso, insiste em que é necessário dar muita atenção a Maastricht.

Com a sua campanha de esclarecimento dos primeiros dias de Outubro, o PCP teve como preocupação principal corresponder a esta necessidade e aprofundar o esclarecimento que tem vindo a prestar às populações.

Através da distribuição, mão a mão, de dezenas e dezenas de milhar do folheto «Cresce a força do NÃO» e outras iniciativas complementares de esclarecimento, os comunistas informam sobre o que o Tratado representa em termos de limitação e atentados à soberania e independência nacional e dos seus pesados custos sociais, evidenciam a subalternização em que os países mais pequenos ficam colocados em relação aos maiores e mais ricos, respondem aos falsos argumentos em que persistem o PSD e o PS ao abrigo do domínio que detêm sobre a Comunicação Social.

A fuga ao debate nacional por parte do PSD e do PS e a forma arrogante e ríspida com que recusam dar a palavra ao povo assume um carácter crescentemente despótico, que não abona dos méritos do Tratado de Maastricht, mas chama, em vez disso, a atenção para as inquietantes consequências que reveste em relação aos interesses do nosso povo e do nosso país.

No seu trabalho de esclarecimento, o PCP mostra que são falsos os argumentos que tentam fazer crer que Maastricht é via da Paz e do Progresso, quando aponta precisamente no sentido inverso, e que o «NÃO a Maastricht» representaria o fim dos fundos comunitários ou o fim da cooperação europeia, quando o reforço dos fundos a partir de 1993 está previsto desde 1988 e quando é precisamente Maastricht que está a pôr em crise a cooperação europeia.

O acolhimento extremamente positivo que o trabalho de esclarecimento do PCP encontrou nas populações confirma uma grande sede de informação e indica também um crescimento das reservas e da oposição ao Tratado.

Também neste sentido há que salientar a chamada de atenção do Presidente da República para «as dúvidas, as críticas, as dificuldades e os legítimos receios que o aprofundamento do processo de integração europeia hoje suscita em alguns sectores da sociedade portuguesa.»

Estas dúvidas, críticas e receios estão a manifestar-se no próprio campo de apoio do Governo. É assim que uma destacada figura do PSD, o antigo ministro das Finanças, João Salgueiro, afirmou há dias: «No acto da assinatura do Tratado deveria ter havido maior ponderação». Adiantando «que a maior parte dos governantes, quanto mais declarações têm feito, mais interrogações suscitam.»

Tudo isto dá redobradas razões ao PCP para insistir nas duas exigências fundamentais que tem vindo a fazer: um grande debate nacional sobre Maastricht, um referendo para que o povo português decida antes de qualquer revisão da Constituição a posição de Portugal em relação ao Tratado de Maastricht.

Em face da pressão que sobe no País, não há nada que legitime a recusa por parte do PSD e do PS de uma discussão séria e profunda sobre o referendo, prévia à revisão constitucional, nem a tentativa destes dois partidos para limitarem o debate, além do processo parlamentar, a uns colóquios com especialistas na Assembleia da República.

A fuga ao debate nacional por parte do PSD e do PS e a forma arrogante e ríspida com que recusam dar a palavra ao povo assume um carácter crescentemente despótico, que não abona dos méritos do Tratado de Maastricht, mas chama, em vez disso, a atenção para as inquietantes consequências que reveste em relação aos interesses do nosso povo e do nosso país.

O temor do debate que os partidos apoiantes do Tratado põem em evidência só pode encorajar que ele seja intensificado pelos que fazem a campanha pelo NÃO.

Urge, por isso, lançar novas iniciativas de informação e esclarecimento, sempre acompanhadas da recolha de assinaturas para o abaixo-assinado do «NÃO a Maastricht».

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA – Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47059. NIF – 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! – R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS —Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Ldª, Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra – Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa – Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa – Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400$00; 25 números: 2.790$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786$00
ESPANHA — 50 números: 8.326$00
MACAU — 50 números: 13.042$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760$00
* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Octávio Teixeira no Parlamento

Governo é o principal criador dos privilégios ilegítimos que esmagam o País

Inseridas numa manobra que não pode deixar de ser interpretada como de pura "diversão e demagogia política", as mais recentes declarações do Primeiro-Ministro a propósito, por um lado, da sua pretensa luta contra "privilégios instalados" e, por outro, do alegado "furor despesista da Assembleia da República" não passaram sem resposta por parte do Grupo Parlamentar do PCP.

Suscitada no debate da última reunião da Comissão Permanente do Parlamento pelo deputado Octávio Teixeira, líder da bancada comunista, esta questão permitiu desarticular e desmontar componentes mistificadores da campanha levada a cabo pelo PSD, clarificando simultaneamente aspectos centrais do momento político, designadamente os que se prendem com as linhas essenciais das opções governativas em matéria económica e social.

E uma dessas opções tem precisamente a ver com o facto de o Governo - contrariamente às recentes afirmações de Cavaco Silva, em que este se apresentou como um combatente contra "os defensores de privilégios instalados" - ser ele próprio o principal "criador e alimentador dos privilégios ilegítimos que pelo País medram a ritmo acelerado".

Os exemplos, a este respeito, não deixam margem para dúvidas, como Octávio Teixeira tratou de demonstrar ao recordar casos sintomáticos de privilégios "concedidos pelo Governo", sem que nunca, em algum momento, tenham sido objecto de combate por parte do Primeiro-Ministro. Estão nesta situação, enumerou, os privilégios aos detentores do capital através do processo de privatizações, dos subsídios a ex-monopolistas, da distribuição de fundos comunitários, das vultuosas isenções fiscais nos rendimentos de capitais, ou ainda os privilégios concedidos nas empresas públicas e em instituições da Administração aos apaniguados laranjas.

Neste contexto, do ponto de vista da bancada comunista, falar em combate aos privilégios por parte do Executivo não pode ter outro epíteto que não seja o de uma depudorada "hipocrisia política", tanto mais que é conhecida a sua pretensão de impor - recordou-o Octávio Teixeira - o injusto aumento das propinas no Ensino Superior, de limitar o direito fundamental dos trabalhadores ao exercício da greve e de impor aos trabalhadores da Função Pública rídiculos e insustentáveis aumentos salariais de 4,5 por cento.

"Na verdade, e como a prática fartamente o comprova, o combate do Primeiro-Ministro não é contra os privilégios", sublinhou ainda o líder da formação comunista, antes de concluir que essa é uma luta que nunca poderá ser a de Cavaco Silva, pela simples razão de que o "o seu combate é contra os direitos dos trabalhadores e dos estudantes, bem como de outras largas camadas sociais não privilegiadas, a sua luta é pelo aumento das injustiças que cruzam a sociedade portuguesa e não pela eliminação dos privilégios ilegítimos".

Não menos duras foram ainda as palavras que Octávio Teixeira pronunciou a propósito de uma afirmação de Cavaco Silva quanto a um alegado "furor despesista da Assembleia da República", afirmação complementada com a ideia de que as contas deste órgão de soberania não estariam a ser objecto de fiscalização pela entidade competente.

Inserindo esta declaração "na mesma linha de demagogia política" que vem marcando a actuação do Governo, o deputado comunista considerou-a como não sendo "politicamente inocente", não hesitando em integrá-la numa "campanha de degradação da imagem da Assembleia da República" junto da opinião pública, visando inculcar a "ideia de que este órgão de soberania só serve para gastar (e mal) os dinheiros públicos".

Para a formação comunista, que garantiu ser "redondamente falso que as contas da Assembleia não estejam sujeitas a fiscalização", esta campanha contra o Parlamento encontra ainda as suas raízes no facto de o Primeiro-Ministro saber "que os ventos não lhe correm de feição". Significa isto, por outras palavras, como assinalou Octávio Teixeira, que muito em breve o Governo vai ser confrontado precisamente na Assembleia da República com a "degradação da situação económica nacional, com a recessão que a sua política provocou e com a tentativa de fazer pagar a pesada factura dessa política aos trabalhadores e aos legítimos beneficiários das funções sociais que ao Estado competem".

NACIONAL

No primeiro dia da acção nacional de esclarecimento sobre Maastricht, promovida pelo PCP, houve distribuição de um folheto no Rossio, em Lisboa (na foto), a exemplo do que sucedeu um pouco por todo o País

A RTP e a morte de Humberto Delgado

Parlamento protesta contra falsificação e defende reposição da verdade

Associando-se ao vasto movimento de indignados protestos que se levantou pela recente transmissão de uma reportagem na RTP onde se falsificam os acontecimentos que rodearam o assassinato do General Humberto Delgado, a Assembleia da República aprovou na passada semana, com a abstenção do PSD e CDS e o apoio das restantes bancadas, um voto de protesto no qual, para além da condenação do teor do programa, se defende a "necessidade da reposição da verdade histórica".

Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, o voto refere que a "transformação dos assassinos, agentes da PIDE/DGS, em figuras de ideários nobres", bem como a "substituição de um assassinato frio e de uma cilada preparada ao mais alto nível da ditadura salazarista por um acontecimento fortuito", sem falar na ideia avançada no referido programa "Reporteres" de que subsiste um pretenso "mistério" na morte do General contra as conclusões do Tribunal Militar onde o processo já foi julgado, constituem apreciações que "deturpam profundamente os factos que conduziram ao assassinato do General Humberto Delgado pela ditadura derrubada em 25 de Abril de 1974".

No texto, a Assembleia da República expressa ainda a sua convicção de que programas como este - falsificando a História e conduzindo objectivamente ao "branqueamento e desculpabilização dos crimes praticados pela ditadura" - "não servem à formação das gerações mais novas e não contribuem para o reforço do regime democrático".

Nos próximos dias 12 e 13, em Loures

Jornadas Parlamentares do PCP

Com uma agenda preenchida, por um lado, com o balanço do trabalho realizado durante a última sessão legislativa e, por outro, com a definição dos objectivos e iniciativas parlamentares a desenvolver no próximo ano parlamentar, realizam-se nos próximos dia 12 e 13, em Loures, as Jornadas Parlamentares do PCP.

Com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre a realidade local, no âmbito das Jornadas, em articulação com a organização concelhia do Partido, serão efectuadas várias visitas e encontros com diversas entidades e organismos representativos da vida económica, sindical, cultural e associativa.

Mais adesões ao abaixo-assinado pelo «Não» a Maastricht

Prossegue em bom ritmo e com grande receptividade em todo o País a recolha de assinaturas para o abaixo-assinado lançado em 3 de Setembro por 56 personalidades (e divulgado à comunicação social por José Saramago, Rui Godinho e José Salvado Sampaio) apelando à Assembleia da República para que não aprove o Tratado de Maastricht.

Entretanto, continuam a ser recebidos novos apoios e adesões por parte de personalidades de diversos quadrantes e sectores de actividade.

Nesse sentido, destacamos designadamente a recente subscrição do abaixo-assinado

— por António Arnaut, José Felicidade Alves, Luísa Irene Dias Amado, Blasco Hugo Fernandes, Alcina Bastos, Duarte Vidal, João Corregedor da Fonseca, Virgínia Moura, Alberto Vilaça, Lino Lima;

— pelos escritores António Ramos Rosa, Alexandre Cabral, Armando de Castro, António Borges Coelho, Baptista-Bastos, José Cardoso Pires, José Manuel Mendes, Luís Francisco Rebello, Maria Ondina Braga, Olga Gonçalves, Orlando Costa, Alexandre Babo, Fernando Sylvan;

— pelo arqueólogo Cláudio Torres e pelo historiador de Arte Dagoberto Markl;

— pelos professores universitários Eduardo Chitas, José Barata- Moura, Manuel Gusmão, Manuela Esteves, Maria Helena Serôdio;

— pelos artistas plásticos António Casimiro, Álvaro Perdigão, Hilário Teixeira Lopes, Maria Keil, Jorge Vieira, António Fernando, Teresa Dias Coelho, Noémia Cruz;

— pelos actores Cremilda Gil, José Gomes, Morais e Castro, Rogério Paulo, Mariana Vilar, Rui Peixoto, Luís Alberto;

— pelo músico Álvaro Salazar, pelos jornalistas Carlos Pinhão e César Príncipe, pelo realizador Artur Ramos, pelo crítico de animação Vasco Granja;

— pelos dirigentes sindicais João Pacheco Gonçalves, Paulo Sucena, Vieira Mendes, Manuel António Pinho

— pelos médicos Eduardo Moradas Ferreira, Ana Abel Cabral, António Esteves, Álvaro Ferreira Alves, Aguinaldo Cabral.

De recordar que os subscritores do abaixo-assinado «manifestam a sua firme oposição ao envolvimento de Portugal no perigoso projecto federalista da construção de uma União Europeia que o Tratado de Maastricht claramente prefigura como um super-Estado europeu, dominado pelos países mais desenvolvidos e em que os centros de decisão ficariam cada vez mais distanciados dos cidadãos e fora do seu controlo democrático».

Os signatários pronunciam-se, ao mesmo tempo, pela «salvaguarda e renovada afirmação dos interesses, da identidade e da soberania nacionais, num quadro de abertura à Europa e ao Mundo e de activo empenho de Portugal no progresso de uma Europa de povos livres e de naçõ-es iguais e soberanas, de uma Europa de intercâmbio, de cooperação, de paz, liberdade, democracia e justiça social».

TRABALHADORES

CGTP comemorou 22 anos de resistência, intervenção e luta

Diversas iniciativas assinalaram nos últimos dias o aniversário da CGTP, fundada a 1 de Outubro de 1970. O coordenador da central evocou, num participado comício que teve lugar sábado no Porto, estes 22 anos «de resistência, de intervenção construtiva, de luta, sempre com os trabalhadores», afirmando: «Orgulhamo-nos deste percurso e assumimos o compromisso de prosseguir este projecto.»

Logo a abrir a sua intervenção no cinema do Terço, Carvalho da Silva fez questão de «deixar uma mensagem central»: «apesar dos obstáculos, conseguiremos pela nossa acção, pela nossa força, pela nossa unidade, desiludir aqueles que sonham com o enfraquecimento ou a destruição do movimento sindical». Para o coordenador da Intersindical Nacional, «o percurso destes 22 anos dá-nos razão de confiança no futuro».

Carvalho da Silva abordou as grandes linhas de acção saídas do plenário nacional de sindicatos de 16 de Setembro (nomeadamente o combate à contenção salarial e as principais reivindicações para 1993) e, comentando as Grandes Opções do Plano apresentadas pelo Governo, afirmou que elas «não fazem um diagnóstico sério sobre a situação interna do País, não se debruçam sobre o atraso do nosso desenvolvimento, não analisam a realidade do sector produtivo que está em queda, não apreciam uma questão de vital importância para os trabalhadores, que é a distribuição do rendimento». «Enquanto a situação permitia, com toda a facilidade, apresentar somente cenários cor-de-rosa, o primeiro-ministro dizia que tudo era da responsabilidade dele e do seu Governo; hoje muitos problemas já não podem ser mais escondidos, e então surge o primeiro-ministro a fazer discursos sobre os problemas externos e as incertezas internacionais, sobre os males dos outros, e a desenvolver grandes teorias sobre as questões geo-estratégicas», comentou Manuel Carvalho da Silva.

Na intervenção foi ainda criticado o facto de as GOPs continuarem a afirmar a necessidade da *convergência nominal* com a Comunidade Europeia. «O País e os portugueses precisam da convergência social e de bem-estar, e não apenas da convergência dos indicadores económicos» - sublinhou o coordenador da CGTP.

Carvalho da Silva falou ainda da preparação do 7º Congresso da central, marcado para 4, 5 e 6 de Março, afirmando que ela «vai ser feita numa afirmação da importância dos sindicatos e na valorização do sindicalismo como acção indispensável numa sociedade democrática e de progresso». Dos «muitos temas» que surgirão em debate, previu particular realce para as questões inerentes à acção reivindicativa, os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, a distribuição e redistribuição da riqueza, as questões comunitárias, e medidas relativas à organização da CGTP.

O departamento de informação da *Inter* anunciou a realização de diversas outras iniciativas integradas nas comemorações do 22º aniversário da central, destacando o plenário de delegados sindicais em Lisboa, no dia 30. Dirigentes da CGTP participaram em plenários de trabalhadores em várias empresas e em reuniões de sindicalistas.

Novo regime de feriados

«A elaboração do novo regime dos feriados nacionais não obedece a critérios objectivos e claros. É, antes, expressão inequívoca da discricionariedade que o Governo vem cada vez mais revelando na sua acção, sempre com a preocupação de retirar direitos e regalias aos trabalhadores.»

Esta apreciação da CGTP foi divulgada pelo departamento de informação da central na passada sexta-feira, reagindo a notícias que davam conta da aprovação pelo Governo do novo regime dos feriados nacionais, «fazendo tábua rasa das principais críticas que, na fase de discussão pública, foram feitas pela CGTP-IN e pelos sindicatos».

Entre as alterações que o decreto-lei do Governo mantém, contam-se a eliminação do feriado nacional do Corpo de Deus, a supressão do feriado, facultativo mas generalizadamente respeitado, da terça-feira de Carnaval e a eliminação da possibilidade de os trabalhadores gozarem a maior parte das «pontes» até hoje possíveis.

O novo regime vem instituir ainda – nota a CGTP – feriados de segunda categoria, o que propicia a descaracterização de datas históricas importantes como o 25 de Abril, o 5 de Outubro e o 1.º de Dezembro. «É pouco, pelos vistos, o respeito que o Governo tem pela História pátria, sobretudo pela mais recente» – comenta a Central.

As alterações preconizadas pelo Governo «tão-pouco são benéficas para a economia nacional, já que a sua aplicação acarretará grandes prejuízos para sectores primordiais da mesma – o do turismo e o das indústrias ligadas ao lazer».

Discriminação no BCP

Quando será feita justiça?

O Banco Comercial Português apresenta 0,7% de mulheres no conjunto dos seus trabalhadores. A percentagem de mulheres na banca, em Portugal, ronda os 30%.

Perante esta atitude claramente discriminatória, no acesso ao emprego, em relação às mulheres, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas desenvolve, há três anos, um conjunto de iniciativas com o objectivo de que se faça justiça, destacando-se uma larga campanha na comunicação social, onde se inclui um cartaz, autocolantes, conferências de imprensa e uma Carta Aberta que recolheu o apoio público expresso de numerosas figuras destacadas da nossa sociedade.

Depois de gorada a tentativa de diálogo com a Administração do BCP, apresentou-se uma queixa à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), que aprovou um parecer claramente condenatório da política de admissões do BCP.

O sindicato solicitou uma entrevista com o Provedor de Justiça, que produziu um despacho que foi enviado ao ministro do Emprego e Segurança Social. Nele, além de questionar a responsabilidade do Governo, conclui que, se os meios legais constantes na Lei não são suficientes para intervir neste caso, então que o Governo adopte as medidas legislativas competentes.

O teor da resposta do ministro do Emprego e da Segurança Social não foi surpresa: o Governo entende que Portugal não tem falta de medidas legislativas necessárias à efectivação do princípio da igualdade, mas, invocando a mesma lei, nega-se a intervir.

O sindicato, perante a atitude contemporizadora do Governo com o banco, apresentou petições ao Parlamento Europeu e à Assembleia da República, tendo solicitado audiências prévias a todos os grupos parlamentares.

Na sequência destes contactos, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP um Projecto de Lei, com base no parecer da CITE e numa proposta de directiva sobre ónus de prova, pendente no Parlamento Europeu.

Nos dias 23, 24 e 25 de Setembro, reuniu, em Lisboa, a Comissão de Petições do Parlamento Europeu. No dia 23 foi discutida a petição apresentada em Novembro de 1991 pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, sobre a discriminação das mulheres no acesso ao emprego no BCP.

O relatório em discussão, apresentado pela Comissão, afirma:

«A Comissão encontra-se ao corrente dos factos invocados pelo peticionário.

Dirigiu-se, aliás, às autoridades portuguesas em 14 de Agosto de 1991, de modo a conhecer a sua reacção ao caso em questão.

Na sua resposta, datada de 22 de Janeiro de 1992, as autoridades portuguesas informam a Comissão de que não podem intervir no caso em questão, dado que não existem provas comprovativas da discriminação alegada.

No que respeita às competências da Comissão, a análise aprofundada dos factos invocados não permite identificar uma base jurídica que possa justificar a intervenção comunitária.»

Durante a discussão foi manifesta a incapacidade desta Comissão do PE na resolução deste problema. Após várias intervenções críticas de deputados de várias nacionalidades, ficou decidido pedir parecer aos Serviços Jurídicos do PE, para posterior análise na Comissão de Petições.

AG

DIA DO IDOSO... QUE RECEBE 23 CONTOS POR MÊS

Mais de metade dos idosos portugueses recebe pensões que não ultrapassam os 23 contos por mês, refere a agência Lusa num despacho de 1 de Outubro em que assinala o Dia Internacional do Idoso. Citando dados divulgados recentemente, recorda que cerca de 1,3 milhões de reformados portugueses recebem metade do salário mínimo nacional e há mesmo quem tenha que sobreviver com pensões de 14 contos. Esta realidade contrasta com o que se passa nos restantes países da Comunidade Europeia e coloca a lusa «democracia de sucesso» na cauda dos *doze*. A agência refere os casos da Grécia - onde a pensão mínima de 65 contos, as consultas são gratuitas e os reformados têm 80 por cento de desconto nos medicamentos -, de Espanha (pensões semelhantes e medicamentos gratuitos), Holanda (no topo da CE, com pensões de cerca de 150 contos), França (115 contos) e Bélgica (um pouco mais de 100 contos).

MÚSICOS DE LUTO

Ainda na passada quinta-feira foi também assinalado o Dia Mundial da Música, que foi declarado dia de luto pelo Sindicato dos Músicos. Em conferência de imprensa dada na véspera, o sindicato criticou severamente a política do Governo para o sector, afirmando que as comemorações oficiais, em Lamego, teriam lugar «com total desrespeito pela dignidade e empenho profissional» dos músicos. Os sindicalistas referiram factos como a extinção da orquestra do Teatro Nacional de São Carlos e o despedimento dos seus trabalhadores, bem como a anunciada formação da *Grande Orquestra Sinfónica de Lisboa*, com prévia audição de músicos desempregados, nomeadamente os da orquestra da RDP, inactivos há três anos.

ESTATUTO DO T-E

A reformulação do Estatuto do Trabalhador-Estudante foi exigida no sábado pela direcção da FNATES, invocando a necessidade de adaptar às novas realidades da reforma educativa o estatuto em vigor, publicado em 1981. A direcção da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, que reuniu no Porto (onde vai decorrer, em Fevereiro, o 2º Congresso da organização), denunciou mais uma vez a «discriminação existente entre os alunos dos ensinos diurno e nocturno», apontando como exemplos as cantinas, as secretarias e as bibliotecas das escolas, que estão encerradas à noite. A direcção da FNATES criticou a RTP por não ter convidado trabalhadores-estudantes para o programa «De Caras» com o ministro Couto dos Santos. Actualmente, referem os dirigentes associativos, há cerca de 200 mil trabalhadores-estudantes em Portugal.

13,5% SEM EMPREGO

No distrito de Évora a taxa de desemprego é actualmente de 13,5 por cento, três vezes superior à média nacional. Estes números foram referidos à Lusa por José Figueira, no final da 1ª Conferência da União dos Sindicatos do Distrito de Évora, que decorreu sexta-feira no palácio D. Manuel e onde foi denunciado o agravamento da situação social, com encerramentos de empresas em vários sectores e salários em atraso nos mármores e na indústria alimentar. Na conferência participaram, além dos representantes dos sindicatos, Américo Nunes (da Comissão Executiva da CGTP) e vários convidados (nomeadamente sindicalistas espanhóis).

POLÍCIAS QUEREM QUE OS OUÇAM

O Conselho do Porto da Associação Sócio-Profissional da PSP repudiou na semana passada a tentativa de imposição de medidas de reorganização das forças de segurança sem audição prévia dos interessados. Os dirigentes da ASPP/Porto, num comunicado citado pela Lusa, acusam o Governo de estar a tratar da reorganização com confidencialidade e secretismo e sem ouvir as autarquias, as populações e os agentes policiais, atitude que está a gerar mau-estar no interior da Polícia.

TENSÃO EM LISBOA

Reunidos na semana passada, os responsáveis pelo pelouro da acção reivindicativa nos sindicatos da USL previram para o futuro imediato o aumento da tensão social e uma elevada conflitualidade laboral, «exigindo o natural recurso à greve». Numa nota de imprensa, a União dos Sindicatos de Lisboa acusa o patronato do distrito («muitas vezes o próprio Governo») de ser «inflexível, agressivo e conflituoso» e de apresentar contrapropostas que «são sempre de valores absolutamente inaceitáveis, tentando dar corpo à política de contenção salarial do Governo». «Nas circunstâncias presentes, determinadas e de exclusiva responsabilidade patronal e governamental, a resposta dos sindicatos e dos trabalhadores, nas empresas e serviços, outra não poderá ser senão a luta determinada», afirma a USL.

EM FOCO

Açores e Madeira vão às urnas no domingo

Não à bipolarização

Presença da CDU é essencial para o equilíbrio nos Açores

A CDU encheu a praça das portas da cidade, em Ponta Delgada, na passada na noite de domingo, que foi animada por Zeca Medeiros, Luís Bettencourt e pela Brigada Victor Jara e onde pontuaram importantes intervenções políticas. A festa foi grande e de arromba .

José Decq Mota, cabeça de lista por S. Miguel, fez a intervenção de fundo, tendo sido precedido por Emanuel Botelho, candidato independente da CDU.

Na sua intervenção, da qual publicamos mais abaixo os principais extractos, José Decq Mota combateu a bipolarização nas eleições do próximo domingo: «do PSD não há nada a esperar» e recusou uma alternativa PS/Mário Machado.

«Estamos confiantes de que será este ano menor o número de açorianos que irão dar o seu voto ao PSD e que será maior o número de eleitores que darão o voto às várias forças que querem obter uma mudança, nomeadamente à CDU.

É absolutamente essencial que fique claro que a retirada provável da maioria absoluta do PSD depende directamente da diminuição de votos desse partido e da mobilização de abstencionistas anteriores para um voto de mudança e não depende de qualquer concentração de votos que já são contra o PSD.

A derrota do PSD não depende da bipolarização do voto. Gostava de dizer que a bipolarização redutora tem sido um dos factores que mais têm dificultado uma mudança. Repare-se que se o PSD não descer, mesmo que os votos de todas as outras forças estivessem juntos, ganhava o PSD.

Ao PSD interessa a bipolarização para tentar reduzir as possibilidades de quem se lhe opõe e o PS tem procurado bipolarizar porque se orienta pela tese errada, segundo a qual quer ao mesmo tempo derrotar o PSD e apagar a voz de esquerda da CDU.

O PSD está a fazer uma campanha tipo industrial para procurar, através da propaganda, abafar o descontentamento que percorre a nossa sociedade.

Por seu turno, o PS, sendo embora um partido com tradição democrática, aliou-se ao dr. Mário Machado e ao grupo da direita que o acompanha entrando num caminho de tal descaracterização que em vez de ganhar força para combater o PSD parece, como todos vemos, ter perdido capacidade para atrair anteriores votantes do PSD.

O PSD está a recorrer a tudo: recorre à propaganda massiva, recorre à intimidação pouco discreta, recorre à escandalosa manobra que foi o Governo, à custa de todos nós, distribuir uma revista de propaganda e uma cassete vídeo.

Como estão em verdadeiro risco de perda da maioria absoluta, os dirigentes do PSD de nada se esqueceram e tudo fazem para tentar neutralizar os descontentes.

Por outro lado, todos percebemos que a aliança do PS com Mário Machado não está a dar, nem podia dar por ser contraditória, os efeitos bipolares que os seus membros queriam. Chegou a hora de dizer não à bipolariização institucional e chegou a hora de, através da presença da CDU, garantir que o futuro seja mais equilibrado que o presente.

Os valores da CDU

A CDU é uma força afirmadamente de esquerda, isto é, rege-se pelos princípios da solidariedade da pacificação e procura construir uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

A CDU entende que estes valores são essenciais na futura Assembleia Legislativa e, no quadro existente, só a CDU pode garantir essa presença de forma coerente, firme e serena.

A CDU nunca consentiu, nem consentirá, como está a fazer o PS, que um grupo da direita procure usar os seus votos como «cavalo de Tróia» para o acesso ao poder.

A CDU defende e defenderá na ALR os trabalhadores, os mais desfavorecidos, todas as faixas e camadas sociais cuja participação é essencial ao progresso da nossa terra.

Vem a propósito referir que não podemos compreender nem aceitar que uma força política como a UDP, que sendo embora muito pequena e dirigida por sindicalistas, esteja a fazer uma campanha completamente contrária aos interesses dos trabalhadores, aconselhando o voto no dr. Mário Machado, ou seja, lutando para que pudesse haver, na hipótese do PS ter a maioria absoluta, um governo que inevitavelmente não teria um mínimo de atenção positiva pelos problemas dos trabalhadores.

Este pequeno partido que é a UDP, também entrou no desvario direitista que certos políticos regionais querem impor aos açorianos e dispõe-se a fazer um papel incompreensível de apoiar o PS/Machado.

Os democratas, os cidadãos coerentemente de esquerda, os trabalhadores sabem no entanto que não podem, nem devem, dar qualquer cheque em branco a uma personalidade que se autoclassifica como sendo de direta e a um partido - o PS - que se autodescaracteriza, recusando entendimentos com outras forças de mudança e procurando entendimentos obscuros à direita.

As eleições de domingo são para a Assembleia Legislativa Regional e não para o Presidente do Governo (...)

Nas últimas duas legislaturas, a CDU, representada na ARL, deu um contributo sério e muito útil para conter o domínio do PSD e para mostrar os erros profundos de muitas políticas. (...) É importante que esse trabalho tenha continuidade e que a possa ter através de um grupo parlamentar, sendo confirmado o mandato pelas Flores e seja reconfirmado o mandato da CDU perdido tangencialmente em S. Miguel em 88. No caso improvável de se repetirem maiorias absolutas, a CDU continuará a ser a força de contenção do domínio, a voz dos problemas concretos, a força que actua e fiscaliza o poder com toda a persistência e energia. No caso, mais possível, de não haver maioria absoluta, a CDU na Assembleia tudo fará para que haja base parlamentar para um governo que seja de mudança, mas que garanta equilíbrios, nos planos político, económico e social. Propondo, fiscalizando, tendo iniciativa, dialogando com os cidadãos, a CDU pode ter um papel equilibrado essencial.

Temos propostas concretas, temos provas dadas de capacidade, honestidade, empenho e competência, temos uma indiscutível ligação aos trabalhadores e aos democratas; defendemos os interesses da juventude; lutamos pelo reconhecimento pleno do papel da mulher na nossa sociedade; defendemos que os idosos, reformados e pensionistas vejam o pleno reconhecimento dos seus direitos; trabalhamos seriamente por um adequado levantamento dos problemas dos deficientes e da problemática da deficiência; lutamos e lutaremos sempre e sempre pelos direitos dos oprimidos, dos desfavorecidos, dos marginalizados. Por tudo isto é importante para os Açores que a CDU esteja em posição institucional de defender esta perspectiva e é especialmente importante para S. Miguel, que possa voltar a contar com o trabalho e o esforço do seu deputado da CDU (...)

A CDU promete que os seus deputados não vão voltar as costas ao povo depois de entrarem para a Assembleia Regional da Madeira

Crítica aberta à actuação dos deputados regionais

CDU/Madeira diz o que não fará na ALR

As viagens particulares com dinheiros públicos, as promessas esquecidas depois dos votos, a fiscalização que não é feita e a corrupção que é permitida, a falta de ligação ao povo e aos problemas são aspectos da actividade dos deputados da Assembleia Legislativa Regional que a CDU/Madeira critica abertamente num folheto em distribuição nesta ponta final da campanha para as eleições de 11 de Outubro.

A CDU considera que «é um escândalo, uma vergonha e uma ofensa à inteligência dos madeirenses que os deputados tenham viagens pagas com o dinheiro do povo para passear». Para os candidatos que acompanham o padre Tavares e Leonel Nunes nas listas da coligação, «o deputado não deve enganar o povo, prometendo tudo» apenas para ganhar votos; «o deputado deve estar em contacto com o povo que lhe deu o voto, aprender com ele, ouvir as suas aspirações, sentir os seus problemas e lutar pela sua resolução, levantar bem alto a sua voz e denunciar, lá dentro e cá fora, a corrupção, o abuso do poder e a forma desonesta como estão a ser gastos os dinheiros públicos».

O deputado, declara a CDU, «não pode passar o tempo a pensar nos 300 contos que recebe mensalmente e a engraxar o chefe para garantir o seu lugar na Assembleia», deve «fiscalizar a acção do Governo e não permitir que aconteçam os já famosos buracos de vários milhões de contos na administração do Governo Regional».

Recordando aos eleitores que «os candidatos dos outros partidos são os mesmos que já lá estão há muitos anos e têm contribuído para a imagem de degradação e corrupção da Assembleia Regional», a coligação PCP-PEV afirma-se capaz de «levar à Assembleia Regional uma voz diferente, não agachada mas vertical, não medrosa mas corajosa».

RTP/Madeira não transmitiu «De Caras» com a participação de Álvaro Cunhal

1. A RTP/Madeira e a RTP/Açores não transmitiram na passada terça-feira o programa «De Caras» da RTP/1 com a participação de Álvaro Cunhal.

2. Para fundamentar esta decisão, que causou natural estranheza dado que a campanha eleitoral na Região Autónoma da Madeira só começava no dia seguinte, foi invocada a existência de um parecer solicitado pela RTP à Comissão Nacional de Eleições e no qual esta entidade teria desaconselhado a transmissão para as regiões autónomas de entrevistas a dirigentes políticos, tendo designadamente em conta que a campanha eleitoral nos Açores se iniciou no passado dia 25 de Setembro.

3. Acontece porém que, no passado sábado, tanto a RTP/Madeira como a RTP/Açores transmitiram a entrevista concedida pelo líder do PS ao «Jornal de Sábado» da RTP/1, o que, só por si, põe em evidência a existência de critérios que não são nem uniformes nem equitativos.

4. Face a estes factos, que se traduzem objectivamente no desfavorecimento do PCP e numa injustificada lesão do direito à informação dos cidadãos da Região Autónoma da Madeira, o PCP solicitou hoje à Comissão Nacional de Eleições uma informação sobre o conteúdo do parecer que terá dado à RTP e bem assim uma sua avaliação sobre a conformidade dos procedimentos adoptados pela RTP/Madeira e pela RTP/Açores com esse parecer.

1 de Outubro de 1992
O Gabinete de Imprensa do PCP

PCP

VISEU

Apoio à luta dos produtores do Douro

Reunida na passada semana, a Direcção de Organização Regional de Viseu do PCP analisou a situação política e social, discutiu os projectos de alteração do Programa e dos Estatutos do PCP, aprovou o calendário de preparação do XIV Congresso e procedeu ao balanço da participação na Festa do Avante/92.

No final da reunião, em comunicado dirigido à comunicação social, a DORV reitera o «seu apoio à luta desenvolvida pelos produtores de vinho da região do Douro», criticando simultaneamente a «passividade do Governo» face à crise que atinge a região e os seus 35 000 produtores, muitos deles à beira da falência e da ruína.

Verberada pela DORV é nomeadamente a rejeição pelo PSD na Assembleia da República de um pacote de medidas de emergência apresentado pela bancada comunista, no qual se destacavam:

— A definição e publicação imediata dos preços para os mostos a beneficiar e para o vinho de pasto, no mínimo, ao nível da vindima de 1991, acrescidos dos valores da inflação, garantindo à Casa do Douro os créditos necessários à sustentação desses preços numa eventual intervenção;

— Estabelecimento, em diálogo com as organizações de vinicultores da região, dos valores das indemnizações a atribuir a todos os pequenos e médios vinicultores que tiveram o seu quantitativo de benefício reduzido ou eliminado.

Tais indemnizações deverão ser liquidadas nos prazos e condições em que são pagos os mostos adquiridos pelas Casas Exportadoras e pela Casa do Douro:

— Desbloqueamento da verba de 4 milhões de contos de empréstimo do Banco Mundial já negociado e concedido à Casa do Douro com vista a que esta pague os valores em dívida à lavoura duriense.

A esta situação junta-se a de milhares de agricultores que (perante a época das vindimas) continuam confrontados com os baixos preços, as dificuldades de escoamento e nalguns casos com quebras acentuadas na produção.

A fruta, a batata e outros produtos acumulam-se, não se conseguem vender ou os preços de venda não compensam os custos da produção: a falta de informação e divulgação das condições de atribuição dos diversos subsídios (da CEE), de apoio ao rendimento dos agricultores faz com que a grande maioria deles seja arredada desses apoios.

Mas se na agricultura os tempos vão maus, também os trabalhadores dos mais variados sectores sentem as consequências da política errada seguida pelo Governo do PSD/Cavaco Silva.

Vive-se um clima de recessão, de dificuldades e problemas sociais em muitas empresas e sectores, com redução de postos de trabalho, reaparecimento dos salários em atraso e o aumento da instabilidade e precariedade no emprego (como na Citroen e na Luso-FAPA em Mangualde: na Pavidão o SCIAL em Viseu: na MEF em Tondela: na Auto-Bólide em Tabuaço: CTV em Vouzela, etc). Na FORBEL/CPFE o processo de falência continua a arrastar-se sem que sejam cumpridos os compromissos assumidos com os trabalhadores.

Os trabalhadores da Função Pública são ameaçados com a Lei dos excedentes (que o Governo retomou), com o encerramento ou privatizações de serviços, com a tentativa de redução dos seus salários reais através da imposição do tecto salarial dos 4,5%.

O Governo/PSD através da aprovação da Lei contra a Greve procura impedir o exercício de um dos direitos fundamentais — o direito à greve.

O prosseguimento da luta pelas mais diversas formas é o caminho que deve ser seguido:

— A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho e a luta em defesa dos seus direitos (nomeadamente o direito à greve):

— A luta dos agricultores por rendimentos para o seu esforço e o seu trabalho;

— A luta dos compartes e povos dos baldios contra as novas tentativas do PSD e PS de destruir a Lei dos Baldios;

— A luta dos estudantes contra o aumento brutal das propinas;

— A luta dos professores, pais e alunos por melhores condições de estudo (quando começa um novo ano escolar).

Depois de manifestar a sua solidariedade e apoio aos que no seu dia-a-dia, enfrentam as injustiças e lutam por uma vida melhor, a DORV informa que no prosseguimento da campanha pela NÃO a MAASTRICHT aprovou um conjunto de iniciativas em que se destacam: a realização de um Debate, em Viseu, no dia 17 de Outubro, com a participação do deputado João Amaral, a promoção de acções de divulgação e esclarecimento com a atribuição de documentos e a realização de Bancas de rua. A DORV apela à subscrição do abaixo-assinado nacional lançado por personalidades de variadas áreas políticas dirigido à Assembleia da República para que não aprove o Tratado de Maastricht.

Segundo o comunicado, a DORV deu entretanto já início à discussão dos documentos preparatórios do XIV Congresso do PCP (Projecto de Alterações ao Programa e Estatutos do PCP) e aprovou o calendário da sua preparação no Distrito, tendo, por outro lado, considerado muito positiva a participação da organização do Distrito na Festa do Avante, traduzida pela venda de um número elevado de EP's e pela divulgação da Gastronomia Regional.

AVEIRO

Um mundo de problemas no dia-a-dia dos cidadãos

Com uma agenda preenchida com a análise da situação política e social e a actividade partidária, com realce neste capítulo para a preparação do XIV Congresso do PCP, reuniu recentemente a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP.

Apresentadas em conferência de imprensa, na qual participou o camarada Sérgio Teixeira, membro da Comissão Executiva Nacional do CC, e os camaradas Maria Manuel Silva, António Salavessa e Artur Ramísio, todos da Comissão Executiva da DORAV, as conclusões da reunião abordam de forma pormenorizada a situação no domínio laboral e nos planos da agricultura e do ensino, prestando simultaneamente grande atenção a questões respeitantes com o dia-a-dia dos cidadãos.

No que se refere ao mundo do trabalho, a DORAV destaca assim como dura realidade no distrito os seguintes aspectos:

«— Ressurgimento das situações de pagamento de salários com atraso em diversas empresas (Lusostela, Estaleiros de S. Jacinto, Metalurgia Casal, EPA, Borges de Pinho, Criações Rogina, António Rodrigues e Filhos, Rimarte, Fontes, Malhas Almagre, Fábrica de Malhas Santelmo, Hering e C. Cirus Confecções e outras).

«— Agravamento do desemprego, seja através do encerramento de empresas (Abel Pinto Rodrigues, Siemeza, Tapnor, Afonso Henriques Sucessores, Lda, Carvalhos & Moreira, Fábrica de Calçado Snel, Rogercor, Indústrias Joaquim Francisco Couto, A. Orlando Rocha Melo, A. Joaquim Gomes da Silva, Corticeira Pedrosa, Domingos Gomes Oliveira, Polideco, Os Cinco Unidos, Sopacel, Hércules), seja por despedimentos individuais escondidos por detrás da generalização das chamadas rescisões por mútuo acordo.

«— Perspectiva de encerramento de outras empresas como sejam as Minas do Pejão e a Arrancar, o que a concretizar-se produzirá graves problemas sociais nas regiões em que estão instaladas.

«— Criação de um clima de apreensão em amplos sectores da Função Pública a pretexto da reestruturação e privatização de serviços. São exemplos o Hospital Distrital de Aveiro, o Colégio Dr. Alberto Souto, a Delegação da Direcção Geral de Desportos, o Iroma, as Casas da Criança de Águeda, Albergaria e Mealhada, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, calculando-se que só nestes serviços serão mais de 4 centenas de trabalhadores a passar ao quadro de excedentes ou que serão obrigados a passar recibo verde.

«— Recrudescimento das violações aos direitos sindicais dos trabalhadores e seus representantes, como parte integrante da estratégia do patronato e que visa, se não impedir, dificultar a luta dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos e melhoria das condições de vida e de trabalho.

No que se refere à agricultura, a DORAV considera que este sector e os agricultores do Distrito atravessam grandes dificuldades e encontram-se entre as principais vítimas da política negativa do Governo do PSD, sendo visível a degradação da sua situação económica provocada pela estagnação e baixas dos preços ao produtor (veja-se que o preço do leite não sobe há três anos na produção), o contínuo aumento dos factores de produção, as altas taxas de juro do crédito agrícola e a falta de apoio oficial à agricultura.

«Enquanto o dia-a-dia da Agricultura se torna mais sombrio e perante ainda piores perspectivas em resultado do Mercado Único de 1993, desenvolvem-se sectores parasitários em relação à agricultura que são responsáveis pela subida de preços ao consumidor e, algumas vezes, por crimes e atentados à saúde pública.

«O caso dos matadouros clandestinos descobertos no Distrito e os escândalos financeiros da Mapinorte são a outra face da política governamental, que encerra matadouros públicos e boicota o saneamento financeiro da Uniagri sem ter criado soluções alternativas eficazes no escoamento e abate do gado.

Analisando a abertura do ano escolar, os comunistas de Aveiro constatam que há uma superlotação de um maior número de escolas, algumas das quais se encontram em situação de ruptura, a par da inexistência de apoio, nomeadamente de formação de professores, por parte do Ministério da Educação, para a leccionação dos novos currículos nos ensinos preparatório e unificado.

Sinal inequívoco de que as coisas no plano escolar não estão bem, ainda segundo a DORAV, é a falta de equipamento em muitas escolas, nomeadamente equipamento fundamental para leccionar as novas disciplinas, enquanto se mantêm a exiguidade de funcionários nas escolas e a existência de enorme quantidade de professores no desemprego, alguns dos quais já trabalharam em anos anteriores.

Negativa na perspectiva da DORAV é ainda a possibilidade de diminuição das já exíguas dotações orçamentais no próximo ano, à conta da política de contenção de despesa na administração central, o que põe em causa o funcionamento das escolas, em contraste com o esforço cada vez maior que as famílias têm que efectuar na compra dos materiais escolares e noutras comparticipações na área do ensino — como nas propinas universitárias.

A DORAV do PCP concluiu que, em termos genéricos, este início de ano lectivo se caracteriza pela insegurança de alunos, familiares, professores e funcionários e pela crescente fuga do Governo às responsabilidades e funções a que está obrigado em relação ao ensino público.

Quanto ao dia-a-dia dos cidadãos, os comunistas de Aveiro fazem notar as crescentes dificuldades no acesso à saúde, com a alteração das comparticipações nos medicamentos — que implica aumentos de 15 a 20% —, a privatização de serviços e especialidades nos hospitais, as pressões sobre os médicos de família para não passarem baixas, a recente reincidência nas taxas moderadoras e a aplicação de IVA nos medicamentos.

Não menos grave, por outro lado, é a insegurança crescente em resultado do aumento da criminalidade — patente na vaga de assaltos à mão armada verificada no Distrito — e que se considera intrinsecamente ligada ao «modelo» de falso desenvolvimento que tem vindo a ser seguido no nosso país.

Passando em revista as questões relacionadas com o desenvolvimento regional, a DORAV do PCP reafirma que o poder central continua a não dar a necessária atenção à nossa região, ignorando ou esquecendo problemas que vêm sendo repetidamente referenciados mas que não têm a resposta necessária.

E cita exemplos:

— Os atentados e acidentes ecológicos que se multiplicaram, nos últimos meses, na nossa região e que demonstraram a incapacidade deste Governo de preservar o que pode ser preservado e iniciar a recuperação do que se degradou.

— A inércia em relação à Ria de Aveiro, em que após a extinção do GRIA, tudo parece depender de uma titubeante Associação de Municípios sem vontade política forte e sem meios técnicos e financeiros adequados para uma resposta aos problemas, com destaque actualmente para o rápido assoreamento da Ria.

— Os avanços do mar no litoral do concelho de Ovar, ocorridos em pleno Verão, obrigando uma vez mais a medidas de recurso promovidas pela Câmara, e demonstrando a estreiteza de vistas dos restantes partidos e representados na Assembleia da República quando inviabilizaram, no início do ano, uma proposta do PCP para dotar a região de verbas suficientes para o objectivo da defesa da costa.

A DORAV do PCP reafirma que tanto o atraso no processo de regionalização como o facto de o distrito se encontrar dividido na área de influência de duas CCRs são em grande parte responsáveis pelas situações verificadas.

Os factos que geram, na região, a polémica em torno da questão do chamado «eixo peninsular» têm a mesma origem. A DORAV do PCP considera que mais do que contestar aspirações, naturalmente legítimas de outras regiões, há que defender intransigentemente o futuro alargamento do IPS e a rápida tomada de medidas que reforcem a segurança daquela importante rodovia.

A DORAV do PCP alerta para a próxima discussão do novo PDR (Plano de Desenvolvimento Regional) no âmbito da Comunidade Europeia e para a necessidade de nele ficarem contempladas as necessidades de desenvolvimento integrado da nossa região.

No último capítulo do documento distribuído à comunicação social, a DORAV expressa a sua satisfação pela forma como o distrito esteve presente na Festa do «Avante!» e informa, no que se refere à preparação do XIV Congresso do PCP, que foi já aprovado o plano de assembleias plenárias para debate dos documentos e eleição dos delegados.

PCP

PORTO

População vê soluções adiadas enquanto espera o «milagre» do Metro

O metro de superfície não pode servir para esconder problemas graves que urge resolver, denunciou a Direcção Regional do Porto no decorrer de uma conferência de imprensa realizada na semana passada, em que participaram Emídio Ribeiro, da CEN, Avelino Gonçalves e Vítor Ranita, membros da DORP.

O PCP condena o «processo antidemocrático que vem sendo seguido no que respeita ao metro de superfície», sobre cujos estudos nenhuma Câmara foi ainda chamada a pronunciar-se, «nem mesmo a Assembleia Municipal do Porto, que autorizou uma despesa de 100 mil contos para o estudo da ENSITRANS».

Perante o caos do trânsito na cidade e arredores, o metro é apresentado com um milagre que tudo vai resolver, servindo para «anestesiar a opinião pública», que deste modo «não protesta nem reclama soluções para problemas que bem podiam e deviar ser resolvidos desde já», indica a DORP.

Para os comunistas «é bom que se perspective e avance para um transporte público rápido na Área Metropolitana», contituindo «um importante investimento que deve ser discutido seriamente e de uma forma aberta e participada».

Por outro lado, o PCP defende que «a solução para o problema dos transportes no Porto passa pela modernização, rentabilização e coordenação das diversas modalidades de transportes colectivos existentes». Neste sentido, é proposta a «urgente criação de interfaces e a compatibilização dos serviços prestados pela CP e pelo STCP e outros operadores rodoviários suburbanos». A DORP chama a atenção para o atraso do início da construção da Ponte do Freixo, o mesmo se passando quanto à criação da 3ª via nos percursos adjacentes à Ponte da Arrábida, prometida para este ano. Também Gondomar espera há anos a necessária via rápida de ligação ao Porto.

Vida cultural mais pobre

A DORP sublinha ainda que depois das promessas do secretário de Estado da Cultura, em Abril passado, registou-se «uma acentuada quebra na vida cultural do Porto». Entre muitos, é apontado o caso do teatro de S. João, que depois da compra pelo Estado continua a exibir filmes, apesar de Santana Lopes ter garantido que no presente mês de Outubro seria estreado um espectáculo. O encerramento do museu de etnologia do Porto é outro exemplo a merecer reparo, já que o compromisso de reabrir noutro local não foi cumprido com a agravante de o seu valioso partimónio estar agora a deteriorar-se mais rapidamente.

A não substituição do delegado da SEC no Porto, após a demissão do eng. Diogo Alpendurada, «é mais uma expressão de que algumas coisas vão muito mal nesta área e que requerem cabal esclarecimento público», afirma a DORP.

A DORP do PCP abordou também a reabertura do ano escolar, realçando a falta de condições mínimas para o funcionamento das escolas.

No plano económico e social, foi sublinhada a preocupante situação do distrito e manifestada solidariedade «para com os milhares de trabalhadores do distrito que, neste momento, lutam contra a insegurança do emprego, contra a redução dos postos de trabalho, os salários en atraso, as discriminações e os atentados diários contra os seus direitos individuais e colectivos».

Na conferência de imprensa foi igualmente anunciado um calendário de acções de eslarecimento sobre o Tratado de Maastricht, a promover em diversos concelhos do distrito.

Em foco, estiveram ainda os trabalhos de preparação do 14º Congresso do PCP.

A DORP revelou que estão já em distribuição nas organizações vários documentos e que durante o mês de Novembro serão decorrerão em todas as organizações assembleias plenárias para eleger os cerca de 210 delegados ao Congresso no distrito. Entretando, estão já marcadas várias iniciativas em muitas organizações, nomeadamente um plenário de militantes, para o próximo dia 19, promovido pelo sector intelectual da DORP. Destaque por fim à deslocação de **Álvaro Cunhal** ao Porto para participar numa reunião de quadros, marcada para o próximo dia 24 de Outubro.

BRAGA

DORB exige medidas específicas para deter crise no distrito

A grave crise económica e social no distrito de Braga e as perspectivas do seu aprofundamento, devido «à continuação da política cavaquista e com a entrada em vigor do Mercado Interno Europeu», foram analisadas pela Comissão Executiva da DORB do PCP, que manifesta «sérias preocupações» quanto ao progresso e bem-estar da região e da sua população e exige «medidas específicas, urgentes e integradas no plano económico e social». Os «ventos da crise» sopram em praticamente todos os sectores da economia do distrito, comprometendo gravemente a base económica do desenvolvimento regional, «seja no Vale do Ave ou na bacia do Cávado, seja nos concelhos de grande concentração industrial ou nos de economia predominantemente rural».

A DORB considera que é «necessário ganhar acrescida consciência de que se impõe uma profunda mudança de política» e lamenta que esse objectivo não tenha sido esse o objectivo do 1º Congresso do Vale do Ave recentemente realizado. «Promovido com grande aparato e propaganda, esta iniciativa da Associação de Municípios do Vale do Ave/PS, saldou-se por um fracasso». Os comunistas de Braga criticam o facto de os trabalhadores terem sido ignorados tal como as suas organizações representativas. Por outro lado, a iniciativa «não convenceu os empresários que primaram pela ausência» Relativamente ao decorrer do congresso, «criticou-se q.b. a política do Governo, mas sobretudo elogiou-se e procurou-se passar responsabilidades para a sociedade civil (...) quanto ao mais, pedinchou-se de mão estendida perante Bruce Milan, mais fundos, mais apoios comunitários».

A DORBraga alerta ainda para factos recentes «tão graves como o encerramento do Serviço de Urgência na extensão de Pevidém do Centro de Saúde de Guimarães, assim como o não pagamento da horas extraordinárias dos médicos, enfermeiros e outro pessoal do Hospital de S. Marcos, sinais visíveis da degradação crescente da prestação dos cuidados de Saúde».

Na sua reunião, a Comissão Executiva da DORB fez igualmente um balanço das acções em curso contra o Tratado de Maastricht e tomou medidas para o prosseguimento da recolha de assinaturas e distribuição de documentos, bem como de outras iniciativas que incentivem o debate e o esclarecimento público.

No âmbito da preparação do 14º Congresso, êstá a proceder-se nas organizações à difusão dos projectos de alterações de estatutos e programa do PCP, tendo a DORB aprovado um plano de reuniões e assembleias a realizar nos meses de Outubro e Novembro para discussão dos documentos básicos e eleição dos delegados ao Congresso.

Novas sedes

A Comissão Executiva da DORB salienta «o bom acolhimento» que está a ter entre os comunistas e amigos o anúncio da aquisição dos novos centros de trabalho Sedes de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão. Tendo em conta os montantes definidos pelas comissões concelhias respectivas necessários ao pagamento das instalações, foi fixada em 20 mil contos a meta global para da campanha de fundos no distrito, a decorrer desde o passado dia 1 até 30 de Setembro de 1993. A DORB decidiu por fim enviar uma saudação à União de Sindicatos de Braga, pela passagem do 22º aniversário da CGTP-IN.

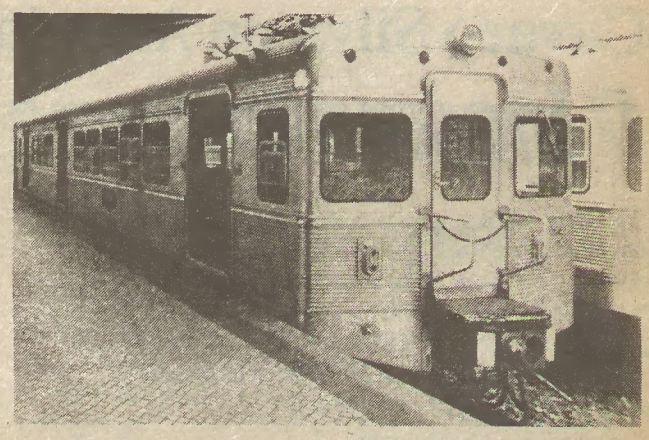
BEJA

DORBE reclama novo plano de desenvolvimento da região

Em recente reunião, a Direcção Regional de Beja do PCP considerou que «é preciso lutar» para que no orçamento de Estado de 93 sejam fixados «objectivos e verbas adequadas para o distrito, nomeadamente na política social e no desenvolvimento» da região. A DORBE vê com apreensão o perigo de encerramento de mais empresas e manifesta «apoio aos trabalhadores e aos seus sindicatos na luta por novas contratações colectivas de trabalho que permitam o aumento real dos salários e das condições de vida dos trabalhadores». Os comunistas de Beja estão igualmente solidários com a luta dos trabalhadores das pirites alentejanas, de Aljustrel, para que «o Governo assuma as suas responsabilidades e por uma administração e gestão competentes no sentido de ser resolvida a grave situação em que a empresa se encontra». O PCP apoia também as reivindicações dos trabalhadores da fábrica de conservas Pátria, ex-Noudar, em Moura, que a administração quer encerrar, despedindo 63 trabalhadores.

Sobre o desenvolvimento do distrito, a DORB reivindica «uma decisão favorável à construção do Alqueva e do plano de rega do Alentejo; a elaboração de um plano integrado de desenvolvimento para o Alentejo, com carácter prioritário e urgente, que tenha em conta a filosofia e propostas contidas no PIDDBEJA», da responsabilidade das autarquias alentejanas.

Os comunistas reclamam também «a participação efectiva das autarquias, dos sindicatos, das associações empresarias, culturais e ambientais, das forças políticas da oposição, na elaboração e execução do novo plano de desenvolvimento regional; o estudo e elaboração de projectos concretos sobre o futuro papel e aproveitamento da base aérea nº 11 de Beja, do matadouro industrial e de outras indústrias importantes da região. Reveste-se igualmente de grande importância a promoção da Região de Turismo Planície Dourada, bem como de uma política ambiental que potencie a valorização do litoral alentejano, a recuperação das águas do rio Guadiana, o combate à erosão dos solos, promova o ordenamento florestal e defenda as espécies locais.



LISBOA

PCP apoia lutas na RN, CP e Carris

Reunida recentemente para analisar a situação política, social e autárquica na capital, a Direcção da Cidade de Lisboa do PCP, manifestou «solidariedade com os trabalhadores da RN, da CP e da Carris em luta pelos postos de trabalho, contra a retirada de regalias anteriormente conquistadas».

Esta estrutura do PCP apoia igualmente a luta dos estudantes do ensino superior contra o aumento das propinas, considerando «particulamente graves os acontecimentos na UNL, em que, pela primeira vez, desde o fim do fascismo, a política foi chamada a intervir dentro de um Universidade».

Os comunistas lisboenses condenaram também a posição do ministro da Educação que tenta «lavar as mãos da efectiva responsabilidade pelo aumento e a assunção pelo Estado das responsabilidades que tem na educação».

Sobre a situação autárquica, o PCP «congratula-se com o trabalho desenvolvido por comunistas e socialistas e outros democratas nas autarquias da cidade», defendendo contudo uma maior descentralização de competências e de verbas para as freguesias, «de modo responder mais rapidamente aos problemas sentidos pelas populações».

A Direcção da Cidade de Lisboa do PCP decidiu ainda iniciar uma ampla discussão nas suas organizações sobre as eleições autárquicas de 1993 e marcar para o próximo dia 12 de Outubro um debate sobre o plano da Avenida da Liberdade e zonas envolventes, que contará com a presença de um vasto número de trabalhadores e intelectuais cuja actividade está ligada ao Parque Mayer.

Não a Maastricht

Está anunciada para o Rossio uma exposição integrada na campanha de esclarecimento do PCP contra o Tratado de Maastricht, que decorrerá entre os dias 14 e 17 deste mês. Na quarta- feira, dia da inauguração, a exposição funciona das 17 às 20 horas e conta com a presença do camarada Octávio Teixeira. Na quinta e sexta-feira o pavilhão funcionará das 9 às 20, estando prevista a participação dos camaradas João Amaral e Jerónimo de Sousa nos debates denominados «À conversa com ...», que decorrerão entre as 17 e as 19 horas. No sábado, a exposição está aberta ao público das 10 às 12 horas.

Homenagem a Irene Castro

Promovida por um grupo de personalidades dos mais diversificados sectores de actividade, realiza-se no Porto, no próximo domingo, uma homenagem a Irene Castro, destacada lutadora antifascista, exemplo de mulher activista dos direitos e liberdades dum povo oprimido por uma ditadura facista e implacável que dominou o País durante quase meio século.

Duma verticalidade ímpar e coerente com os nobres ideais que sempre a nortearam, Irene Castro foi militante do Partido Comunista Português durante mais de 30 anos.

A homenagem tem início às 11 horas com a colocação de flores no cemitério do Prado Repouso. Pelas 15 horas terá lugar uma sessão pública no Salão Nobre do Clube Fenianos Portuenses.

CAMARADA FALECIDO

JOSÉ FRÁGUAS LUCAS

Faleceu no passado dia 26 de Setembro, com 74 anos, José Fráguas Lucas. Dedicado e corajoso militante comunista, iniciou bem jovem a sua actividade de resistente antifascista, no Barreiro, tendo integrado o MUD. Da sua acção variada, destaca-se o seu trabalho editorial progressista durante a ditadura, designadamente na «Prelo» e na revista «EPPE». É ainda de realçar o apoio que prestou aos presos políticos e a iniciativas de carácter cultural. Era membro da URAP e militava na célula de Editores e Livreiros.

Aos familiares e amigos o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

PODER LOCAL

Cavaco Silva na Amadora

O incómodo duma inauguração

O gosto inauguracionista de Cavaco Silva sofreu há dias um amargo de boca, quando o Primeiro-Ministro se deslocou à Amadora para inaugurar o novo Quartel dos Bombeiros. Sendo pacífica, a cerimónia não foi passiva, pois durante as intervenções e à volta da inauguração, várias denúncias e acusações foram claramente apresentadas ao chefe do Executivo.

A primeira acusação apontou, exactamente, para a construção do objecto da inauguração, o novo quartel dos Bombeiros Voluntários da Amadora, a propósito do qual se disse que «nesta ocasião de contentamento e alegria, manda a verdade que afirmemos, neste importante equipamento o Governo não cumpriu as suas obrigações, estando a sua comparticipação na obra muito abaixo dos valores que estipulou por legislação, de sua autoria, o que acarretou um esforço financeiro suplementar para a autarquia».

À partida, «o Governo assumiu a responsabilidade de comparticipar com 70% do valor total da obra – 220 000 contos – quando afinal, para que a obra fosse concluída, a autarquia teve de dispender 120 000 contos (cerca de 60% do seu custo), resultando daqui que o Município se veja obrigado, em diversas situações, a subsidiar o Orçamento de Estado, para conseguir equipamentos fundamentais à vida da cidade e das suas populações», sublinhou-se.

Um comunicado da Comissão Concelhia da Amadora do PCP, entretanto distribuído com grande sucesso entre os participantes na cerimónia, recordava:

«Para se obter a construção da escola C+S do Casal de S. Brás, o Governo Cavaco Silva obrigou a assinatura de um protocolo que impunha à CMA uma comparticipação de 120 000 contos. Hoje sabemos que essa comparticipação foi largamente ultrapassada. Na nova estação da Amadora, os custos e prazos da obra têm sido sucessiva e unilateralmente alterados e, neste momento, os valores de comparticipação da CMA estão exageradamente estimados e ultrapassam largamente os valores inicialmente apontados.»

Os Bombeiros Voluntários da Amadora bem precisavam do novo quartel que o Governo inaugurou... mas não pagou

Um Primeiro-Ministro descontente

Quanto ao Hospital, outra obra tão reclamada, «o início da sua construção ficou pendente da aceitação pelas Câmaras de Amadora e Sintra de compromisso quanto à execução de arranjos exteriores cujo valor se elevará em centenas de milhares de contos. Hoje em construção, aquele equipamento de saúde tem uma história recambolesca em prejuízo de 350 000 futuros utentes, imagem que define com clareza o desgoverno a que Cavaco Silva nos sujeita», afirmava a nota do PCP, que acrescentava:

«Recentemente, tomámos conhecimento, através da imprensa, da posição prepotente que o Governo tem relativamente às Câmaras Municipais da Amadora e Sintra, no que respeita ao saneamento básico da Costa do Estoril, obra de inteira responsabilidade do Governo do PSD e Cavaco Silva, com custos que ascendem já a mais de 30 milhões de contos, que agora se pretende sejam pagos através de brutais aumentos nos preços da água.

Mas mais: apesar do PCP da Assembleia da República, ter feito propostas de verbas a incluir no Orçamento de Estado de 1992 – propostas que foram votadas naquela sede com votos contra do PSD e com a abstenção do PS. E concluía o documento:

«Assim, por fazer continuam: os 320 fogos para realojamento do Bairro degradado da Falagueira, desde 1988 à espera do Governo; os Centro de Saúde da Brandoa e Damaia, para os quais a Câmara Municipal da Amadora disponibilizou terreno e o Governo fez-se mudo; o Tribunal da Amadora; os acessos rodoviários e as vias regionais; a esquadra da PSP da Brandoa, pese a cedência de um edifício por parte da CMA. Todas as obras e equipamentos há muito indispensáveis à vida da Amadora e reiteradamente reivindicados pelo Município ao Governo Central, e todos eles indefinida e escandalosamente adiadas, por boicote deste Governo PSD/Cavaco Silva».

Tudo isto incomodou, manifestamente, quer os PSD's locais presentes na cerimónia, quer o próprio Cavaco Silva, cujo rosto não escondia o seu desagrado. Mas não rebateu nada do que foi dito...

Questionando O.G.E.

ANAFRE exige aumento de verbas

«Considerando que está em preparação o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 1993», que «são reivindicações das freguesias portuguesas, algumas das matérias constantes do OGE» e que «a dignidade e a eficácia da intervenção das freguesias, também passam por uma maior disponibilidade de meios, nomeadamente financeiros», o Conselho Geral da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), reunido em finais do mês passado, reclama, em quatro pontos, as seguintes reivindicações:

1 — Que o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), a entregar às Autarquias Portuguesas em 1993, seja calculado no respeito integral da Lei das Finanças Locais em vigor, nomeadamente tendo como base os 233 milhões de contos que deveriam ter sido transferidos para as autarquias em 92, acrescidos da percentagem de crescimento das receitas do IVA.

2 — O aumento de 10% para 15% do valor do FEF a transferir para as freguesias.

3 — A transferência directa para as freguesias do valor do FEF que lhes cabe.

4 — A dotação em OGE de uma verba mínima de três milhões de contos, para um verdadeiro programa nacional, que permita dotar as freguesias com sedes próprias, dignas e funcionais.

Em Arcozelo, concelho de Barcelos

CDU substitui PS

A Junta de Freguesia de **Arcozelo**, concelho de Barcelos, vive há três anos uma situação conturbada que desembocou, recentemente, na entrega da gestão da autarquia à CDU, após numerosos atropelos protagonizados pela presidência PS ao longo do actual mandato. A Coligação Democrática Unitária local faz agora um balanço da situação, em comunicado que começa por dizer que «o Partido Socialista, por intermédio do presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo, ao longo deste mandato tem impedido que a Junta de Freguesia funcione democraticamente: não reúne com regularidade, a última reunião foi em Junho — quando a lei estipula a realização de uma reunião ordinária por mês; não convoca para as reuniões de junta dois dos seus membros (a Junta é constituída por cinco membros e funciona apenas com três); não cumpre as decisões da Assembleia de Freguesia e não dispõe de Orçamento e Plano de Actividades. Resumindo e concluindo, a Junta de Freguesia de Arcozelo funciona ao belo prazer do seu presidente. Estas ilegalidades são fruto da gestão autoritária e individualista imposta pelo presidente da junta, eleito pelo PS», acrescenta a CDU, que também informa a população de Arcozelo de «que não assume qualquer responsabilidade pelos actos praticados pelo presidente nestes três anos de mandato».

Actualmente, a CDU detém a maioria na Junta de Freguesia, obtida em sessão da Assembeia de Freguesia de 5 de Junho, e promete que se empenhará «em imprimir uma nova dinâmica no funcionamento da junta, onde os problemas sejam discutidos e assumidos colectivamente pelos seus membros e pela população». E acrescenta:

«Ao aceitar esta nova e grande responsabilidade, a CDU fê-lo não só com a consciência do muito que há para fazer, mas também com a certeza de que é possível fazer mais e melhor por Arcozelo. Deixem-nos trabalhar!»

Finalmente, a CDU apela à população de Arcozelo para que participe activamente nas reuniões da Junta (agora com regularidade mensal) e que contactem os eleitos da CDU, Junta e Assembleia de Freguesia expondo os problemas prioritários.

Escândalo na Câmara de Setúbal

Presidente Mata Cáceres nega pelouros à CDU

A recente decisão de Mata Cáceres, presidente da Câmara Municipal de Setúbal, de não atribuir pelouros aos vereadores da CDU recentemente empossados, Raul Figueiredo e Regina Marques, constitui «uma gravíssima opção de carácter político, antidemocrática e anticomunista», que o executivo da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP denuncia e repudia, num comunicado onde se esclarece que esta atitude do presidente socialista da edilidade setubalense surge na sequência da substituição dos anteriores vereadores da CDU no executivo camarário – Odete Santos e Aranha Figueiredo – que detinham os pelouros do Trânsito e da Energia, tendo Mata Cáceres «aproveitado» esta substituição para retirar os pelouros à CDU, não os transferindo para os vereadores substitutos. E o executivo da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP comenta:

«A alteração verificada no executivo camarário em nada pode justificar aquela decisão, tanto mais que os actuais vereadores da CDU, no anterior mandato, detiveram os pelouros, respectivamente, da Saúde e do Trânsito, efectivando um notório trabalho que ninguém pôs ou podia pôr em causa. Assim, Mata Cáceres acaba de, não só desprezar a competência e a experiência dos outros, mas ainda de assumir a Presidência da Câmara Municipal de Setúbal à boa maneira cavaquista, do partido único no poder e na governação!»

E prossegue a nota:

«Se as demais forças políticas representadas na Câmara, designadamente o PSD, escolheram a seu tempo não aceitar pelouros, ao contrário, os vereadores do PCP e da CDU, na linha aliás de uma situação concreta anterior, continuaram a reclamar plenas condições para o exercício do seu cargo. O Partido Socialista entendeu a partir de agora governar a sós na Câmara de Setúbal, à custa de uma exclusão, sem precedentes, dos comunistas, os quais, em ampla representatividade local e regional, têm dado as melhores provas na defesa das aspirações e interesses das populações e na resolução dos seus problemas».

A nota conclui, reafirmando que os vereadores da CDU «continuarão a lutar e a proceder segundo os ideais e os objectivos programáticos da lista que inseriu os seus nomes».

Évora defende Ambiente

A Câmara de Évora reafirma que a sua recusa em autorizar a instalação de indústrias poluentes no parque industrial «é uma das medidas do município com vista à defesa do Ambiente e melhoria da qualidade de vida dos eborenses».

Em comunicado, a autarquia acrescenta que a melhoria do sistema de recolha de lixo, a campanha de higiene e limpeza e a recuperação, limpeza e valorização das linhas de água, são outras das medidas camarárias, que visam a defesa do ambiente e melhoria da qualidade de vida das populações.

«Consciente das graves consequências que o desrespeito pelo Ambiente pode provocar», o município salienta que «tem actuado no sentido de tentar colmatar este atentado contra a vida humana, provocado um pouco por todos nós.

Segundo a autarquia, a sua mais recente acção de protecção do Meio Ambiente foi a plantação de árvores e arbustos em Évora e no concelho envolvente.

EM FOCO

Serenamente: não, porque...

■ **Sérgio Ribeiro**

A tomada de posições sobre Maastricht tem trazido à tona o que muita gente tinha escondido dentro de si, ou o que há bem pouco tempo não se podia acreditar que viesse a ser a sua postura perante a integração económica, perante a política, perante a vida. Assim, Maastricht está a ter o efeito de um vinho que, independentemente da sua qualidade ou excelência, se caracteriza pelo elevado grau e pelas verdades que este pode fazer libertar. *In* Maastricht *veritas*.

Nesta espécie de «strip-tease», a questão do referendo e o papel dos referendos tem sido muito apreciável, funcionando tal qual o pretexto dos aperitivos ou da música de fundo que acompanha, habitualmente, as despidelas reveladoras do que nem sempre é agradável ver.

Só com esta perspectiva, facultada pela postura das pessoas e pela natureza das coisas, se pode compreender alguma da argumentação utilizada e da linguagem que a serve. Quem cataloga os defensores do não a Maastricht de gente de direita, de irracionais, de nacionalistas xenófobos, quem os acusa de histeria e outras amabilidades, dá a ideia que perdeu um bocado a cabeça, e vê nos outros o que em si não deseja descoberto, mas Maastricht trai.

E se assim era antes do irrecusável peso do não francês, mais se tornou evidente depois do referendo, até porque o não dos franceses foi tão grande que demonstrou quanto mais o povo conhece o acordo mais desacorda com ele, mas não foi suficientemente grande para confirmar os catastrofismos anunciados que viriam justificar o caos instalado, as dificuldades inultrapassáveis, as contradições insanáveis, a total de falta de perspectivas quanto à possibilidade de fazer caminhar a Europa segundo Maastricht. E tudo isto apesar do sim maioritário no referendo francês, e não por efeito da vitória do não a Maastricht.

Nós, com toda a serenidade, estivemos, e estamos, contra o que os governos acordaram em Maastricht. E dizemos porquê, sem chamar nomes aos que pensam doutra maneira, sem invocar galões de lutas passadas, sem ter de justificar posições tomadas nesses velhos tempos e incoerentes com as posições de hoje. E compreendemos a angústia de quem diz uma coisa e quer o contrário da coisa que diz, ou quer uma coisa e diz o contrário da coisa que quer.

Ninguém nega que Maastricht é, ou melhor, pretende ser um salto qualitativo no processo de integração europeu. A exemplo de outras tentativas, em Maastricht acordou-se, ao nível governamental, a revisão do Tratado de Roma que permitiria aprofundar a integração ultrapassando a fase de união aduaneira e de PAC, prosseguindo o caminho aberto no Acto Único com a «construção» do mercado interno e suas quatro liberdades de circulação. Essa proposta de revisão do TR, antes da ratificação de **todos** os Estados-membros, pelas respectivas vias constitucionais, não é mais que isso. Toda a dramatização é despropositada e, em muitos casos, desonesta.

Maastricht é o que é, e já é diferente do difícil compromisso assinado em Maastricht porque, como acordo, é um momento de negociação em aberto. E toda a gente parece poder negociar e querer pôr Maastricht mais ao serviço dos seus interesses salvo os parlamentos nacionais e os povos, que se deveriam limitar a participar num ritual homologatório do texto sagrado que já nem é o que era para ser. Essa prerrogativa de ir mudando Maastricht não teriam tais parlamentos e povos além, claro, de certos governos como é o caso paradigmático do português que aceita Maastricht tal qual o que é, ou o que vier a ser porque o espanhol quer mais coesão «à sua maneira», o inglês menos moeda, o francês e o luxemburguês mais emigração que cidadania, ou menos cidadania para os emigrantes, o alemão mais política monetária, menos inflação, mais taxa de juro, mais Croácia e Bósnia e Herzgovina e Macedónia, e nenhuma Jugoslávia.

Estará, por isso e portanto, provado que Maastricht não era o único, o absoluto, o sem alternativa, o indispensável, o ponto de todas as partidas. E comprovada estará a falsidade de que se serviu quem fez a apologia de um caminho dizendo que, sem ele, não haveria caminho.

Serenamente, sempre dissemos que dizer não a Maastricht não era dizer não à Europa. Pelo nosso lado, temos a integração económica por irreversível. O que não é o mesmo que dizer que este (ou aqueloutro) processo de integração económica o seja. Mas também sempre dissemos que este processo de integração económica serve interesses que vão contra o que sempre defendemos e, esperamos! continuar a defender. Assim como sempre defendemos que isso não nos impedia de lutar, antes o fazia imperioso, pelo que nos parece correcto, justo, humano, no interior de uma concretização de um processo eivado de incorrecções, que é agravador de injustiças e assimetrias, que julgamos desumano.

Estivemos, e estamos, contra Maastricht, enquanto cozinhado, quando tomou a forma de acordo ao nível de Conselho Europeu, durante este período de ratificação, **porque**. E não é **porque não** em resposta a tantas defesas de Maastricht **porque sim**. E **porque**, por/para exemplo:

— em Maastricht se continua a subalternizar o social e o regional, e a afirmada recuperação ou é tímida ou é demagógica porque sem conteúdo e/ou meios;

— a União Económica e Monetária é o caminho para a macroeconomia nacional ficar dependente da política monetária comunitária;

— esta não ter, no acordo, o constrangimento de qualquer controlo democrático, nacional e comunitário;

— a cumprir-se a UEM, restar aos Estados-membros a manipulação da política salarial, com repercussões sociais particularmente graves nos países de economia mais frágil, mais dependente, com salários e situações sociais mais desfavoráveis (no ponto de vista dos trabalhadores, claro);

— a União Política ter uma vocação vincadamente federalista, com a qual, sem nacionalismos exacerbados mas com uma assumida posição de defesa da soberania e identidade nacionais, estamos em desacordo, achando curioso que surjam profissões de fé internacionalistas e federalistas de onde não se esperaria, enquanto outros negam a vocação federalista por terem escamoteado o adjectivo no texto;

— a cidadania, além de policiada, ser mais uma forma de facilitar (ou dificultar, segundo as conjunturas) a circulação da força de trabalho do que uma afirmação e assunção de direitos sociais;

— o acordo se apresentar como uma discutível amálgama de intenções sem o necessário acompanhamento de meios, como um projecto de construção sem caderno de encargos;

— se transferirem (mais) competências para o nível comunitário sem salvaguarda ou correlativo reforço dos controlos democráticos, por via dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu;

— se avançar para uma política de defesa comum e, a prazo, para uma defesa comum, num compromisso entre «atlantistas» e «europeistas» que «casa» a NATO com a UEO, no sentido contrário a uma política de segurança e cooperação europeias, com uma paz e segurança colectiva como finalidades prioritárias e pano de fundo de uma integração solidária, por isso internacionalista.

Ficamo-nos por aqui.

Na nossa perspectiva, o acordo de Maastricht é um mau caminho para a integração económica. Outro deveria ser o caminho para servir a valorização do social, a diminuição das assimetrias regionais, mas este que se nos apresentou como único pode ser melhorado. Em quaisquer que sejam as circunstância, continuaremos a lutar por uma Europa menos anti-social, mais equilibrada, pela coesão económica e social, pela convergência que não se meça em inflação, défice orçamental e nível de endividamente, que não faça das taxas de juro a alavanca das políticas e das moedas o aparente fim quando não são mais que um instrumento. Mas um instrumento que, apoiado em Maastricht, servirá para acelerar a acumulação polarizada do capital, um instrumento que não serve para se fazer, antes de mais, com que os recursos — naturais e adquiridos — satisfaçam necessidades sociais, como seria a sua função.

É por isto, e por mais agora não dito, que somos contra o acordo de Maastricht.

Hungria

Manifestação em Budapeste por uma «Democracia sem medo»

Mais de 50 mil pessoas concentraram-se em Budapeste, frente ao Parlamento húngaro, exigindo «Democracia sem medo». Uma grande manifestação que não mereceu referência nos órgãos de comunicação social, pouco sensibilizados para os movimentos sociais que se vão afirmando contra a degradação das condições de vida e dos direitos sociais inerentes à lógica exclusiva do lucro, e contra as ameaças à democracia.

A concentração — pela democracia e contra o ressurgimento da extrema-direita — foi organizada ao apelo da Carta Democrática, um amplo movimento pluralista que nasceu com base num apelo assinado por numerosas personalidades da intelectualidade húngara contra o autoritarismo do actual poder, dominado pelo Forum Democrático Húngaro (MDF) do primeiro-ministro Jozef Antall.

Grande manifestação em Budapeste, em defesa da democracia

Em 20 de Agosto passado, dia da festa nacional, o escritor da direita Istvan Csurka, vice-presidente do MDF, publicou um artigo com claro cariz anti-semita, antiliberal e anticomunista, em que dirigia uma violenta crítica ao presidente da República, o liberal Arpad Goncz, por este ser ter recusado a demitir das suas funções os directores da televisão e da rádio, conforme tinha sido entretanto exigido pelo governo.

Em Setembro, partidários de Csurka realizaram uma manifestação frente às instalações da televisão, para reclamar a demissão dos seus directores, culpados de não serem suficientemente dóceis às directivas do partido no poder.

A manifestação das forças democráticas afirmou-se como resposta a estas pretensões, em defesa de uma «democracia sem medo», uma democracia «hoje em perigo», como foi sublinhado pelos oradores, que simultaneaente denunciaram a utilização, pelas forças da extrema-direita, do desespero das pessoas face à progressão do desemprego e a queda do poder de compra.

Presentes, personalidades da Aliança Democrática Livre, como o escritor Gyorgy Konrad, presidente do Pen Club Internacional, representantes de dezenas de organizações, do Partido Socialista e do Partido Socialista Operário, das comunidades judaicas e dos sindicatos.

Um movimento amplo que se organiza e manifesta num momento em que, de par da degradação da vida democrática, se assiste à degradação da situação socioeconómica.

Nos últimos dois anos, o Produto Nacional Bruto (PNB) diminuiu em cerca de 14%, ficando ao nível de há 10 anos atrás. Simultaneamene, a produção industrial sofreu uma quebra de 27%.

Os sectores mais afectados são a siderurgia e a indústria mecânica (com 45%), a indústria de construção (36%) e a indústria ligeira (34%).

Nos campos a situação não é melhor. Com a devolução de terras aos antigos proprietários e a transformação das cooperativas, a situação da agricultura é catastrófica. A produção diminuiu em 10%.

Esta degradação da situação económica tem os seus reflexos na descida do nível de vida para consideráveis sectores da população.

Em dois anos, o consumo da população baixou de 14%, os salários reais em 11%, enquanto os preços aumentaram de 75%. Os operários e os empregados em geral sofreram quebras salariais da ordem dos 14%, para os níveis equiparáveis aos de 20 anos atrás.

Entretanto, e bem longe do discurso oficial, o papel do Estado na vida económia não diminuiu sensivelmente. Cerca de 86% do aparelho industrial continua a ser propriedade do Estado. O que mudou de facto foi a situação destas empresas. Segundo comentário do «Szabadság», periódico do Partido Socialista Operário, «as empresas, estranguladas por pesados encargos fiscais, desfazem-se das suas obras sociais, culturais e desportivas e dos seus trabalhadores. O objectivo do governo é, antes do mais, reforçar as suas posições na economia, garantindo postos de responsabilidade aos que lhe estão próximos».

Pela Paz e Cooperação CPPC esteve em Cuba

«A Paz e a Cooperação entre os povos, o respeito pelo Direito Internacional e pelos Direitos Humanos são princípios reconhecidos pelas duas organizações, razão primeira da sua luta» — sublinha-se em comunicado conjunto do Conselho Português para a paz e Cooperação (CPPC) e o Movimento Cubano para a Paz e a Soberania dos Povos — em que também se destaca a necessidade de «reconhecer de facto a cada povo o direito a ser feliz, a escolher o caminho e o projecto de sociedade e as formas de organização que entendam melhores para o seu futuro».

O comunicado conjunto foi elaborado no quadro de uma visita a Cuba — organizada pelas duas organizações — de um grupo de portugueses, uma «Embaixada de Paz e Solidariedade», portadora de uma mensagem dirigida a Fidel Castro, enviada pelo Marechal Costa Gomes, em que se manifesta o desejo de êxitos na luta do povo cubano pelo seu bem estar e desenvolvimento e condena o bloqueio imposto pelos EUA há já 30 anos.

Como é referido no comunicado, «esteve na origem desta viagem conhecer a realidade cubana, como vive e luta o seu povo, como enfrenta e supera as dificuldades, consequência de um bloqueio imposto pelo governo dos EUA, que agora se propõe ampliar e agravar, o qual consideramos injusto e ilegal, brutal e desumano, porque atinge muito particular e especialmente a população civil — crianças, mulheres e velhos — submetendo-os a enormes dificuldades e carências na saúde, no ensino, nos transportes, no trabalho, na habitação, etc.».

Em conclusão, afirma-se que «esta visita irá contribuir positivamente para o reforço dos laços de amizade e cooperação que unem as duas organizações, e comprometem-se a tomar medidas concretas para o seu desenvolvimento, prevendo-se para o próximo ano outras visitas deste género e a deslocação a Portugal de uma delegação do Movimento Cubano para a Paz».

Cuba pede solidariedade

O Governo cubano pediu a solidariedade de todos os parlamentos do mundo por recear que o Congresso dos Estados Unidos aprove o projecto de lei que reforça o embargo económico decretado há 30 anos contra Cuba. O presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba (parlamento), Juan Escalona, divulgou uma declaração que será enviada a todos os hemiciclos do mundo.

O parlamento cubano exortou os deputados de todo o mundo a discutir as implicações que a «Lei Torriceli» provocará na soberania dos seus países.

O documento considera a referida lei «um acto ilegal e um dos mais graves acontecimentos da vida internacional nos últimos tempos». Denunciou que o projecto «Torricelli» não tem como objectivo ajudar o povo cubano já que ele impedirá o comércio de alimentos essenciais, medicamentos e outros bens vitais para a população».

Haiti

Milhares de cidadãos haitianos manifestaram-se junto da ONU em apoio do presidente deposto, Jean-Bertrand Aristide, que discursava perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Os 12 meses de regime do general Raoul Cedras simbolizam «um duplo crime contra a humanidade», referiu Aristide recordando que a ditadura instaurada após o seu derrube é «a mais feroz e sangrenta» da hisória do Haiti, o mais pobre do Hemisfério.

«Apenas num ano, cerca de 3000 pessoas foram assassinadas e mais de 40 mil fugiram do país, vítimas do terror dos militares», recordou o destituído presidente.

Denunciou a «espectacular» deterioração da condição económica social no terceiro mundo, e descreveu com dados a terrível pobreza e desigualdade socioeconómica no Haiti.

«O processo constitucional preservará a participação de todos e a justiça para todos no Haiti», concluiu Aristide.

Kuwait

Os grupos da oposição lideram, por larga maioria, as primeiras eleições parlamentares no Kuwait desde a guerra do Golfo, revelaram resultados oficiais parciais.

De acordo com os resultados do Ministério do Interior, 28 críticos governamentais ganharam na cidade do Kuwait e subúrbios mais próximos.

Os candidatos islâmicos, que se apresentaram nestas eleições para defender a lei islâmia como única fonte de legislação, têm 11 lugares confirmados nos 50 do parlamento, prevendo-se que venham a conseguir 15.

Quinze apoiantes governamentais conquistaram lugares na maior parte das zonas tribais, tradicionalmente próximas da família real dos Al-Sabah.

A taxa de participação rondou os 90 por cento em alguns círculos eleitorais, num país onde apenas os homens com mais de 21 anos, naturais do Kuwait, podem votar.

Este é o primeiro acto eleitoral desde que o emir xeque Jaber Al-Ahmed Al-Sabah dissolveu a anterior assembleia em 1986 pelas duras críticas feitas ao governo.

Japão

Centenas de operários japoneses manifestaram-se numa região de Osaka protestando contra a redução dos fundos de assistência social.

Os trabalhadores opõem-se às restrições impostas aos pedidos de assistência social superiores a 2000 escudos por dia. O salário médio mensal dos trabalhadores japoneses do sector público baixou 2,7 por cento em Agosto, em relação ao mesmo mês de 1991, atingindo os 2680 dólares, facto que sucede, pela primeira vez, nos últimos nove anos.

O número mensal de horas de trabalho dos assalariados nipónicos diminuiu 3,5 por cento, segundo um relatório do Ministério do Trabalho.

Por outro lado, em 1991 o salário anual dos trabalhadores do sector privado japonês diminuiu 5 por cento em relação a 1990, fixando-se nos 37 580 dólares.

Grã-Bretanha

Cerca de 46 mil empresas britânicas faliram ou foram liquidadas nos primeiros nove meses do ano, mais 40 por cento que no mesmo período de 1991, indicou o grupo de informações financeiras Dun And Bradstreet.

As pequenas empresas falidas ou liquidadas entre Janeiro e Setembro representam 57 por cento do total.

Em média, registaram-se 1200 falências ou liquidações por semana nos três primeiros trimestres de 1992.

Porsche

O construtor alemão de automóveis Porsche vai despedir 1850 trabalhadores até 31 de Julho de 1993, dando assim cumprimento a um plano de reestruturação interno.

Há quatro meses, a administração da Porsche havia anunciado a supressão de 850 postos de trabalho.

O aumento do número de trabalhadores a despedir «insere-se num vasto plano de reestruturação, que visa encarar a difícil situação económica mundial», refere um comunicado da empresa.

EUA

O número de pedidos de subsídio de desemprego apresentados nos Estados Unidos durante a terceira semana de Setembro aumentou 3,6 por cento, para 429 mil, informou o departamento norte-americano do Trabalho.

Este foi o quinto aumento semanal consecutivo dos pedidos de subsídio de desemprego, que atingiram, assim, o nível mais elevado das últimas seis semanas.

Os analistas consideram que os dados hoje divulgados confirmam as «previsões pessimistas» de um aumento da taxa de desemprego de Setembro e prevêem um aumento da taxa para 7,8 por cento, contra 7,6 por cento em Agosto.

Brasil

PT, principal vencedor das eleições autárquicas

Os resultados que se estão a registar nas eleições autárquicas brasileiras — e que se seguem ao processo que levou à destituição de Collor de Melo — testemunham de que algo se está a agitar na cena política do Brasil.

Nenhum dos candidatos à prefeitura (presidência da Câmara) das grandes cidades conseguiu nas eleições autárquicas de sábado a margem necessária de 50 por cento dos votos para ser eleito à primeira volta. Os grandes centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, só deverão eleger os seus autarcas locais na segunda volta das eleições a realizar em 15 de Novembro entre os dois candidatos que registaram os melhores resultados no escrutínio de sábado.

Entretanto, e segundo todas as projecções, o Partido dos Trabalhadores (PT), aparece como o principal vencedor.

De acordo com essas projecções, o Partido dos Trabalhadores, para além de ter obtido uma substancial votação nos Concelhos, colocou na segunda volta das eleições os seus candidatos a prefeito em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.

O resultado mais significativo para o PT foi registado no Rio de Janeiro, onde a candidata Benedita da Silva, originária das favelas da cidade, se impôs com 30 por cento dos votos à favorita do Partido Democrático Trabalhista.

Em São Paulo, o centro económico mais importante do Brasil e a maior cidade da América do Sul, o PT também colocou na segunda volta o seu candidato, que conquistou 26 por cento dos votos.

A nível nacional, a decisão da esmagadora maioria dos deputados da Câmara, de abertura de um processo político contra Collor por corrupção e consequente destituição temporária do chefe de Estado brasileiro, lançou o país em festa. Os populares, que há vários dias enchiam as ruas do país, trocaram o luto com que exigiram o afastamento do presidente pelas cores nacionais.

Neste quadro, o presidente interino do Brasil, Itamar Franco, prometeu responder às reivindicações populares que marcaram as mobilizações dos últimos meses e levaram à destituição de Collor de Melo.

O novo chefe de Estado sublinhou que «essas mobilizações populares exigem a transparência como um pilar da responsabilidade do Estado» e reafirmou o seu compromisso de lutar contra a pobreza em que vivem 70% dos cerca de 150 milhões de brasileiros.

PCP felicita Partido dos Trabalhadores

O Secretariado do Partido Comunista Português enviou ao Directório Nacional do Partido Trabalhadores o seguinte telegrama:

CALOROSAS FELICITAÇÕES PT ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS MELHORES VOTOS LUTA POR BRASIL DEMOCRÁTICO PRÓSPERO PROGRESSISTA

O SECRETARIADO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.

África do Sul

ANC decide retomar negociações

O Comité Nacional Executivo do Congresso Nacional Africano (ANC) aprovou a retomada de negociações constitucionais com o governo sul-africano, na sequência da cimeira realizada entre Frederik De Klerk e Nelson Mandela.

A retomada das negociações com Pretória, suspensas desde Junho, na sequência do massacre de Boipathong, abre caminho à superação da profunda crise política que se vive no país, em consequência da onda de violência e do bloqueio das reformas.

Manter a actual campanha de acções de massas lançada em Julho, acompanhada entretanto de medidas no sentido de prevenir eventuais incidentes de violência, que as forças de direita se têm empenhado em provocar, foi outra decisão do Comité Nacional de Trabalho, NEC.

«O NEC reiterou que todas as acções de massas deverão prosseguir ao abrigo das recomendações do Comité Nacional de Paz e da Comissão Goldstone», sublinha o comunicado do movimento.

O NEC rejeitou, por outro lado, como «nulidade» qualquer «legislação unilateral» que venha a ser aprovada relativamente à concessão de uma amnistia geral durante a sessão extraordinária do Parlamento, em Outubro.

Entre os «importantes ganhos» reivindicados no «registo de entendimentos» entre o governo e o ANC, o movimento destacou a libertação de presos políticos, medidas para interdição de porte de armas perigosas e o controlo da violência associada aos albergues.

Após frisar que o retorno às negociações constitucionais com Pretória foi possibilitado por aqueles progressos, o comunicado nota que este diálogo «requererá preparação cuidadosa para que seja frutífero».

Como afirma o ANC, o «problema central» que ainda impede a transição da África do Sul para uma democracia é a falta de liberdade de actividade política em muitas partes do país, «em particular nos bantustões».

«Acreditamos que é da responsabilidade do regime de De Klerk assegurar que todos os impedimentos no caminho do exercício destes direitos sejam removidos», sublinha o NEC, que assume a decisão de – devido aos progressos registados – desconvocar a greve nacional agendada para 12 de Outubro.

Moçambique

Assinado Acordo Geral de Paz

Dia 4, em Roma, foi assinado finalmente, após diversos adiamentos, o Acordo Geral de Paz para Moçambique. O acordo foi assinado pelo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e pelo dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, em cerimónia presidida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Emílio Colombo.

Um primeiro passo, que poderá abrir os caminhos para uma paz real, num país há 15 anos devastado por uma guerra de terror dirigida contra as populações, por um movimento que assumidamente contou com apoios externos decisivos, em particular, e de forma directa, de Pretória.

As negociações para a paz em Moçambique começaram a 8 de Julho de 1990, em Roma. Um longo processo que agora culminou com a assinatura do acordo geral, após a rúbrica dos quatro últimos protocolos — IV, V, VI e VII — que se referem , respectivamente, às questões militares, garantias, cessar-fogo e conferência de doadores.

O cessar-fogo só entrará em vigor após o Parlamento moçambicano aprovar todo o texto do acordo.

O acordo de paz prevê, nomeadamente, a realização de eleições presidenciais e legislativas, no prazo de um ano e, até lá, a criação de um corpo único de Forças Armadas com 30 mil homens. O futuro exército único deverá denominar-se Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

O acordo agora assinado permitirá que Moçambique receba ajuda alimentar de emergência para apoiar os cerca de dois milhões de habitantes ameaçados pela fome e o regresso dos refugiados e deslocados de guerra, estimados também em cerca de dois milhões de moçambicanos.

O secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, garantiu que a ONU vai actuar o mais depressa possível para assegurar o cumprimento das suas funções no quadro dos acordos de paz.

Entretanto, em Joanesburgo, o Congresso Nacional Africano (ANC) congratulou-se pela assinatura dos acordos de paz.

«O ANC espera que o acordo favoreça uma paz duradoura e facilite a reconstrução de Moçambique», diz o ANC, que apela ainda aos países vizinhos e, em particular, ao governo sul-africano, para que «respeitem religiosamente o acordo».

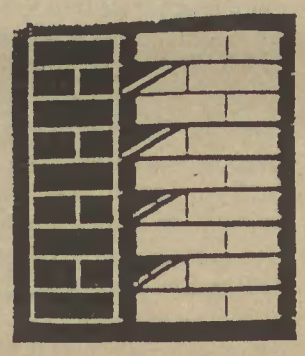
MPCA questiona violência e democratização na África do Sul

A «necessidade de, no mais curto espaço de tempo, ser criado, na África do Sul, um novo governo, multi-racial, capaz de levar por diante, de forma consistente, a democratização da África do Sul» — foi um dos pontos de concordância no encontro de uma delegação do Movimento Português Contra o *Apartheid* (MPCA) com o embaixador da África do Sul em Lisboa.

O encontro, realizado em 2 de Outubro, vem na sequência de uma carta enviada pelo MPCA, questionando as circunstâncias e o contexto em que ocorreu o massacre do Ciskei.

Em comunicado de imprensa do movimento anti-*apartheid*, que aqui parcialmente reproduzimos, abordam-se factos fundamentais do actual momento político na África do Sul, e que estiveram presentes no referido encontro.

De entre as causas que, de momento, entravam o desenvolvimento desse processo, foi em particular tratado o problema da violência. Na tentativa de identificar as suas causas, foi abordado neste encontro o problema das armas tradicionais, da reestruturação das forças policiais e de segurança e a questão dos bantustões, em especial a necessidade da sua completa integração na África do Sul e o seu afastamento definitivo em qualquer perspectiva de evolução futura do país.



MPCA

Houve acordo quanto à necessidade e utilidade no acompanhamento pela Comunidade Internacional — em particular pela ONU, OUA, Comunidade Europeia e Commonwealth — do processo de democratização da África do Sul, colaborando na identificação dos problemas e participando em tarefas concretas, como seja a reestruturação das forças policiais e de segurança, em ordem, quer à constituição de um corpo de segurança imparcial, quer à implementação e efectiva aplicação das restantes medidas previstas no Acordo de Paz.

O embaixador da África do Sul e a delegação do MPCA concordaram, igualmente, na necessidade de serem respeitadas e cumpridas as recomendações da Comissão Goldstone — produzidas na sequência do massacre do Ciskei — como contributo indispensável à diminuição da escalada da violência e à abertura de possibilidades para o retomar do processo negocial. O embaixador da África do Sul afirmou, à luz daquelas recomendações, a necessidade de proceder contra os responsáveis pelo massacre.

O MPCA declarou que, na ausência de decisões e iniciativas por parte do governo sul-africano que, sem margem para dúvidas, afirmem o seu empenhamento em avançar nessa direcção, ninguém poderá, política, moralmente, ou por outra forma, criticar as opções tomadas pelo povo sul-africano através das suas organizações representativas, no sentido de manifestar e afirmar o seu direito à liberdade.

ELEIÇÕES EM ANGOLA

O mau perder da UNITA

Quando, na manhã de quinta-feira passada, eram publicados os primeiros resultados, ainda parciais e provisórios, das eleições angolanas, já a vitória de José Eduardo dos Santos e do MPLA pareciam firmemente desenhadas. Com correcções ao longo dos dias, a vantagem e a posição relativa do actual Presidente da República Popular de Angola e Presidente do MPLA sobre os seus rivais consolidaram-se. José Eduardo dos Santos, no apuramento provisório publicado pelo «Jornal de Angola» de sexta-feira, referindo o ponto da situação às 23 horas da véspera, aparecia à cabeça dos concorrentes às eleições presidenciais, com 60,16 por cento, seguido de Savimbi com 30,85 por cento.

Muito abaixo situava-se Holden Roberto, com apenas 4,10 por cento, enquanto os outros candidatos não atingiam percentagem significativa, muitos deles abaixo de 1 por cento.

Nesse apuramento também o MPLA surgia liderando os resultados, com 61,80 por cento, enquanto que a UNITA registava 27,04 e a FNLA se ficava pelos 4,12 por cento. A diferença entre as votações dos concorrentes às presidenciais e os respectivos partidos concorrentes às legislativas iria manter-se sensivelmente durante o longo escrutínio.

Confirmando-se a vitória do MPLA e do seu Presidente, a UNITA começou a dar sinais de impaciência, que depressa a levaram à provocação e à ameaça. Com uma votação situada entre os 20 e os 30 por cento, perdidas as esperanças — se é que Savimbi e os seus apaniguados e protectores as tinham verdadeiramente — de vencer as eleições que os observadores classificaram de pacíficas e com uma afluência superior aos 90 por cento de inscritos, o desespero subiu à tona. Com um milhão de votos escrutinados no princípio da madrugada de sexta-feira, a vantagem do MPLA mantinha-se. Ao mesmo tempo o nervosismo da UNITA subia, como o puderam verificar certamente os telespectadores portugueses que começaram a ouvir falar na RTP de fraudes e incidentes, quando nos dias anteriores tudo eram rosas em Angola.

A «intoxicação»...

Ao mesmo tempo que divulgava resultados afirmando que ia à frente do MPLA com uma «vantagem» de cem mil votos (!), a UNITA manifestava-se contra a divulgação de resultados na rádio, declarando-se «contra o espírito de intoxicação e de enervação da população». O facto é que, enquanto os órgãos de comunicação social iam divulgando números saídos do Conselho Nacional Eleitoral que davam à UNITA resultados muito abaixo das expectativas de alguns, o partido de Savimbi apenas divulgava números referentes a mesas em que ganhava...

Mas as atitudes da UNITA iam-na deixando cada vez mais isolada, contrastando com as posições das outras formações e candidatos. Na sexta-feira, já a guarda pessoal de Savimbi se preparava para ocupar posições «avançadas» em redor da residência do chefe, movimentando tropas armadas de lança-granadas, em Luanda. No sábado, Savimbi ameaça o Conselho Nacional Eleitoral e acusa-o de falsificação. Em mensagem difundida pela rádio, o chefe da UNITA toma ainda posição contra as «organizações internacionais», afirmando que não depende de nenhuma delas «dizer que as eleições foram livres e justas». Ao mesmo tempo fez um dramático apelo aos militantes do seu partido para se «manterem vigilantes como no passado», ameaçando-dar «na hora devida uma resposta adequada às manobras do MPLA».

Querendo contrariar com as palavras a derrota comprovada em números, Savimbi chegou ao ponto de afirmar que «é a UNITA que está à frente, tanto nas legislativas como nas presidenciais».

Estas declarações, que o MPLA considerou, segundo a Lusa, «uma verdadeira declaração de guerra», não provocou reacções de maior. Deitando os foguetes, fazendo a festa e apanhando as canas, a UNITA declarou que a mensagem do seu chefe devia ser lida «como um murro na mesa».

Entretanto, e enquanto em Angola outros dois candidatos às presidenciais — Holden Roberto e Daniel Chipenda, se manifestavam contra um eventual «regresso à guerra», as apreciações internacionais do processo eleitoral e dos seus resultados deixavam a UNITA cada vez mais isolada.

«Conselhos» a Savimbi

O Conselho de Ministros de Portugal foi dos primeiros a manifestar-se. Em boa verdade, ainda não se registavam resultados quando na manhã de quinta-feira passada o Governo se confratulava com a forma «cívica e ordeira como os angolanos exerceram pela primeira vez em liberdade o seu direito de voto».

Haveria ainda ilusões? O certo é que o porta-voz do Conselho adiantou: «Cabe agora aos angolanos, em clima de tolerância, aceitar democraticamente o resultado das eleições».

Uma no cravo e outra na ferradura foi, dois dias depois, a atitude adoptada por Cavaco Silva, distribuindo conselhos: «Nem os vencedores se devem deixar apoderar de arrogância, nem os vencidos podem ser ignorados nesta fase que se vai seguir», disse o Primeiro-Ministro que, entretanto, admitiu que «tudo aponta no sentido de as eleições terem corrido com toda a normalidade».

Mais afoito, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, manifestou confiança de que «a UNITA acabará por aceitar o resultado das urnas», adiantando que os observadores internacionais consideram que «o processo decorreu com liberdade, isenção e seriedade».

A nível internacional, a imprensa tem não apenas destacado a muito provável vitória do MPLA e de José Eduardo dos Santos como a forma correcta e ordeira como as eleições se desenrolaram. Mas o «Washington Post», que sublinha a «ausência de violência, intimidação ou fraude», coloca o dedo na ferida: «Será que os derrotados aceitarão o resultado de bom grado»? A questão poderia colocar-se de outro modo: será que os que têm apoiado política e materialmente a UNITA o continuarão a fazer, após a derrota eleitoral desta? Não se tardará em saber. Entretanto, não deixa de ter de considerar positivo que De Klerk, o presidente sul-africano, tenha exortado os concorrentes às eleições a acatarem os seus resultados. O mesmo fez os Estados Unidos, cujo governo pediu na passada segunda-feira aos dirigentes angolanos que também assim procedessem. Por seu lado, na véspera, Herman Cohen, secretário de Estado adjunto dos EUA para os assuntos africanos, insistiu pessoalmente junto de Savimbi para que se conforma com os números saídos das urnas.

Os últimos dias, porém, registam acontecimentos que não auguram nada de pacífico, com as movimentações de tropas da UNITA em várias zonas de Angola, o retorno das sabotagens e a insistência, a nível político, nas acusações de fraude eleitoral e nas ameaças à CNA. Na madrugada de anteontem, os cinco mil militares das FALA (UNITA) que integravam o exército único de Angola, as Forças Armadas Angolanas, abandonam estas, no dia seguinte à extinção dos dois exércitos. Foi o próprio chefe do Estado-Maior das FALA, adjunto da chefia do Estado-Maior das FAA, o general Ben-Ben, sobrinho de Savimbi, quem anunciou esse abandono. Dez generais da UNITA subscreveram o comunicado de Ben-Ben que acusa o governo angolano de «traição» no registo eleitoral e no escrutínio... Embora declarando não desejar «voltar à guerra», os generais da UNITA «exigem» condições. Uma delas é nada mais nada menos que a anulação de todo o processo eleitoral.

■ LM

Eleições pacíficas e festivas

• Comentário de M. Urbano Rodrigues, observador internacional em Angola

Miguel Urbano Rodrigues, deputado do PCP na AR e membro da delegação da Assembleia da República que acompanhou as eleições angolanas, integrada no grupo de 800 observadores internacionais, comentou, assim, em depoimento prestado ao «Avante!» no passado dia 3 de Outubro, o processo a que teve oportunidade de assistir:

Se tivesse de escolher uma palavra para definir a impressão que as eleições angolanas causaram nos observadores internacionais que acompanharam o acontecimento optaria por **surpresa**.

Na própria reunião preparatória que tivemos com elementos do Conselho Nacional Eleitoral , o director-geral das eleições — um jurista ligado à FNLA — advertiu os observadores de que deveriam estar preparados para inevitáveis e variados incidentes num país que, pela primeira vez, ia às urnas. E, afinal, foram raros. O povo angolano deu uma grande lição de civismo e espírito democrático e, nos grandes centros, de maturidade política.

Coube-me ficar em Luanda com o deputado Vítor Crespo, chefe da delegação da Assembleia da República, e com o deputado Pereira Coelho, também do PSD. Visitámos, nos dias 29 e 30 de Setembro, umas três dezenas de assembleias de voto, a maioria do centro da capital e dos grandes musseques da periferia, e algumas em áreas rurais, junto do Bengo, onde as secções de voto estavam instaladas, por vezes, ao ar livre, sob as árvores.

No nosso grupo houve consenso: a votação, por onde passámos, decorreu normalmente. No primeiro dia havia enormes bichas. O povo nunca tinha participado de uma eleição e a maioria dos eleitores já se concentrava junto das secções de voto antes das cinco da manhã. Registámos muita ansiedade para votar, protestos contra a lentidão, mas em parte alguma agressividade, ilegalidades aparentes e menos ainda incidentes provocatórios. Como observadores portugueses, fomos recebidos quase festivamente pelos membros das mesas, pelos delegados dos partidos — o MPLA e a UNITA estavam em todas — e pela polícia eleitoral (desarmada). As forças de segurança mantinham-se a quinhentos metros das assembleias. Ninguém exibia autocolantes, não vimos pessoas a dar indicações de voto.

A eleição foi de certa maneira uma festa. O cartão de eleitor, com o retrato, tornou-se para milhões de angolanos um documento histórico, um título honroso.

A tinta indelével, no dedo, impedia a dupla votação e, portanto, a fraude.

Falei com dezenas de observadores internacionais da Europa, da Ásia e da África e com jornalistas de muitos países, incluindo os enviados da «Voz da América» e de «Le Monde». Todos, sem excepção, manifestavam espanto pela atmosfera de serenidade, alegria e descontracção. Não vi, nem ouvi, entre dezenas de entrevistados pela TV angolana e pela Rádio Nacional de Angola, um só que criticasse a maneira como transcorreram as jornadas eleitorais, apontando fraudes.

A Unita não tornou pública qualquer crítica até ao momento em que a divulgação dos resultados — inicialmente os dos meios de comunicação social e depois os oficiais — revelou que José Eduardo dos Santos e o MPLA estavam largamente à frente em quase todas as províncias. Depois, quando a derrota do partido de Jonas Savimbi se tornou clara, houve uma viragem. A Rádio Vorga, da Unita, mudou o tom e multiplicaram-se as acusações e os incidentes.

É cedo para previsões sobre o desenvolvimento do processo angolano. Mas a arrogância dos homens da guarda de Savimbi e as pretensões que cometeram logo que os resultados começaram a ser conhecidos vale por um convite à reflexão. Os hotéis onde estavam instalados dirigentes da Unita assemelhavam-se a quartéis de um país em guerra.

Para terminar, recorro ao depoimento insuspeito do correspondente do «New York Times» em Luanda. Num artigo que escreveu para o seu jornal manifesta estranheza pelo que os porta-vozes da Unita disseram em conferência de imprensa promovida horas antes de o primeiro voto cair nas urnas. A Unita, segundo o jornalista norte-americano, estava «a preparar o terreno para contestar os resultados se o voto lhe fosse desfavorável».

Mais adiante sublinha que a eleição decorreu normalmente, sem actos de violência.

Merece também referência o facto de o «Washington Post» ter qualificado a eleição de «pacífica», salientando que «Luanda esteve completamente festiva». O representante dos Estados Unidos em Luanda, Jeffrey Mellington, declarou ao «Jornal de Angola»: «Devemos louvar os angolanos.»

Não faço previsões sobre o futuro imediato em Angola. Como observador internacional limito-me a verificar que José Eduardo dos Santos e o MPLA venceram as eleições.

Resultados oficiais parciais antes da suspensão da sua divulgação pelo C.N.E.

PRESIDENCIAIS			LEGISLATIVAS		
José Eduardo dos Santos	1.761.054	50.83%	MPLA	1.922.660	55.07%
Jonas Savimbi	1.364.726	39.39%	UNITA	1.167.734	33.45%
Holden Roberto	74.023	2.14%	FNLA	82.099	2.35%
Alberto Neto	69.867	2.02%	PLD	78.880	2.26%

Estes resultados são os últimos anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral, antes deste ter suspendido, anteontem, a sua divulgação. Prevê-se que hoje sejam divulgados os resultados definitivos. O quadro que publicamos refere-se, para as Presidenciais, a 3 986 302 votos escrutinados entre os 4 828 626 inscritos e, para as Legislativas, a 4 015 629 votos escrutinados

Secretariado do CC do PCP faz votos pelos êxitos do MPLA

No passado sábado, o Secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Central do MPLA a mensagem que a seguir publicamos:

É com profunda alegria que saudamos os resultados eleitorais obtidos pelo camarada José Eduardo dos Santos e pelo MPLA nas eleições angolanas, não deixando margem para dúvida quanto ao enorme apoio popular que gozam em Angola o MPLA e o seu Presidente.

Não obstante a guerra conduzida pelo imperialismo, os racistas e os seus aliados internos, com todo o cortejo de sofrimento e destruições impostas, o povo angolano confirmou a sua confiança no MPLA e no seu Presidente, em eleições cujos resultados devem ser respeitados.

O PCP faz votos para que, na direcção do país, o MPLA obtenha os maiores êxitos e para que o povo angolano, livre de ingerências e pressões externas, possa finalmente reconstruir o país e desenvolvê-lo na senda da paz, da democracia e do progresso social.

Nesta ocasião de grande alegria, o PCP renova a sua vontade de continuar a agir para que os laços históricos de amizade, solidariedade e cooperação que unem o PCP e o MPLA se reforcem no interesse dos nossos dois povos e países.

O Secretariado do CC do PCP

Álvaro Cunhal felicita José Eduardo dos Santos

O Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, enviou em 3 do corrente, ao Presidente do MPLA e da RPA, José Eduardo dos Santos, o seguinte telegrama:

«Calorosas felicitações do Partido Comunista Português pelos resultados das eleições - grande e significativa vitória do MPLA, do povo angolano e sua, Presidente José Eduardo dos Santos. Para o povo angolano, essa vitória é, no momento actual, um decisivo passo no caminho do reforço da independência nacional, da paz e do respeito pelas suas próprias opções relativamente à política a seguir na sua pátria. Pelo seu profundo significado, constituem uma contribuição valiosa para os povos que, em situações diversas e com objectivos também diversificados, lutam pelos seus justos direitos, pela liberdade, a democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

Com a segura amizade e a solidariedade dos comunistas portugueses, envio-lhe as melhores saudações.

Álvaro Cunhal

Savimbi desmascara-se

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

As declarações hoje produzidas por Jonas Savimbi, em que frontalmente ameaça desrespeitar os resultados eleitorais, revestem-se da maior gravidade.

Perante a derrota eleitoral que se anuncia, J. Savimbi deixa cair a máscara "democrática" e mostra a sua verdadeira face de principal responsável pelo cortejo de destruições, terror e morte que tem percorrido a República Popular de Angola.

O povo angolano quer a paz, quer reconstruir e desenvolver o seu país, quer viver em liberdade e independência.

A vitória do Presidente José Eduardo dos Santos e do MPLA é uma expressão inequívoca dessa vontade que deve ser respeitada.

As gravíssimas ameaças de desestabilização feitas por J. Savimbi e pela Unita têm de ser energicamente condenadas pela comunidade internacional e em particular pelos órgãos de soberania de Portugal.

Lisboa, 3 de Outubro de 1992

O Gabinete de Imprensa do PCP

Vitória do MPLA e de José Eduardo dos Santos

■ Domingos Lopes

As eleições realizadas em Angola vieram trazer para a superfície da vida política angolana e internacional algumas conclusões.

A **primeira** dá-nos conta da imparcialidade e da transparência das eleições realizadas livremente. Todos os observadores internacionais o confirmaram: as eleições **foram livres e democráticas.**

A **segunda** mostra a tremenda derrota da Unita e de Savimbi. O líder da Unita sempre cantou de galo. Sempre se mostrou arrogante. Sempre desprezou a vontade das angolanas e dos angolanos. Coagiu. Pressionou. Mentiu: anunciou que ia apresentar os dirigentes da Unita que tinha mandado assassinar e depois deu o dito por não dito.

A Unita e Savimbi, que se aliaram aos inimigos de Angola, os racistas sul-africanos, semearam o terror, a destruição e a morte em Angola.

Savimbi mandou atacar populações indefesas, raptar e massacrar comerciantes, motoristas, religiosas e religiosos.

Savimbi dizia que ganhava e arrogantemente recusava qualquer acordo com qualquer outra força política. A todo o custo, a sua pequenez política era transformada em megalomania. Ameaçou empresários e a cooperação com Portugal, ameaçou governantes, deixou Guterres à espera, e proclamava aos quatro ventos que seria o senhor das terras angolanas.

Deve-se ter rodeado de homens que caprichavam em o servir. Os outros não tinham lugar; outros foram trucidados e massacrados. Savimbi contou sempre com dois grandes apoios: Reagan-Bush e os racistas sul-africanos. Dos EUA e da África do Sul recebeu quase tudo o que quis. Transformou-se em herói para a Administração norte-americana. Foi o homem que com as tropas sul-africanas combateu a SWAPO na Namíbia e, sempre com os racistas sul-africanos, apoiou as invasões do seu próprio país pelo gigante do Sul. Esta é a realidade dos factos.

A **terceira** mostrou que Savimbi e a Unita não aceitam outra vontade que não seja a sua.

Desde os primeiros sinais divulgados pela Comissão Eleitoral, com um Presidente ligado a Holden Roberto, que os dirigentes da Unita e Savimbi ameaçaram recorrer, se necessário, à **violência para impor a substituição da vontade do povo pela de Jonas Savimbi.**

A Unita e Savimbi, no momento em que escrevemos, retiraram os "seus" generais das Forças Armadas Angolanas. Dizem que é temporariamente, mas esta inqualificável manobra, mostra até onde são capazes de ir Savimbi e a Unita. Os tais **generais deixaram de ser da Unita, mas o líder veio mostrar ao mundo que os tais generais afinal não eram generais das Forças Armadas Angolanas que obedeciam a quem de direito, mas sim ao chefe da Unita para fazer a vontade da Unita. É extraordinariamente grave o que se está a passar em Angola. A responsabilidade vai toda para Savimbi e a Unita.** Quem sabe se Savimbi, com medo dos seus próprios correligionários, devido à derrota eleitoral, se lance numa fuga **para a frente que mergulhe, de novo, Angola na guerra? A sua personalidade**, como a História vem mostrando, **é capaz de tudo.**

A **quarta** conclusão confirma que, entre os contendores, o MPLA e o seu Presidente, apesar das tremendas dificuldades económicas e sociais, de erros e incapacidades maiores e menores, **receberam do povo angolano um significativo apoio para continuarem a dirigir o país.**

Os observadores internacionais são relativamente unânimes em reconhecer este mérito. Alguns deles carregam muito mais no desmérito (real) de Savimbi e Unita, Holden Roberto e FNLA e outros. Fazem-no uns, intencionalmente, outros em exercício de um certo realismo político.

Mas o povo angolano foi chamado a decidir entre quem apareceu a concorrer. E foi neste exercício de liberdade e de soberania que o povo disse quem queria para governar o país, e sobretudo quem não queria, apesar de todos os apoios que a Unita recebeu.

Esta escolha não deixa margem para dúvida e **agora trata-se de a fazer respeitar.**

Uma **quinta** conclusão terá ainda a ver com o destino de Angola e da África Austral. Este é um voto no caminho do progresso social, do desenvolvimento económico, da paz e de apoio ao processo de desmantelamento do racismo na África do Sul.

É também um voto na estabilidade e no reforço da cooperação com Portugal.

Não se trata agora de uma conclusão, mas antes de duas previsões: se Savimbi não respeitar os resultados que acontecerá? Parece que Savimbi e a Unita não têm nem em Angola, nem na comunidade internacional força para de novo desencadear a sua política de terror armado. Se o fizerem, deverão pagar o preço para semelhante crime. A outra previsão é que, apesar dos resultados e da vitória de José Eduardo dos Santos e do MPLA, Angola vai continuar a enfrentar dificuldades. A direcção angolano precisa de confirmar na acção governativa o voto de confiança que o povo lhe deu. Sem o apoio do povo, dificilmente os gravíssimos problemas de toda a ordem se resolverão.

EM FOCO

BPI - uma estória exemplar da história da restauração do capitalismo monopolista

Para que não seja acusado de plágio, desde já declaro que esta estória é uma versão simplificada e comentada de um artigo da revista Fortuna, de Maio passado, de que aliás se copiam integralmente alguns significativos estratos. Uma estória que é uma exemplar ilustração da forma como vem sendo feita a restauração do capitalismo monopolista no Portugal do PSD/Cavaco Silva.

Uma estória onde convergem todos os ingredientes para a constituição de um "grupo económico" a partir do zero. O papel central do Estado no fornecimento do quadro legal e dos cifrões para o capital de maneio inicial. O "carinho" do capital internacional pelo projecto. A fusão (e confusão) de relações pessoais, políticas e de negócios, bem entrelaçadas na gestação, crescimento e amadurecimento do grupo económico.

Tudo feito com urgência, mas cozinhado a fogo lento, nos tempos devidos.

São evidentes em toda esta estória diversos traços dos processos de reconstituição e restauração de outros grupos económicos.

A solidariedade do capitalismo multinacional, inclusive através de organismos institucionais como o Banco Mundial (BM) e o Banco Europeu de Investimento (BEI).

O ponto de partida na base de capital público, no caso em apreço da Caixa Geral de Depósitos (CGD).

O "engordar", na base do negócio bolsista (OPV), da consultadoria, de intermediação no processo privatizador.

E, finalmente, como resultado do "milagre" da multiplicação do empréstimo inicial da CGD, a apropriação de um banco nacionalizado, o Banco Fonsecas & Burnay (BFB).

São também evidências as cumplicidades do poder político: feitura de leis que tornaram legal a constituição da Sociedade Portuguesa de Investimentos (SPI); a cobertura política para a "protecção" do BM e BEI; a concessão do papel de avalizador e organizador de privatizações; o modelo de privatização do BFB, que fez do BPI o único candidato, além do escândalo de ter sido a empresa avaliadora; a autorização para que a CGD fornecesse o núcleo de capital inicial e se transformasse em associada de um banco privado. Mas vamos à estória.

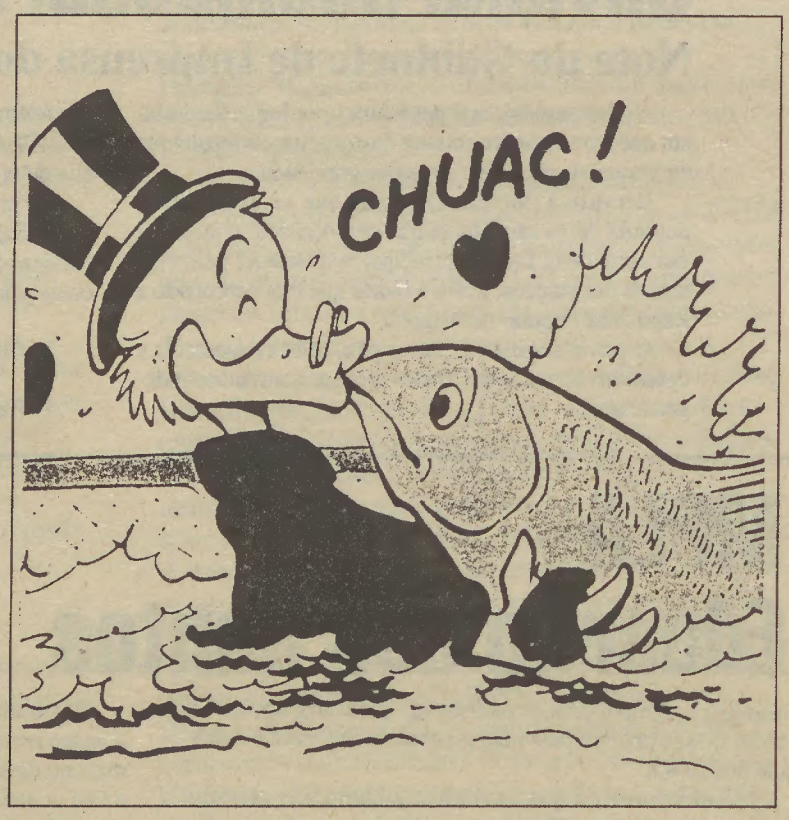
CAPÍTULO I
A abertura do sistema financeiro à iniciativa privada

Era uma vez um advogado do Porto chamado Artur Santos Silva. "Fundador do PPD e, simultaneamente, amigo pessoal do Presidente da República. Foi um dos vinte primeiros inscritos no PPD. Antes, passara pela Acção Socialista, o embrião do actual PS. Como secretário de Estado do Tesouro no governo de Pinheiro de Azevedo, conseguiu pôr ordem na banca, acabando com o reinado das Comissões de Trabalhadores. Muitos dos actuais altos quadros da banca devem a Santos Silva a sua (re)entrada no reino dos bancos públicos.

A passagem de Santos Silva pelo Banco de Portugal, onde exerceu as funções de vice-governador, reforçou o seu prestígio como banqueiro. Com este capital, em 1981, depois de três anos de afastamento do Poder, acabaria por ajudar Pinto Balsemão, então primeiro-ministro, a abrir de novo o sistema financeiro à iniciativa privada."

Depois disto, A. Santos Silva, que tinha sido também deputado pelo PSD, abandona (?!) a política por reconhecer "não ter perfil de político", porque a sua "realização profissional não é compatível com um trabalho que envolve permanentes compromissos e cedências." (!!!)

A sua "realização profissional" era agora, naturalmente, outra. Tendo dado aquela ajuda ao governo AD de Pinto Balsemão, outros voos mais altos se preparavam...



CAPÍTULO II
A constituição da SPI e o nascimento do BPI

"Imediatamente após a saída da legislação, deu entrada no Ministério das Finanças o pedido para constituição da Sociedade Portuguesa de Investimentos, a primeira sociedade de investimentos portuguesa, posteriormente transformada em banco de investimentos."

A SPI, de que A. Santos Silva é desde logo Presidente, é constituída com o capital inicial de um milhão de contos, que é subscrito a 72,5% por cem empresas nacionais e 27,5% por cinco instituições internacionais: DEG (RFA), UBS (Suíça), FFI (Reino Unido), Crédit Lyonnais (França) e IFC (Banco Mundial). Mas os recursos necessários são suportados por um empréstimo da CGD e outro da DEG, e ainda uma emissão de obrigações. Em 1985, a SPI passa a banco - BPI. É constituído outro banco privado, o BCI, em que o BPI subscreve 10%. O BEI nomeia o BPI intermediário dos seus empréstimos a empresas portuguesas.

Em 1986 o capital é aberto ao público, emite acções e faz um encaixe de 1,5 milhões de contos. Organiza a OPV da CRISAL. Em 1987 serve de consultor na venda da Casa Ferreirinha à SOGRAPE e na venda de 15 estabelecimentos Pão de Açúcar à Pingo Doce.

Realiza-se a operação capital BPI/87 que, entre acções e obrigações, permite o encaixe de 23 milhões de contos. Lidera operações no mercado de capitais de 60 milhões de contos.

Em 1988 é encarregue de avaliar e organizar as privatizações da UNICER e do Banco Totta & Açores.

Em 1989, o Governo Regional dos Açores escolhe o BPI como consultor de privatizações.

CAPÍTULO III
Ao assalto do Banco Fonsecas & Burnay

Em 1990, o BPI e os seus aliados, vendem a sua parte do BCI, recebem 26,2 milhões de contos, que são em parte usados para subscrever no aumento de capital (encaixe de 15,6 milhões de contos) e a emissão de 10 milhões de contos de obrigações convertíveis que, em parte, adquiridas pela CGD, asseguram a esta 4,5% no banco.

Em 1991 estão sozinhos na privatização do BFB, por 36 milhões de contos.

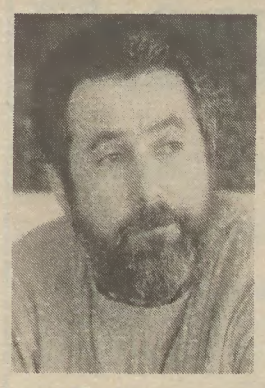
Mas é um logro pensar que o Estado recebeu 36 milhões de contos! "Deste valor, 28 milhões de contos acabaram por ficar nos cofres do BFB, pois corresponderam a um aumento de capital". Isto é, A. Santos Silva e os amigos ficaram com o BFB por 8 milhões de contos! A revista Fortuna esclarece ainda: "O BPI foi o único licitante no concurso aberto pelo Governo, onde foi estabelecido que as propostas se refeririam a um lote indivisível de 80% do capital. Uma cláusula muito conveniente para quem tinha perto de 40 milhões de contos prontos para sair, depois de uma série notável de operações financeiras."

Posteriormente conduzem duas operações no mercado internacional, o que reforça os seus meios a longo prazo em 28,5 milhões de contos. O ITAÚ, banco de capitais brasileiros, adquire 10% do BFB.

As ligações ao capital e aos negócios internacionais vão ser fonte segura de novos ingressos de capital. «A crescente internacionalização da economia vai intensificar os fenómenos de venda e fusão de empresas. E permitir um número crescente de operações de financiamento externo, em que o banco se tem especializado. O próprio BPI tem lucrado directamente: só em 1991 foi buscar perto de 30 milhões de contos de recursos de longo prazo aos mercados do dólar e do marco. "Somos a única instituição portuguesa com *rating* de longo prazo atribuído por uma entidade internacional".»

CAPÍTULO IV
Uma reflexão, num intervalo sem publicidade

O sucesso ímpar do BPI é motivo de invejas. E mesmo admitindo a enorme capacidade de gestão da equipa dirigida por A. Santos Silva, "a capacidade de planeamento e de antever a evolução do mercado, pessoas, comprometimento com clientes e mercado e mesmo dimensão financeira", os rivais do BPI insinuam: "muito do seu sucesso deve-se às suas excelentes ligações ao Poder - político, económico e até social. Foi o poder que autorizou a sua constituição, quebrando a inacessibilidade do capital privado ao sector financeiro. Foi o poder que possibilitou ao BPI ganhar fama, ao mandatá-lo para avaliar e montar as primeiras privatizações. Foi o Poder que desenhou a venda do Banco Fonsecas & Burnay no figurino mais conveniente para o BPI. O Poder permitiu também, e pela primeira vez, que uma instituição avaliadora duma empresa a privatizar fosse, simultaneamente, candidata à sua compra. E por fim, o Poder nada fez para evitar que a Caixa Geral de Depósitos, uma instituição pública, tomasse quase 5% do capital do BPI, um banco privado, acabando assim de vez com as hipóteses de êxito de um eventual *take over* hostil."



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

O ponto de partida na base de capital público, no caso em apreço da Caixa Geral de Depósitos. O "engordar", na base do negócio bolsista, da consultadoria, de intermediação no processo privatizador. E, finalmente, como resultado do "milagre" da multiplicação do empréstimo inicial da CGD, a apropriação de um banco nacionalizado, o Banco Fonsecas & Burnay.

Reflexão: como continuam a ser esclarecedoras estas rivalidades de comadres! Ou ainda, "quem tem amigos não morre na cadeia"!

CAPÍTULO V
Filhos de peixe sabem nadar

A importância das ligações políticas e partidárias no sucesso do BPI justifica que se façam ainda alguns breves acrescentos noticiosos.

Interrogando-se sobre "com quem gere Santos Silva", a revista Fortuna esclarece que no grupo dos "gestores" estão, entre outros, Fernando Ulrich, vice-presidente do BPI e administrador do Fonsecas, e que é "outra das figuras emblemáticas do banco. Ganhou peso como coordenador da economia do Expresso, em 1980/81, e depois como chefe de gabinete dos ministros das Finanças, Morais Leitão e João Salgueiro. O ex-jornalista aprendeu definitivamente como se negoceia na alta-roda enquanto geria a difícil (e influente) posição junto do advogado centrista. Ulrich, aliás, move-se tão bem no *jet-set* lisboeta como Santos Silva no Porto."

Estão também "Jorge Roquette, irmão de José Roquette, (...)", o mais antigo vice-presidente do banco; Seruca Salgado (...) vice-presidente do Fonsecas e administrador do BPI, onde está desde 1985 (a sua experiência na banca comercial - foi presidente do CPP - foi fundamental para levar assumir o comando directo do *turnaround* do Fonsecas, (...)); Rui Lélis, que foi presidente da Bolsa de Valores do Porto entre 1980 e 1987", etc.

No grupo dos "Políticos", a revista informa das suas relações com Pinto Balsemão, Miguel Veiga ("um dos homens mais influentes do PSD do Porto") e Rui Machete, ex-vice primeiro-ministro do governo do Bloco Central, actual deputado, presidente da Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento (FLAD) e que é ainda e tão-somente o presidente da Assembleia Geral do BPI!

E como filhos de peixe sabem nadar, no BPI já trabalham (embora, segundo parece, bastante mal pagos) os filhos de Rui Vilar, Álvaro Barreto, Morais Leitão e de Jorge Jardim Gonçalves, patrão do BCP.

Será que o BPI virou "universidade" de herdeiros de gestores bancários?!

Resta dizer que, entre muitos outros são accionistas principais do BPI, para lá da CGD, de Rui Vilar, e dos estrangeiros, Fernando Guedes, da SOGRAPE, do núcleo duro da UNICER, etc., Fausto Leite de Almeida, do Grupo Lacto, Torralta, etc., Manuel Violas, da CORGI, COTESI, Solverde, etc., e Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuense.

CAPÍTULO VI
O *happy end* ainda não aconteceu

O BPI continua na corrida das privatizações. Tenta "agarrar" um novo banco público que seria, segundo a bem informada Fortuna, o CPP.

A tripla BPI - BFB - CPP terá "uma dimensão muito semelhante à do BPA" o primeiro amor de A. Santos Silva, para onde teria sido nomeado administrador não fora verificar-se o 11 de Março e a nacionalização da banca.

Ou seja, e terminando com mais um dito popular, "Deus escreve direito por linhas tortas". Não tendo sido administrador, não tendo sido possível chegar ao BPA aquando da sua privatização ("porque só estava interessado em privatizações que permitissem desde logo o controlo da instituição"), A. Santos Silva prepara-se para dirigir uma organização bancária à altura do BPA!!!

Tal como referimos no início, as citações entre aspas foram retiradas da revista Fortuna, de Maio de 1992.

EM FOCO

Os Açores na hora de eleições

■ **António Dias Lourenço**

As eleições de domingo próximo para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira têm a notável faculdade de trazer para a ribalta uma realidade socioeconómica, institucional e política quase ignorada do comum dos portugueses da parte continental do País.

Com incidência imediata e directa na composição política dos dois órgãos legislativos regionais e dos respectivos governos, assim como na designação dos Presidentes das duas Regiões Autónomas, as eleições de domingo nos Açores e na Madeira inscrevem-se numa mesma ordem constitucional mas em condições territoriais, étnicas e políticas notoriamente distintas.

É uma realidade que reclama o estudo de sociólogos e antropologistas da moderna concepção etnográfica, todo um trabalho de fundo que está ainda por fazer e se impõe ser feito.

A pugna eleitoral de domingos nas duas Regiões têm muito em comum nas suas características e objectivos políticos.

Numa e noutra ressalta de maneira flagrante para os interesses das populações das duas Regiões a necessidade de uma mudança que ponha cobro ao monopólio político da direita sob a tutela da maioria absoluta do PSD e que sob diversas nuances domina o poder regional há 16 anos desde a criação das duas Regiões Autónomas um monopólio político que é grandemente responsável pelas carências e atrasos do desenvolvimento regional.

Trata-se de uma necessária mudança política que, consagrando e enriquecendo o processo autonómico regional no quadro constitucional da unidade, solidariedade, soberania e identidade nacionais do Estado português equacione os complexos problemas económicos e sociais das duas Regiões, garanta simultaneamente o pluralismo democrático da opinião e de expressão política dos açorianos e madeirenses e assegure e aprofunde a democraticidade e transparência do processo eleitoral nas duas Regiões Autónomas.

O «Dossier» publicado no último número do nosso jornal fornece um contributo útil e esclarecedor da actual conjuntura político-eleitoral dos Açores e da Madeira nas vésperas das eleições.

Da primeira daquelas duas Regiões Autónomas – os Açores – nos ocuparemos de seguida.

A especificidade açoriana

A Região Autónoma dos Açores, com a sua localização estratégica de ponto de ligação e de escala no Atlântico entre a Europa e as Américas Central e do Norte; com os seus 240 000 habitantes e os 2355 Km² de superfície dispersos por nove ilhas de configuração e contextura orográfica diferentes, defronta em termos mais agudos os problemas da insularidade e da descontinuidade territorial.

Politicamente, nos Açores, tornaram-se mais maduras as condições para aquela necessária mudança – o que implica, como primeiro passo essencial, retirar à direita e ao PSD a maioria absoluta e pressupõe a formalização de uma alternativa democrática das forças políticas que em contornos largos se reivindicam de esquerda – o que naturalmente exclui à partida qualquer inclusão filo-fascista e assumidamente separatista – o PDA – e a fraca tentativa embrionária de uma nova «AD» – a «AD-A» – englobando elementos do CDS, do PPM e alguns recalcitrantes e dissidentes do PSD, ambos se afirmando em palavras de oposição ao governo regional por Mota Amaral.

No quadro político dos Açores, situa-se claramente em posições de oposição ao PSD e a Mota Amaral, o PS, segundo maior partido com representação na Assembleia Legislativa Regional; a CDU – Coligação Democrática Unitária – com um único deputado, e a UDP, de incipiente representatividade política na Região e que estranhamente já anunciou desistir da ida às urnas – a favor do PS de Mário Machado, um dirigente que mesmo para socialistas mais esclarecidos dos Açores, se situa em posições de direita.

A CDU, que rompendo a cortina da desinformação e do silenciamento de uma certa comunicação social mais enfeudada ao anticomunismo, é uma força política de larga representação nacional (além do seu profundo enraizamento popular, compartilha com o PS a direcção autárquica de Lisboa e detém a presidência de 50 municípios, numa área equivalente a quase um terço do território nacional, além de cerca de 500 Juntas de Freguesia) não tem nos Açores uma representatividade da mesma ordem. Tendo perdido em 1988 por uma escassa centena de votos a reeleição de José Decq Mota pela lista de S. Miguel e fazendo eleger Paulo Valadão pela das Flores, a CDU apresenta-se às eleições do domingo com fortes probabilidades de aumentar a sua base parlamentar na Assembleia Regional açoriana.

O que é imperioso mudar

Que mudança se impõe na Região Autónoma dos Açores?

Para a CDU, a necessária mudança política não pode resultar de concepções e práticas bipolarizadoras, da simples substituição de um presidente por outro e da maioria absoluta de um partido por outra.

A bipolarização política tem sido, como o demonstra a rica experiência do processo democrático em Portugal, um instrumento privilegiado de perpetuação da maioria absoluta da direita e do PSD no domínio do poder legislativo e executivo do País.

A bipolarização é a «cenoura» que o PSD estende frequentemente ao PS e que este, com inconcebível ingenuidade e a acção dessorante de alguns dos seus dirigentes mais ou menos cúmplices, vai mordendo.

Nos Açores – como na Madeira, como nos órgãos do Poder Central no Continente – o PSD e Mota Amaral, ao mesmo tempo que admitem em palavras a hipótese de uma alternância no poder com o PS, vai usando de todos os importantes meios ao seu alcance, em especial os financeiros e o aparelho de Estado, para se garantir uma maioria absoluta que nos últimos meses se mostrou periclitante e mesmo – pasme-se! – minoritária.

Mota Amaral, em abono de uma tal hipótese em que manifestamente não acredita, disse na sua entrevista ao «Expresso»: «Os partidos devem perceber que o desempenho do poder é um mandato em tempo limitado».

E mais à frente, fingindo acreditar no jogo da alternância mesmo à frente do PSD/Açores, diz: «Sou um contratado a prazo».

Mas a campanha eleitoral do PSD/Açores mostra como os actuais dirigentes e pessoalmente Mota Amaral jogam tudo por tudo.

Meios financeiros de grande vulto foram empenhados na propaganda dos seus candidatos. O governo regional anda numa azáfama de «melhorias» e obras de fachada para convencer os hesitantes, editou uma brochura em papel de luxo sobre as «realizações do governo» e fez mesmo distribuir em «cassetes-vídeo» a numerosos açorianos das classes melhor situadas o filme das suas «realizações»,

Sem falar na custosa distribuição de aventais, camisolas e outros objectos com o que busca corromper a consciência dos eleitores.

Quem paga tudo isso? Os açorianos que façam a si próprios a pergunta e lhe respondam.

Justamente, no seu mais importante discurso da campanha, no grande comício do último domingo na Praça das Portas da Cidade, de Ponta Delgada, disse Decq Mota: «A derrota do PSD não depende da bipolarização do voto. Gostaria mesmo de dizer que a bipolarização redutora tem sido um dos factores que mais tem dificultado a mudança».

O PS de Mário Machado alimenta por seu lado este factor de derrota. Numa das afirmações televisivas, o, mesmo internamente, contestado dirigente socialista, referindo-se a Mota Amaral, proclamava: «Só pode haver um dos dois presidentes dos Açores – ou ele ou eu!»

O voto útil na mudança

A CDU/Açores tem contestado com firmeza tais concepções conducentes à derrota. Afirmando que a necessária mudança política tem de assentar basicamente na derrota da maioria absoluta do PSD, a CDU contrapõe que nas actuais condições políticas e relação de forças nos Açores, a alternativa a essa derrota é a convergência e o entendimento entre as forças que se reclamam de esquerda para uma nova maioria legislativa, um novo governo regional, um outro presidente para a Região Autónoma dos Açores.

Mário Machado, cuja actividade social e política anterior se tem processado na área de interesses da direita, não é o político que pode reunir à sua volta não já só as restantes correntes democráticas, entre as quais a CDU, como mesmo o conjunto dos socialistas açorianos.

Com toda a carga de suspeição que lhe pode ser atribuída o próprio Mota Amaral questionado pelo entrevistador do «Expresso» sobre se se considera à esquerda desse candidato (Mário Machado) responde cerce: «Claramente. De qualquer dos dois (Mário Machado e Borges de Carvalho)».

A verdade é que Mário Machado tem feito o suficiente para fundamentar a classificação de Mota Amaral que, contudo, afirma não se enquadrar na esquerda...

É nesta nublosa campanha eleitoral dos dois maiores partidos com representação na Assembleia Legislativa dos Açores, em que a clara mensagem de esperança da CDU ganha todo o relevo, que o eleitor açoriano vai no domingo pôr nas urnas o seu voto de cidadão.

A direita dominante e os pescadores de águas turvas da pseudo-esquerda jogam na credulidade e na complacência política do povo açoriano. Esqueceu que perante uma longa vigência da política de direita, face às carências de toda a ordem (económicas, sociais, culturais) dos 16 anos de domínio do PSD, o povo açoriano amadureceu politicamente, ganhou uma nova consciência que pode levá-lo no próximo domingo a uma outra opção de voto.

O grande comício de domingo na Praça das Portas da Cidade em Ponta Delgada, como o que, em dimensões mais reduzidas, se realizou na Terceira, mostra que a CDU tem hoje nos Açores uma audiência mais larga.

Por toda a parte, principalmente junto dos trabalhadores e da Juventude, os candidatos e a mensagem da CDU têm encontrado um largo acolhimento.

Uma carestia de vida em ascensão com um poder de compra e um nível de emprego em descenso; com horizontes cerrados que as novas restrições produtivas da CEE e da PAC fecham cada vez mais à vida e à actividade dos agricultores e produtores leiteiros dos Açores e as condições de utilização da ZEE (Zona Exclusiva) que limitam a faina dos pescadores açorianos, com a crescente discriminação racial e étnica contra os emigrantes nos principais países desenvolvidos – é neste complexo contexto que a consciência política e cívica da população açoriana vai ser posta à prova.

A simpatia, a abertura e o acolhimento que a mensagem da CDU tem encontrado nos contactos com o povo laborioso dos Açores põem diante dos açorianos progressistas a exigência e a coragem política de exprimir tudo isso no voto.

E que não haja ilusões: o voto útil da mudança dos cidadãos progressistas da Região Autónoma dos Açores não se exprime com um voto bipolarizante.

Começa a operar-se desde já com o voto consciente e útil na força política que não tendo base imediata para empreender por si um novo rumo à vida dos açorianos pode, contudo, influir decisivamente e com maior força quanto maior for a votação obtida, nas soluções políticas, sociais, económicas e culturais para a Região açoriana – o voto na CDU.

■ *Lino de Carvalho*

Alqueva e Alquevinha ou a distância entre regar e não regar...

Quando se aproxima a hora da decisão sobre o Alentejo verde do futuro — no caso de serem cumpridos os prazos tornados públicos — de novo ecoam vozes de oposição à construção do Empreendimento de Fins Múltiplos do Guadiana/Alqueva, arremessando os mais variados argumentos.

Se uns defendem a não construção ou soluções minimalistas porque têm uma visão paroquial do desenvolvimento regional e/ou estão sinceramente preocupados com algumas consequências locais no que se refere à inundação de tal ou tal povoação ou unidade industrial, outros aproveitam esse tipo de argumentos — muitas vezes preenchidos de cores emocionais — para continuarem a travar o desenvolvimento do Alentejo.

Antes do 25 de Abril, os latifundiários sempre se opuseram a Alqueva e a que a água fosse levada ao Alentejo.

Como recorda o Dr. Renano Henriques, «quanto aos devaneios pressentidos à distância de tocar no latifúndio através do parcelamento, por expropriação e consequente colonização das novas áreas regadas, Salazar recebeu mais uma vez o governador civil de Évora — fiel mandatário da lavoura corporativizada — que facilmente lhe teria explicado os graves e incontroláveis perigos de, através da água, aumentar e vivificar a população alentejana». (1)

Depois do 25 de Abril, com a Reforma Agrária foi a tentativa — conseguida — de sucessivos governos de impedir que a chegada da água facilitasse a consolidação das UCP's/Cooperativas Agrícolas.

É sintomático que quando Sá Carneiro retomou o projecto tivesse afirmado que ele só poderia ser concretizado sem a valia agrícola.

Mais recentemente, Cavaco Silva afirmava que Alqueva «só será possível depois de aprovadas alterações à legislação sobre o uso e posse da terra». (2)

A Reforma Agrária foi liquidada. A propriedade latifundiária foi reconstituída. E Alqueva continuou nas gavetas.

Vieram então novos argumentos: agora que não estaria garantido «o afluxo de caudal do rio Guadiana à fronteira portuguesa». (3)

Desmontado este novo pretexto, logo outros surgiram: que não haveria estudos suficientes, apesar de Alqueva ser o «projecto mais bem estudado» (4) e haver já «dezenas de milhar de páginas sobre o empreendimento do Guadiana» (5) e apesar ainda de, já em 1987, o então vice-Primeiro-Ministro Eurico de Melo ter afirmado que «o Governo está a analisar os últimos estudos sobre Alqueva, dentro em breve poderá haver uma decisão». (6)

E, com esta justificação, o Governo, com a esperança de sacudir a água do capote e alienando a capacidade de decisão autónoma do País, requereu à Comunidade Europeia o lançamento de um estudo de avaliação global que foi adjudicado a um consórcio luso-belga. E, mesmo aqui, os *lobbies* anti-Alqueva conseguiram que a adjudicação seguisse um processo pouco transparente em que os melhores classificados se viram forçados a ligar-se a outra empresa concorrente, mal cotada mas propriedade de altos quadros do PSD e que, sintomaticamente, foi a que mais reservas colocou ao empreendimento no capítulo que lhe coube elaborar...

O Estudo de Avaliação Global confirma a razão de Alqueva

Mas, finalmente, depois de todos estes sobressaltos, o estudo dos estudos aí está, pronto e entregue ao Governo em Julho último, devendo este decidir, segundo as notícias vindas a público, durante o mês de Outubro para, em caso de decisão positiva, inserir o projecto no novo Plano de Desenvolvimento Regional a financiar pela Comunidade no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio.

E que diz o «Estudo de Avaliação Global»?

Vem confirmar, no essencial, as razões que assistem àquele muitos, como o PCP, que desde sempre se bateram pela construção de Alqueva.

Nele pode ler-se «sem a albufeira de Alqueva não é possível regar o Alentejo». (7)

Mais à frente lê-se «o projecto de Alqueva deverá... entender-se como componente de uma estratégia de desenvolvimento global para o Alentejo». (8)

Quanto às múltiplas valias de Alqueva:

Valia agrícola — apesar do Relatório reconhecer que não entrou em linha de conta com as alterações aos sistemas culturais que o regadio necessariamente arrasta o que constituirá, sem dúvida, a mais importante consequência do Empreendimento «pelo que isso pode representar em termos de alteração do perfil de especialização da agricultura portuguesa» (9), apesar disso concluiu que «todas as alternativas garantem a eficiência económica dos investimentos especificamente agrícolas» (10) e «na ausência de regadio, os barros — tipo de solos que maior capacidade produtiva apresentam — estarão condenados a um processo de extensificação tecnológica que constituirá uma clara subutilização das suas reais capacidades produtivas». (11)

Sem Alqueva a disponibilidade de água «para rega não ultrapassa, na respectiva área de influência, 20 000 ha a somar aos 30 000 ha actualmente regados». Com Alqueva o primeiro destes valores pode ir até aos 200 000 ha!

Valia eléctrica — o estudo reconhece que a valia eléctrica foi determinada a partir do plano da EDP para o período 2001-2020, que não inclui qualquer aproveitamento no Guadiana e «num quadro energético do modelo de análise que apresenta condições de produção térmica e de importação de energia favoráveis». (12)

Dependendo tal quadro de múltiplos factores — evolução da procura, disponibilidade dos combustíveis, conservação do meio ambiente — o Estudo, não apontando, no imediato, o aproveitamento da valia eléctrica, conclui contudo que há «a necessidade de não hipotecar o futuro com soluções irreversíveis» (13) propondo que a central de Alqueva seja desde logo concebida para três unidades de 120 MW (megawatts).

Abastecimento de água urbano-industrial — aqui o Relatório vem reconhecer que, neste momento, e «face ao adiamento da execução do empreendimento de Alqueva, os diversos concelhos têm sido obrigados a promover a execução de um conjunto de infra-estruturas tendentes à satisfação das necessidades actuais, quer recorrendo a águas subterrâneas, já com alguns problemas quando à qualidade, quer a águas superficiais». (14)

A valia da água atingiria, de acordo com o Relatório, «cerca de 2 milhões de contos por ano, dos quais 80% decorrentes do abastecimento de água à indústria». (15)

Outras valias — para além do abastecimento de água ao Algarve (implicando um novo convénio com a Espanha de partilha do troço final do Guadiana), o Estudo de Avaliação Global entregue ao Governo reconhece a existência de outras importantes valias como a turística, industrial, agro-industrial e piscícola. Por exemplo, só a nível da agro-indústria o Valor Acrescentado Bruto (VAB) cresce, com Alqueva, cerca de 2,5 vezes mais.

Alguns novos/velhos argumentos dos detractores de Alqueva

Duas dificuldades têm sido levantadas pelos detractores de Alqueva: uma, a não garantia de caudais de água suficientes tendo em conta que o crescente número de aproveitamentos hídricos e dos regadios existentes e previstos em Espanha impediria a chegada a Alqueva dos escoamentos necessários provenientes do país vizinho. Mas também aqui o relatório é concludente: «só a criação de uma albufeira de grande capacidade permitirá regularizar parte significativa das afluências do Guadiana. Criada essa albufeira, haverá, então, à luz das infra-estruturas já construídas e do planeamento actualmente existente, quer em Portugal, quer em Espanha, capacidade para satisfazer, praticamente sem restrições, as necessidades de uma área regada de 180 000 ha; no horizonte de plena utilização do empreendimento, essa área poderia mesmo ser elevada para cerca de 210 000 ha...» (16)

Outra dificuldade, a dos impactes ambientais.

É evidente que um empreendimento desta dimensão tem impactes ambientais que devem ser avaliados: alterações ao nível da eutrofização e do desaparecimento, na área do regolfo, de azinhais, matos, montados; eliminação de zonas de passagem do gado; o desaparecimento da colónia de garças do Moinha da Abóbada e prejuízos para o *habitat* de outras espécies; perda de répteis e mamíferos; alterações na paisagem; são as consequências, no plano ambiental, que ao nível da fauna e da flora o Estudo consegue inventariar.

Mas é também evidente que, como o próprio relatório não pôde deixar de salientar, os impactes do projecto são, com frequência, de «sinal contrário».

Isto é, a regularização dos caudais do Guadiana e as próprias alterações climáticas com a redução das amplitudes térmicas vão ter efeitos positivos em toda a zona.

E como a Natureza tem mecanismos de auto-regulação é óbvio que a modificação ou desaparecimento de alguns dos actuais *habitats* irá ser compensado pela criação de um novo ecossistema.

Mas a dimensão ambiental de Alqueva deve também porventura, antes de tudo, ser analisada na sua componente humana. O objectivo supremo de uma política de defesa ambiental é o de garantir condições e uma melhor qualidade de vida para os Homens e Mulheres, concretos, que partilham o nosso mundo. E que melhor impacte ambiental que a criação de condições que evitem o processo acelerado de despovoamento, envelhecimento e desertificação do Alentejo, como Alqueva permite?

Ora, o que constatamos, aqui, é que a criação da albufeira de Alqueva, mantida a cota 152, vai fazer desaparecer dois povoados: a aldeia da Luz, no concelho de Mourão, e uma pequena parte da aldeia da Estrela, em Moura.

Fixemo-nos na primeira, uma vez que no segundo caso só serão afectados, dos 200 habitantes, uma zona (Estrela de Baixo) com 30 habitantes.

A aldeia da Luz que tem actualmente 357 habitantes tendo vindo a sofrer um processo de progressivo despovoamento (só na década de 80 perdeu 5% da sua população) e envelhecimento por falta de meios de vida e de emprego na zona, tendência esta cuja perspectiva é de agravamento, como em todo o Alentejo.

Como diz o Relatório, «raras vezes será possível inundar uma área com 250 km², afectando um número tão reduzido de pessoas». (17)

A par com o caso da aldeia da Luz existe ainda a inundação da Fábrica de Papel da Portucel, no município de Mourão, que é um dos principais empregadores do concelho, embora de tecnologia ultrapassada e responsável por parte significativa de poluição do Guadiana.

A verdade é que a existência da Fábrica não impediu, por ausência de perspectivas globais de desenvolvimento, que o concelho de Mourão perdesse 315 habitantes (10% da população), só entre 81 e 91 (descendo de 3466 para 3151 habitantes).

Eis que surge Alquevinha...

É a este último reduto que se agarram aqueles que, por uma razão ou outra, se opõem a Alqueva.

Um eleito do poder local (segundo a imprensa) veio recentemente a público declarar a sua opção pela alternativa Alquevinha.

E o *Expresso*, fazendo-se eco das posições do PSD, veio também dar eco àqueles que não tendo coragem de dizer não à água procuram esvaziar na prática, também, o Alquevinha. Argumento: para não inundar a aldeia da Luz porque esta vota PSD!!!

Deixando de lado tão profundo argumento vejamos as consequências da solução Alquevinha.

O Empreendimento de Alqueva está projectado para a cota 152 (nível superior de exploração normal), com uma altura máxima de 96 metros, afectando a albufeira uma área total de 25 000 ha (dos quais 3500 ha em Espanha).

Com estas características, Alqueva gera as múltiplas valias já atrás descritas, travando «o agravamento da incapacidade natural da inversão do processo de decréscimo populacional» e «a manutenção da tendência para a desertificação populacional nas zonas do Alto e Baixo Alentejo». (18)

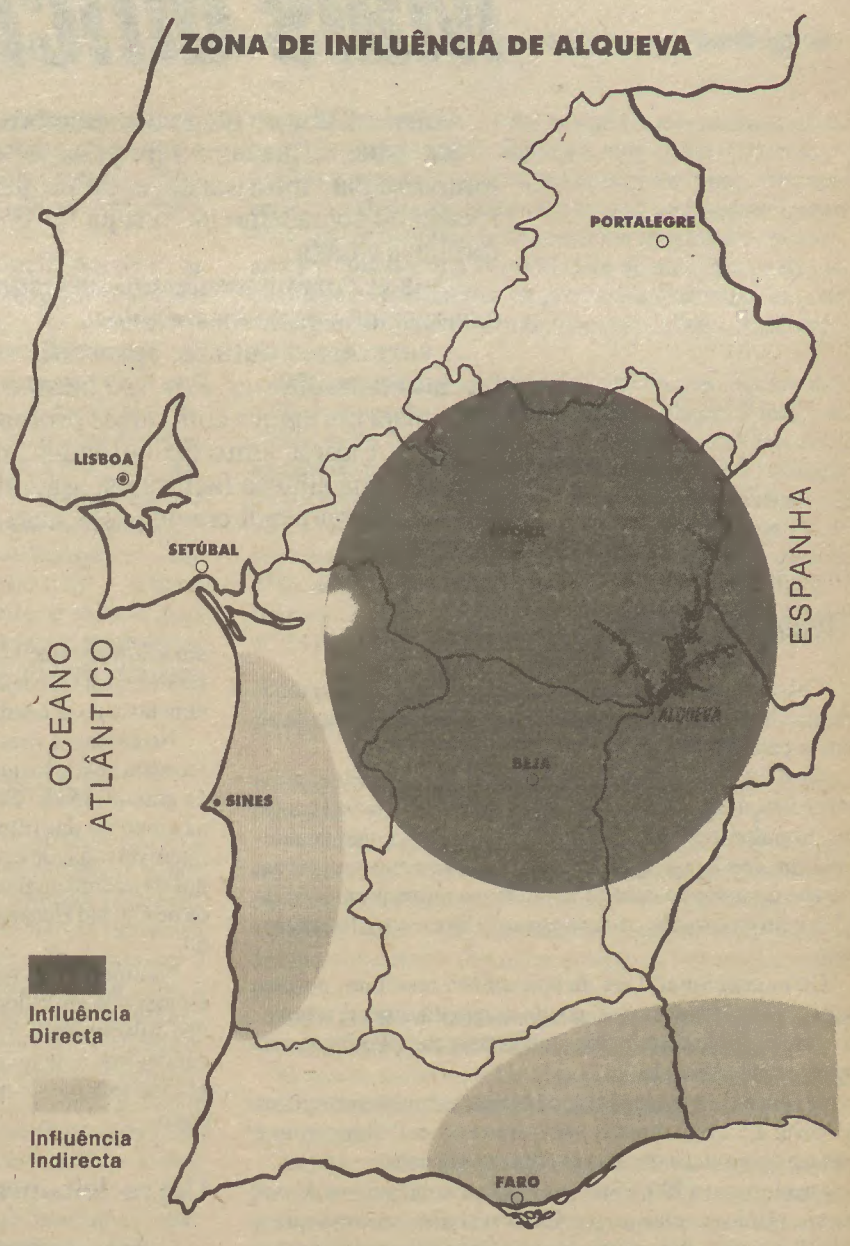
Ora a não inundação da aldeia da Luz e da Fábrica de Papel da Portucel implicariam baixar a cota, respectivamente, para os níveis 130 ou 110 (as tais hipóteses Alquevinha). Esta solução significaria, pela substancial redução da capacidade de regularização de caudais e armazenamento de água, descer a área a regar de 200 000 ha para 60 000 ha (cota 130) ou 1700 ha (cota 110) e, em qualquer dos casos, «ficariam "comprometidos" o aproveitamento do potencial energético, o fornecimento de água a Sines e ao litoral alentejano e a regularização dos caudais para o abastecimento de ágia ao Algarve e a Espanha». (19) Isto é o objectivo último do Empreendimento — contribuir e ser componente indispensável de uma estratégia de desenvolvimento global, desempenhando «um papel fundamental na revitalização do Alentejo» (20) cairia por terra.

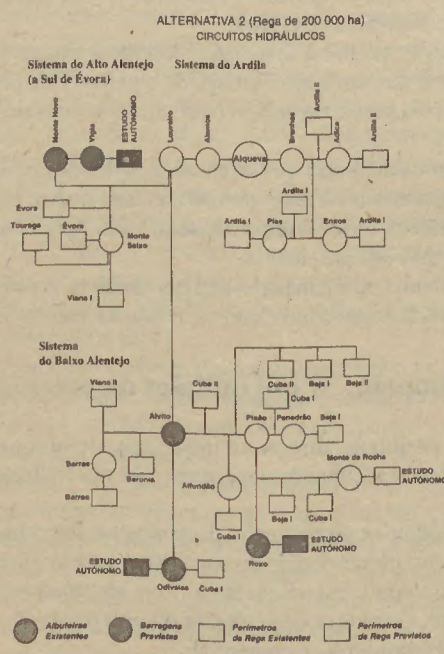
Como já afirmava o Relatório intercalar entregue ao Governo em Abril de 92, «os sectores e agentes da sociedade civil» que «têm manifestado dúvidas crescentes relativamente à oportunidade da iniciativa» procuraram «através de meios da comunicação social desviar as atenções da questão essencial (regar ou não regar o Alentejo) para uma falsa questão: construir em Alqueva uma grande barragem ou uma barragem muito mais pequena». (21) Falsa questão por a opção pelo Alquevinha ser idêntica à opção de «não regar o Alentejo (22) e «não parece lítico promover a construção de infra-estruturas no Guadiana que possam condicionar, irreversível ou fortemente, a plena utilização dos seus recursos naturais e renováveis só atingível com o nível de pleno armazenamento fixado à cota (152)». (23)

A solução proposta

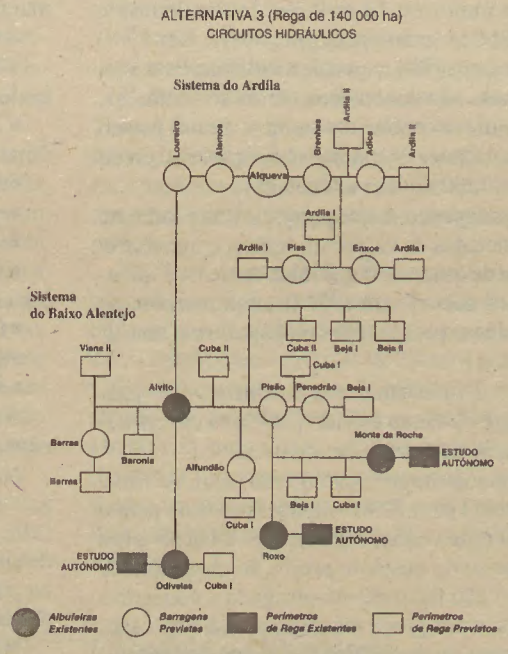
Considerando todas as alternativas e variantes (num total de 24 combinações) o Estudo de Avaliação Global entregue ao Governo propõe a construção da barragem de Alqueva à

EM FOCO





Alternativa máxima



Alternativa proposta ao Governo

cota 148, baixando a sua altura somente em 4 metros, permitindo desde logo a rega de 140 000 ha, abrangendo os sistemas de Ardila e Baixo Alentejo (correspondente a parte do Distrito de Évora — Viana e Portel — e Distrito de Beja); prevendo o abastecimento de água ao Algarve e a Espanha com ausência de aproveitamento hidroeléctrico nas condições actuais de valia eléctrica.

A barragem — diz ainda o Estudo — «deverá ser construída de modo a não comprometer — no futuro — o aproveitamento hidroeléctrico». ([24])

No que se refere à valia agrícola, ficaria de fora, para já, a alternativa que previa a ligação do sistema de Alqueva ao Alto Alentejo devido ao custo económico da área a regar e sendo porventura preferível estudarem-se outras soluções como a da rega desta zona a partir do Tejo, o que, aliás, é igualmente previsto no PIDEV (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Évora), elaborado pela respectiva Associação de Municípios.

E quanto ao Alto Alentejo importa, seja qual for a alternativa adoptada, concluir a construção de pequenas e médias barragens que estão previstas no Plano de Rega do Alentejo: Fargela, Frei Joaquim, Minutos, Alcôrrego.

Mesmo podendo não se concordar com a solução proposta, a verdade é que as conclusões do Estudo são positivas para o futuro do Alentejo e põem um ponto final, esperemos que definitivamente, aos falsos argumentos daqueles que persistem em querer amarrar o Alentejo ao sequeiro e à ausência de perspectivas futuras só atenuadas actualmente graças ao esforço do Poder Local Democrático.

Outros impactes da solução proposta

Para além dos já referidos, a construção de Alqueva, no quadro da solução proposta, permitiria ainda que o Valor Acrescentado Bruto da região crescesse de 4,9% do VAB do Continente para 8,6%, a criação de cerca de 40 000 postos de trabalho — 90% dos quais no Distrito de Beja; a necessidade de um elevado volume de força de trabalho durante as diversas fases de construção que se prolongariam de 1994 até 2025; inversão do processo de decréscimo populacional; atenuação dos desequilíbrios intra-regionais; rejuvenescimento e valorização da população; disponibilização de recursos hídricos importantes (de que, mais uma vez, a actual seca veio demonstrar a indispensabilidade); melhoria da oferta turística; criação de mecanismos de atracção de recursos financeiros exógenos e de mecanismos de transformação na região de riqueza criada a nível regional e cujas mais-valias são hoje transferidas para fora do Alentejo.

Certamente que o volume de impactes positivos compensaria, de longe, a inundação da aldeia da Luz e de pequena parte da aldeia da Estrela cujos habitantes deverão ser, evidentemente, indemnizados e recolocados em condições que permitam preservar o seu património cultural e o culto dos seus mortos e melhorar as suas condições de trabalho e de vida, num processo de intenso diálogo com as populações, assim como da Fábrica de Papel da Portucel, e criando-se novos pólos de investimento, de emprego e de esperanças para as actuais e futuras gerações.

A perspectiva de um Alentejo verde está, assim, mais próxima. O Governo terá dificuldades em desembaraçar-se do estudo final que ele próprio mandou realizar. Em todo o caso, não significa que inventando novos pretextos — ou mesmo sem pretexto nenhum — Cavaco Silva e todos os que se opõe a um Alentejo novo não bloqueie, de novo, a construção de Alqueva ou optem por uma solução «Alquevinha».

Por isso, e na sequência do V Congresso (extraordinário) do Alentejo — cujas conclusões não podem limitar-se ao dia da realização, sendo necessário que os seus promotores revitalizem a iniciativa pública — é preciso mobilizar esforços a favor de Alqueva — quando se aproxima a hora da decisão.

([1]) — Dr. Renano Henriques – «Alentejo que Futuro?», edição da AMDB, pág. 122; ([2]) — «Cavaco em Beja» – «o diário», 06.11.87; ([3]) — Jerónimo Dias Leitão – «Expresso», 06.04.91; ([4]) e ([5]) — João Paulo Velez – «O mais bem estudado projecto» – «O Público», 08.11.91; ([6]) — «o diário», 11.11.87; ([7]) — Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva – Estudo de Avaliação Global – Síntese (minuta) – Julho 92, pág. 33; ([8]) — Idem, pág. 101; ([9]) — Idem, pág. 99; ([10]) — Idem, pág. 87; ([11]) — Idem, pág. 88; ([12]) — Idem, pág. 91; ([13]) — Idem, pág. 91; ([14]) — Idem, pág. 92; ([15]) — Idem, pág. 92; ([16]) — Idem, pág. 33; ([17]) — Idem, pág. 56; ([18]) — Idem, pág. 18; ([19]) — Idem, pág. 57; ([20]) — Idem, pág. 106; ([21]) — Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva – Estudo de Avaliação Global – Relatório Intercalar (Abril/92), págs. 23/24; ([22]) — Idem – Estudo de Avaliação Global – Síntese – pág. 57; ([23]) — Idem, pág. 112.

EM FOCO

Mais difícil a defesa da cidadela

Voltei a Cuba no início de Setembro.

Revisitar a Ilha com a frequência possível tornou-se para mim um dever desde que a derrocada do socialismo na Europa fez dela uma fortaleza sitiada.

Uma vez mais o reencontro foi viagem permanente através do inesperado.

A surpresa, contudo, apresenta sempre facetas contraditórias. Por isso mesmo, como comunista português com raízes profundas na América Latina, sinto dificuldades em condensar numa síntese facilmente assimilável o que vi e compreendi em duas semanas passadas na Ilha.

Metade do petróleo

Cuba encontrou na frente económica respostas pragmáticas que foram além do que parecia ao seu alcance quando ali estive pela última vez, em Dezembro de 1991.

Os EUA não conseguiram impedir Cuba de vender a sua safra de açúcar. Se mais houvesse, não faltariam compradores. Simultaneamente, Cuba pôde adquirir petróleo de múltiplas procedências. Essa foi uma primeira e enorme vitória, porque o comércio cubano se realizava numa proporção de 85% com os Estados do desaparecido bloco socialista europeu.

Da excepcionalidade da conjuntura resultam, porém, situações de escassez que, ao afectarem duramente o povo, se tornam fonte de tensões sociais cuja complexidade não deve ser subestimada.

A venda de uma tonelada de açúcar actualmente apenas permite a Cuba adquirir um quinto do petróleo a que a mesma quantidade dava acesso há duas décadas.

Quando, em 1989, Fidel, prevendo a iminência do desastre soviético, declarou que Cuba resistiria mesmo que a URSS viesse a desagregar-se, a afirmação provocou em Washington comentários jocosos. O andamento da história, contudo, confirmou as duas previsões.

Em 1989, Cuba importou 13 milhões de toneladas de petróleo (dois milhões foram reexportados). Em 1990 importou 10 milhões; em 1991, cerca de 8 milhões. Este ano, o total a ser importado não deverá exceder os seis milhões, ou seja, o equivalente ao poder de compra de um pouco menos do que cinco milhões de toneladas de açúcar ao preço do mercado mundial (200 dólares a tonelada).

O consumo será um pouco maior porque a Ilha produzirá este ano 850 mil toneladas de hidrocarbonetos, o que representa um acréscimo de quase 250 mil relativamente à quantidade extraída do seu subsolo em 1991 (a empresa francesa Total continua a realizar prospecções na plataforma marítima).

Fidel não exagera ao afirmar que nenhum outro país aguentaria um choque igual ao sofrido por Cuba em consequência da degradação das condições de troca.

A capacidade total de importação do país caiu de 8139 milhões de dólares (89) para 2200 milhões (previsão para o ano corrente). Cuba (que vendia o seu açúcar à URSS a um preço justo, inferior ao do custo de produção do açúcar de beterraba soviético) não foi somente obrigada a adquirir o petróleo em dólares, a um preço muitíssimo mais elevado. Paga também a factura da discriminação. É um dos raríssimos países do mundo sem acesso ao crédito bancário e a empréstimos de organizações internacionais. É forçada a pagar o petróleo à vista. Um atraso mínimo é o suficiente para que os comandantes dos petroleiros não descarreguem nos terminais de Matanzas e Havana.

700 000 bicicletas

O povo aguentou nos últimos três anos um agravamento progressivo das condições de vida.

O plano de austeridade concebido para o **período especial** — assim é designada a fase iniciada com o terramoto socialista na Europa — implica para o povo sacrifícios espartanos.

O serviço de transportes públicos de Havana, que já era insuficiente, foi ultimamente reduzido de maneira drástica. Os autocarros urbanos, que faziam 30 000 percursos diários, apenas realizam agora 10 000. O racionamento de gasolina aos particulares tornou-se mais rigoroso.

Como pode uma cidade com 2 200 000 habitantes — perguntará o leitor — suportar essas restrições, sem consequências devastadoras?

A resposta está na prática da vida. Na Europa seria o caos; não em Cuba. Em Havana a circulação de automóveis desceu a um nível inimaginável em Lisboa. Os carros cederam lugar às bicicletas. o povo dirige-se aos locais de trabalho pedalando. Actualmente, a capital de Cuba, com 700 mil bicicletas em movimento (quase o dobro do ano passado), lembra uma grande cidade chinesa.

O pedido de boleia aos ciclistas entrou no espectáculo do quotidiano. E a imaginação faz aumentar a oferta do transporte. São triciclos de fabricação caseira, máquinas com três lugares, outras com berços para crianças...

Os cortes de electricidade

Outra consequência da penúria de combustíveis são as restrições ao consumo de energia eléctrica. Cada família tem um tecto em kilowatts que não pode exeder. A venda de electrodomésticos foi suspensa, os horários de televisão encurtam, renuncia-se ao ar condicionado nas repartições onde existia.

No tocante à vida familiar os cortes de luz implicam uma reorganização do quotidiano. O **apagón** entrou nos hábitos da grande cidade. Uma ou duas vezes por semana, das duas as cinco ou das oito à meia-noite, grandes áreas urbanas ficam privadas de energia eléctrica. Os cortes são programados de acordo com uma escala que abrange os 15 municípios de Ciudad Habana e exclui os domingos e noites de sábado.

Naturalmente, o **apagón** afecta muito a população. A escassez do gás coloca problemas suplementares às famílias que utilizam a electricidade para cozinhar. E a falta de velas, candeeiros e de qualquer fonte de combustível exige um grande esforço na busca de alternativas que iluminem as casas.

Um racionamento severo

O abastecimento está agora mais organizado. A quantidade de alimentos que cada cidadão recebe é calculada em função do mínimo de calorias e proteínas imprescindível à manutenção de uma boa saúde. Apenas isso.

As cadernetas incluem:

- 3 kg de arroz, 3,5 de batatas, meio quilo de peixe, meio quilo de frango e meio quilo de feijão por mês
- 700 gramas de hamburguers de carne e soja e outras 700 de peixe e soja por mês
- 200 gramas de gorduras vegetais ou animais por mês
- quatro ovos por semana
- um pãozinho diário (80 gramas)
- variedade de hortaliças e tubérculos tropicais de acordo com as disponibilidades
- Café, bolachas e enlatados segundo as possibilidades
- Quantidades mínimas de tabaco e rum mensalmente
- As crianças têm quota de leite até aos cinco anos.

As quantidades que cito são aproximadas porque Cuba não utiliza o nosso sistema de pesos e medidas.

No tocante a vestuário e calçado a escassez faz-se sentir ainda com maior acuidade. Muitas fábricas paralisaram por falta de matéria-prima. Em princípio, cada cidadão tem direito a receber dois pares de sapatos por ano (um de couro ou plástico e outro de lona). Aos homens é atribuído um par de calças e às mulheres dois ou três metros de fazenda.

Não existe, porém, certeza de que as quotas constantes da caderneta de racionamento sejam entregues nos prazos estabelecidos. Cada família está inscrita num estabelecimento do respectivo bairro. Nos armazéns pequenos (bodegas) não há geralmente problemas, excepto quando se verificam atrasos na chegada de produtos importados. Mas nos grandes supermercados, que atendem milhares de pessoas, as quantidades distribuídas são com frequência inferiores ao total correspondente à soma das quotas familiares. Essas situações resultam de falhas administrativas, mas sobretudo do desvio de produtos.

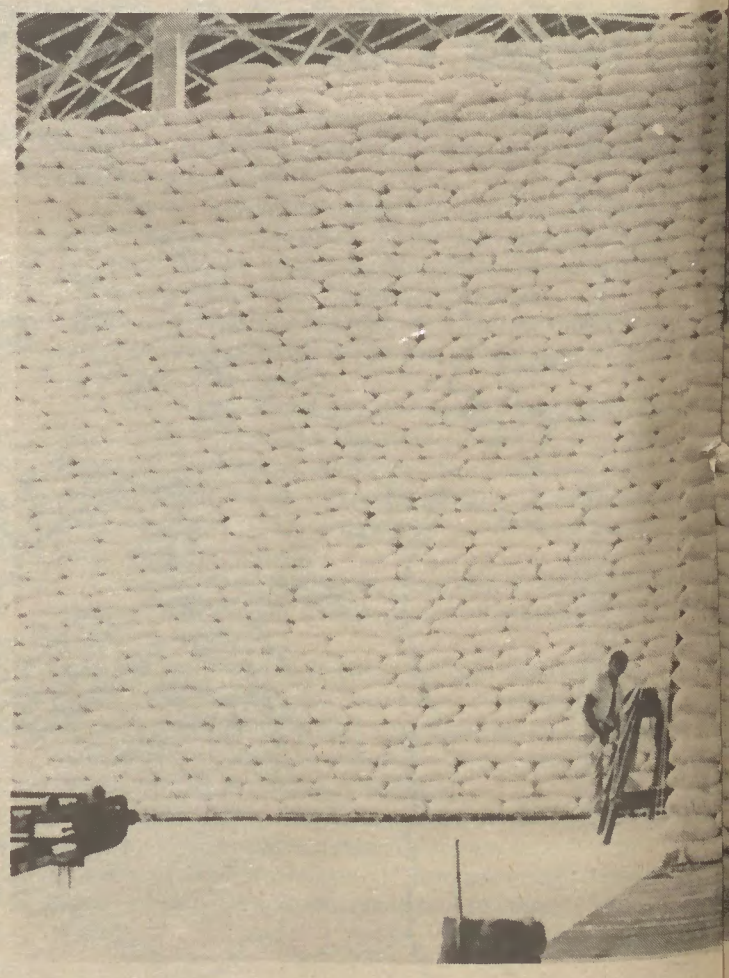
O mercado negro

O governo e o partido têm consciência da gravidade das tensões provocadas não já pela pequenez das quotas mas pela falta de cumprimento na entrega das quantidades previstas na «libreta».

Não se pense que o assunto é tabu. Numa sociedade democrática como a cubana questões como essa são tema de intenso e amplo debate em todos os níveis, a principiar pelos Conselhos Populares dos bairros. E isso porque as falhas do abastecimento são inseparáveis do funcionamento do mercado negro, que configura um problema social muito grave.

A percentagem de mercadorias negociadas no mercado negro não é muito expressiva, mas nem por isso os efeitos morais são subestimados.

1. O mercado negro existe porque na cadeia que liga a produção ao consumidor há gente corrupta. Não foi criada, longe disso, a sociedade perfeita. Cuba tem mais de 10 milhões de habitantes e a acentuação da escassez de géneros



de primeira necessidade favorece essas actividades. O controlo tem melhorado, mas não atingiu o nível de eficácia desejável.

2. Os preços do mercado negro atingem valores cinco a oito vezes superiores (e mais) ao custo oficial do produto.

E como existe uma economia de troca são os preços do mercado negro que acabam por prevalecer como referência no intercâmbio de artigos entre vizinhos e amigos. Exemplo: um cidadão que não fuma pode trocar a sua quota de tabaco por batatas ou arroz.

Para se avaliar a distorção inerente à troca é suficiente informar que um simples maço de cigarros vale no mercado negro oito pesos, ou seja, o equivalente a mais de um conto de réis.

A troca de produtos não é uma actividade ilegítima. Mas como parte deles tem origem no mercado negro, esse comércio paralelo, inevitável em consequência das carências, gera problemas de consciência.

Discuti o problema com amigos cubanos. Na sua opinião, o mercado negro é um cancro que ataca o tecido social.

O bloqueio: 37 mil milhões de prejuízos

Os prejuízos, directos e indirectos, do bloqueio norte-americano a Cuba são superiores a 37 mil milhões de dólares.

A somar-se ao bloqueio, desabaram sobre a Ilha os efeitos devastadores do fim do socialismo na Europa e da desagregação da União Soviética. Pela segunda vez em três décadas, Cuba teve de readaptar quase a partir do zero o seu aparelho produtivo e comercial.

Após a vitória da Revolução, o comércio externo cubano foi deslocado na sua quase totalidade para o bloco socialista em consequência da agressividade dos EUA. Agora, com o desaparecimento da URSS (70% das trocas), países ocidentais voltaram a ser grandes parceiros e o parque industrial cubano é forçado a ajustar-se às novas condições.

Qualquer outro país teria capitulado. Cuba resiste.

«Não seríamos humanos se não tivessemos problemas — diz-me um dirigente do partido. Sempre os houve. Logo nos primeiros anos da Revolução saíram do país mais de 400 000 cubanos, quase quinze por cento da população da época. Depois, no início dos anos 80, tivemos a saída dos «marielitos», mais de 100 000 pessoas desajustadas. Hoje as dificuldades geram tensões. Uma sociedade integralmente formada por revolucionários exemplares seria não apenas ambição utópica mas meta incompatível com a condição humana. Toda a revolução carrega sementes contra-revolucionárias. O que surpreende é que em Cuba elas tenham germinado em tão pequena quantidade...»

Três atitudes

Em Cuba são identificáveis actualmente três grupos sociais diferenciados que assumem três atitudes perante a Revolução.

1. O sector revolucionário constituído pela maioria da população. O nível participatório não é obviamente o mesmo.

2. O sector contra-revolucionário, numericamente insignificante. Não tem força suficiente para representar um peri-

cubana (conclusão)

■ **Miguel Urbano Rodrigues**

go social. Existem muitos grupelhos, mas praticamente sem audiência. O líder da oposição interna, Gustavo Arcos, conspira até à fronteira da legalidade. Mantém contactos com embaixadas estrangeiras, intriga com correspondentes de jornais europeus e americanos, diáloga com a Plataforma de Carlos Montaner (Espanha) e com a Fundação Cubano Americana de Mas Canosa (Miami).

A influência desses grupos junto da população é mínima. O povo despreza-os. Apesar de mais de 50 estações de rádio emitirem do território norte-americano uma propaganda torrencial (quase 400 horas diárias de programação) essa ofensiva é quase inócua. As mentiras são tantas que o efeito obtido é inverso ao visado. O teste mais ambicioso até agora ensaiado pela oposição de Miami foi decepcionante para os organizadores. Durante dias consecutivos, rádios contra-revolucionárias lançaram apelos inflamados para que o povo de Havana se concentrasse em determinado dia e hora na Rua 23, no Vedado, centro da cidade. A comparência no local não envolvia riscos. Pretendia ser apenas um protesto mudo contra o regime. Mas não houve protesto algum; não apareceu ninguém na Rua 23...

3. O terceiro sector, numericamente importante, é constituído pelas pessoas que, não contestando o socialismo, participam pouco (ou nada) no enorme esforço que o país desenvolve no período especial.

Ao estrangeiro de passagem não é difícil ouvir gente desse grupo, muito heterógeneo. São, entre outros, os resmungões das filas, nos mercados, nos restaurantes, nos lugares de diversão, etc. Trata-se de uma massa cujo comportamento vale por uma confirmação prática de que toda a revolução cercada (e sem aliados) sofre um desgaste que afecta as camadas menos preparadas da população, desmobilizando-as. É um processo natural. Acredito que nesse grupo social, que inclui alguns intelectuais e quadros, a grande maioria se afirmaria disponível para defender o país com firmeza em caso de agressão directa dos EUA. A repulsa pelo imperialismo norte-americano está na pele dos cubanos.

Para se entender o comportamento das pessoas que sem porem em causa o regime **perderam o entusiasmo** é preciso ter presente uma lei da vida: as carências materiais, quando prolongadas e duras, fatigam. Aliás, importa distinguir os que falam de mudanças daqueles que, aceitando um racionamento severo, se insurgem sobretudo contra as falhas na organização e distribuição dos produtos essenciais.

A prostituição

Os inimigos de Cuba recorrem conscientemente ao jogo da mentira para atingir os objectivos que perseguem. Empenhados em distorcer a realidade social, alguns jornalistas estrangeiros, por exemplo, apresentam com frequência a marginalidade sob as cores da oposição. E são coisas diferentes.

Em Cuba há evidentemente marginais (entre os «maeriltos» a percentagem era elevadíssima). É fácil encontrá-los em lugares frequentados pelos turistas, tentando a caça ao dólar. Somente os patos caem, porque nas lojas para estrangeiros encontra-se o que não aparece nos estabelecimentos em que se paga em pesos. Nos hotéis e restaurantes, os turistas realizam também o pagamento directamente em divisas, assim como numa frota especial de táxis.

Outra referência obrigatória nas campanhas contra Cuba é a prostituição. Falta seriedade a esses comentários.

Nos grandes hóteis e nas discotecas as prostitutas estão presentes. As **gineteras**, como o povo lhes chama, são quase sempre amadoras que, por uma simples caixa de sabonetes ou um par de jeans, se deitam com o turista. Mas creio não falsear a realidade ao afirmar que em duas ou três avenidas de Budapeste — um simples exemplo —, à beira do Danúbio, se exibem mais prostitutas (essas profissionalizadas) do que em Cuba inteira.

A nova geração

Fidel costuma dizer (e repete muito a afirmativa) que Cuba tem a melhor juventude do mundo. Na sua opinião a actual geração é melhor e mais preparada do que a sua, a dos veteranos que levaram a Revolução à vitória e construíram, com o povo, o socialismo. Penso que essa atitude é ditada pela modéstia. Mas a juventude, ou pelo menos um segmento ponderável da gente moça, desempenha hoje um papel fundamental na defesa, dificílima, da Revolução.

Encontrei os jovens em todas as frentes da batalha global. Com disponibilidade ilimitada para **defender o futuro**.

Os cépticos, os egoístas, os que se deixam cativar pelas fantasias da pós-modernidade e desanimam com a pobreza do racionamento constituem a minoria. Estou convicto de que Cuba continua a modelar uma geração que persegue teimosamente a utopia, assumindo, num mundo profundamente diferente, os valores e princípios dos heróis de Moncada e da Sierra.

Numa tarde, em Guiteras, a Leste de Havana, falando com membros do Conselho Popular — estrutura intermédia entre o povo e o município — lembrei-me do entusiasmo que no Portugal de Abril suscitarm as primeiras comissões de moradores. Em Cuba o entusiasmo renova-se há três décadas. Em Guiteras eles discutem todos os problemas do bairro, os transportes, o abastecimento, o trabalho e as carências nas escolas, as hortas locais, a criação de frangos e coelhos, iniciativas culturais, a simples ruptura de um cano de água. Eram três os meus interlocutores: todos negros e de origem operária; duas professoras de literatura e um economista.

A imaginação e cultura

As dificuldades, especialmente quando se apresentam como insuperáveis, estimulam a imaginação dos cubanos. O espírito criador manifesta-se torrencialmente. Cresceu com o terramoto político na Europa do Leste. A superação das carências exigiu uma estratégia política e social que se manifesta em campos tão diferentes como a saúde, o ensino, os transportes, a limpeza pública, a produção de hortaliças. Cada edição do «Granma» (editado cinco vezes por semana porque não há papel) divulga notícias sobre inovações decorrentes da penúria do período especial. São novas utilizações de subprodutos da cana, transferência de motores de um barco para outro, adaptação a funções diferentes de redes de frio, recuperação e reforma de máquinas variadíssimas.

Não é somente no terreno da ideologia que Cuba se apresenta como laboratório de enorme criatividade.

No país há 172 centros de investigação científica. Com mais de 300 000 professores, Cuba foi o primeiro país do Continente a erradicar o analfabetismo (nos EUA há hoje 15 milhões de analfabetos). Apesar do bloqueio e do racionamento a taxa de mortalidade infantil, 10,6 por mil, é muito inferior à portuguesa. Antes da Revolução havia 6000 médicos, dos quais 3000 fugiram para o estrangeiro. Hoje, são 46 000. Não obstante a falta de matérias-primas, Cuba exporta vacinas e produtos farmacêuticos no valor de quase 300 milhões de dólares. Entre eles o famoso PPG, medicamento revolucionário que reduz drasticamente o colestrol e contribui para o rejuvenescimento do organismo.

O plano alimentar

Nesta visita, voltei à Unidade de Cultivos de Guira de Melena, uma grande herdade estatal com mais de 6500 hectares. Relativamente a 1991 registei que o rendimento da bata e da banana quase duplicou, bem como o número de ovelhas e porcos. A qualidade também melhorou. Isso apesar de o trabalho se fazer com menos combustível, mais bois, menor quantidade de sementes importadas. Mostraram-me com orgulho as instalações de uma fábrica de biopesticidas. As bactérias ali produzidas substituíram com vantagem os pesticidas químicos tradicionais, importados da Europa.

Muitos portugueses tendem a relacionar as maiores dificuldades cubanas com uma quebra da produção. É uma conclusão falsa. Não obstante o país trabalhar com menos de metade do petróleo que consumia há três anos, a produção de alimentos continua a aumentar. No primeiro semestre do ano, a produção de hortaliças e tubérculos aumentou 11,2% em relação a 91, a do níquel 17%. O turismo, que cresceu 23%, deverá proporcionar este ano mais de 600 milhões de dólares. Será, portanto, depois do açúcar, a principal fonte de divisas do país.

Eleições directas

Nas próximas semanas será fixada a data das eleições para a Assembleia Nacional do Poder Popular.

Falei com membros da Comissão de Negócios Estrangeiros e trocámos impressões sobre o andamento do processo cuja etapa imediata será a designação — com intensa participação popular — dos candidatos (nunca menos de dois por círculo) a deputados que representarão os 169 municípios do país.

Fidel Castro já manifestou o desejo de que essas **eleições directas** sejam as **mais democráticas do mundo**.

O processo eleitoral foi aliás precedido de uma reforma da Constituição que implicou a alteração de 34 artigos da lei fundamental.

Em Portugal, a reacção da imprensa foi de cepticismo. É, porém, um cepticismo filho da ignorância. Jornais, rádios e televisão competem no esforço para apresentar Cuba como se fora uma terra sem lei onde os direitos humanos são tratados como uma jovem violada. A avaliar pelo que afirmam e sugerem, o povo cubano estaria privado das liberdades mais elementares.

Não há calúnia, talvez, que doa mais do que essa aos portugueses amigos de Cuba que conhecem a Ilha.

Fidel abordou a questão longamente na sua entrevista a Tomas Borge (1). No seu estilo inconfundível, lembra que não existe no mundo outro país com «mais cruzados, mais missionários praticando a solidariedade humana, não apenas com o nosso próprio povo, mas também com outros povos».

No tocante a direitos humanos é efectivamente uma afronta para Cuba compará-la com os EUA. O que aconteceu em Los Angeles ilumina a contradição. Fidel recorda com orgulho que «em mais de 30 anos nunca se reprimiu em Cuba uma manifestação de operários, de camponeses, de estudantes, de cidadãos; em mais de 30 anos nunca se lançou um polícia, um soldado contra o povo a golpeá-lo a reprimilo, nem se usou um carro de água, nem gases lacrimogéneos, nem tiros, tudo o que constitui o pão nosso de cada dia em países capitalistas desenvolvidos e em países do Terceiro Mundo» (...)

Cidadela da liberdade

Em Cuba não há uma criança sem escola, um bebé sem assistência médica. Não se vê uma criança a mendigar, um adolescente sem lar. Não existem filhos abandonados.

Acho que Fidel enuncia uma evidência ao afirmar que neste final do século XX povo algum pode orgulhar-se de ter feito tanto pelos direitos humanos como o cubano.

Não tenho ilusões. Sei que milhões de pessoas na Europa, influenciadas por campanhas de desinformação, vão continuar convencidas por tempo indeterminado de que o povo cubano vive sob um regime despótico, vão repetir que em Cuba não há liberdade.

Por isso mesmo a solidariedade a Cuba assume neste ano, tão difícil para o seu povo, tão angustiante, um carácter de urgência premente, um acto de coerência em defesa da verdade, de respeito pelos valores humanistas que a heróica luta do povo da Ilha encarna exemplarmente.

Para mim, ser solidário com Cuba é também uma maneira de lutar por um conjunto de ideais e valores que conferem significação à existência humana.

Cuba emerge hoje no mundo como a autêntica Cidadela da liberdade possível.

Não há outro país no planeta onde os homens se batam com tamanha coragem e firmeza pelo direito a serem livres.

---

(1) in «In grano de maíz», Conversacion com Tomás Borge — Oficina de Consejo de Estado, Havana, Julho de 1992.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

O escudo, a hidra

É sorte. É muita sorte.
Ah, como estou feliz
por termos um escudo assim tão forte
confirme o Braga diz.

Escudo forte? Bem, talvez,
mas eu, pessoalmente, não alinho.
Muito antes de chegar ao fim do mês
pobre do escudo, como estás fraquinho!

A hidra das Finanças
penteia as longas, mentirosas, tranças...

Animais

Hoje é o Dia Mundial dos Animais.
Entre os mais dias um dia mais?
Não é, pois nunca as horas são as mesmas
nas andanças tamanhas.
Estes falam das lesmas
de gafanhotos, ratos e de aranhas.

Cum raio, meus. Então hoje não posso
atacar o governo, turvo e grosso?

Enfim, enfim (é uma opinião minha)
sempre há lugar para uma excepçãozinha...

Alto!, só ele pensa

Dentro do PSD, para os seus pares,
assim falou um homem do ofício:
– Não vamos lá, não vamos, com jantares com excursões e fogo de artifício.

Falou, num arreganho,
como quem diz, num assomo de energia:
«Não somos um rebanho!
Onde é que está a nossa ideologia?»

Cavaco desaprova esta opinião nefasta.
Para pensar, pensa ele. É quanto basta!

A droga lavada

Há ferozes cifrões
na droga, publicados:
sessenta mil milhões
de dólares estão sendo lavados...

A *Gazetilha*, espertalhona e viva,
deu em ser construtiva
no assunto em questão.
E por isso aqui vai a sugestão.

Ponha a Polícia logo os seus rafeiros
por esse país fora, no embate
no encalço a investimentos estrangeiros.

Cheira a droga que é mesmo um disparate!

O imoral

Um tal José Eduardo Agualusa comentava há dias no «Público» que «a vitória do MPLA, que há dois meses atrás pouca gente se atrevia a prever, é obviamente imoral». E explicava o porquê da coisa: os «17 anos de poder absoluto» em que «o partido de José Eduardo dos Santos conseguiu o prodígio de transformar um dos países potencialmente mais ricos do mundo num fatigado caos de escombros», destruindo tudo, «sobretudo as pessoas». Mas, segundo Agualusa, o MPLA não se ficou por aqui: «levou a fome para os campos, trouxe a corrupção para as cidades, promoveu a incompetência a um ponto tal que as situações de miséria afligem hoje a própria classe dirigente». Vai daí os angolanos, já devidamente destruídos «num fatigado caos de escombros», esfomeados nos campos, corrompidos nas cidades e promovidos a incompetentes por «17 anos de poder absoluto» do MPLA, resolveram aproveitar as primeiras eleições do país, sob o controlo das Nações Unidas e à vista de mil e tantos observadores internacionais, para votar em massa na força política responsável pela sua desgraça.
Há aqui, de facto, algo de «obviamente imoral»: a transformação da imbecilidade mais espessa em «comentário jornalístico».

O adivinho

Em matéria de comentários jornalísticos, José António Saraiva (JAS) continua uma incandescência. O talento brota-lhe tão natural que JAS não necessita de fundamentar raciocínios, basta-lhe garantir opiniões, e agora já nem lida com previsões, limita-se a publicar adivinhas.
No último «Expresso» garantia ele: «se houvesse em Portugal um referendo, o **não** a Maastricht não atingiria certamente os valores da França ou da Dinamarca – mas ultrapassaria, provavelmente, os 30%». Imparável, JAS continuava: «Ora esses 30% poderiam quase por inteiro, ser reivindicados por Manuel Monteiro». E isto porquê? Ó, leitor ingénuo, «isto porque o Partido Comunista, também antieuropeu, já pertence mais ao passado do que ao presente – pelo que não teria condições para aproveitar minimamente o resultado a seu favor»! Portanto, JAS não apenas sabe o que aconteceria se acontecesse, como consegue estabelecer o que já aconteceu, sem ter acontecido. Ó homem, com um talento desses, deixe-se mas é de escritas e abra um consultório!

frases da Semana

"Em França, Le Pen cavalga na xenofobia e no racismo; Faurrisson pretende que nunca existiram as câmaras de gás do nazismo. Na Itália, a filha de Mussolini concorre às eleições. Heider, na Áustria, empenha-se em reabilitar o nacional- -socialismo. Na Alemanha, os cabeças-rapadas de inspiração nazi armam motins contra os refugiados... Mas em Portugal é a televisão – precisamos, a televisão do Estado – que exuma um assassino e o propõe insidiosamente à admiração dos telespectadores. Emissão repugnante, repetidamente anunciada em termos enganadores e inadmissíveis!"

☞ (**A. Coimbra Martins**, deputado do Parlamento Europeu — «Expresso», 3.10.92)

"A RTP já decidiu o que fazer aos novos operadores de TV: desejar-lhes boas vindas."

☞ (Texto de um anúncio da RTP na Imprensa)

"O pior que poderia acontecer aos portugueses era uma desilusão."

☞ (**Mário Castrim**, sobre os novos operadores de televisão — «Independente», 2.10.92)

"O alarido diletante e o foguetório que por aí vão estão para o rigor da informação como o azeite está para a água. Mas deixemos o pó assentar e as caninhas caírem; só então poderemos ver as imagens com nitidez."

☞ (**João Soares Louro** — idem)

"Doze apostam na coesão para consumo público."

☞ (Título de o «Público», 6.10.92)

"A continuarmos assim, um dia destes temos a inflação controlada mas já não temos economia."

☞ (**Daniel Amaral**, «Economia por Dentro» — «O Jornal», 2.10.92)

"Se a contrapartida de Cavaco Silva em Belém fosse o PS ser governo da maioria, aceitava a troca."

☞ (**Jaime Gama**, líder parlamentar do PS — «Independente», 2.10.92)

"A Nação pode ter a certeza de que neste Governo não haverá corruptos."

☞ (**Itamar Franco**, novo presidente do Brasil, citado em «Expresso», 3.10.92)

agenda

Colóquio sobre
AS CIDADES DO ALENTEJO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

10 de Outubro de 1992
às 15 horas
na Sala do Museu Municipal de Portalegre

Reuniões e plenários

● **ALMADA**

Plenário da célula da Lisnave, realizado no âmbito da preparação do XIV Congresso, para discussão das alterações ao Programa e Estatutos do PCP: **hoje**, quinta-feira, às 18.00, no CT concelhio.

● **CASCAIS**

Reunião de militantes e amigos do PCP da localidade de **Alcabideche** -- sexta-feira, dia 9, às 21.00, no Centro de Trabalho de Alcabideche (R. Marquês de Angeja, 6).

Debate sobre o Tratado de Maastricht com a participação do camarada **Rogério Brito**, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP de **S. Domingos de Rana** -- sexta-feira, dia 9, às 21.30, no Centro de Trabalho de Tires.

Plenário de camaradas Reformados da freguesia de **Carcavelos** -- quarta-feira, dia 14, às 15.00, no Centro de Trabalho de Sassoeiros.

Debate sobre o Tratado de Maastricht com camaradas Reformados da freguesia da **Parede** -- dia 15, às 15.00, no Centro de Trabalho da Parede, com a participação de **Romeu do Rosário.**

● **ÉVORA**

Plenário do Sector Intelectual, inserido na preparação do XIV Congresso, para debate das propostas de alterações aos Estatutos e Programa: segunda-feira, dia 12, às 21.30, no Centro de Trabalho.

● **LISBOA**

Plenário de militantes da freguesia de Olivais, aberto aos camaradas organizados nos Sectores Profissionais que residam na freguesia -- sábado, dia 10, às 16.00, no CT Vitória, com a participação do camarada **José Casanova.**

Plenário de militantes das freguesias de **Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus** e **S. Sebastião da Pedreira** para discussão das propostas de alterações ao Programa do Partido: sábado, dia 10, no CT da Av. António Serpa, com a participação do camarada **Jorge Gouveia Monteiro.**

Debate promovido pela Direcção da Cidade de Lisboa e Sectores Intelectuais de Lisboa sobre o **Plano de Alteração da Av. da Liberdade/Parque Mayer:** segunda-feira, dia 12, às 21.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do Sector da Função Pública, para discussão do projecto de Teses para o XIV Congresso -- quarta-feira, dia 14, às 18.30, no CT Vitória, com a participação do camarada **António Abreu.**

● **LOURES**

Plenário de Quadros da Zona Ocidental de Loures para discussão das alterações ao Programa e Estatutos, com a participação do camarada **Edgar Correia** -- sábado, dia 10, às 15.00, no CT de Odivelas.

● **OEIRAS**

Plenário da Organização de **Barcarena** para discussão das propostas de alteração aos Estatutos e Programa,

PCP

PLANO DA AV.ª LIBERDADE
FUTURO DO PARQUE MAYER

em DEBATE

12 OUTUBRO 92 • 2.ª FEIRA • 21HORAS
CT VITÓRIA

Não a Maastricht

Exposição e zona de debate de 14 a 17 de Outubro no Rossio

Porto

Domingo, dia 11

Evocação de Irene de Castro

Homenagem no Cemitério do Prado do Repouso, às 11h

Sessão Pública no Salão Nobre do Clube Fenianos Portugueses, às 15h

antecedido de **almoço-convívio** que tem início às 13.00, no Centro de Trabalho de Tercena -- sábado, dia 10, com a participação do camarada **Eduardo Nunes**.

Plenário dos camaradas organizados nas **empresas de Oeiras**, para discussão das alterações ao Programa e Estatutos -- terça-feira, dia 13, às 18.30, no Centro de Trabalho de Algés.

Plenário da Organização de **Queijas**, para discussão do Programa e Estatutos -- terça-feira, dia 13, às 21.00, no CT de Queijas.

● **PORTALEGRE**

«As Cidades do Alentejo no Limiar do Séc. XXI -- A recuperação e conservação arquitectónica e urbanística das cidades»: debate promovido pela Direcção da Organização Regional de Portalegre, com a participação, entre outros, de **José Amante, José Carreira Marques** e **Abílio Fernandes** (presidentes, respectivamente, das Câmaras Municipais de Ponte de Sor, Beja e Évora) e **Luís Sá**. Sábado, dia 10, a partir das 15.00, na Sala do Museu Municipal de Portalegre.

● **PORTO**

Homenagem a Irene Castro: colocação de flores junto à sua campa no Cemitério do Prado do Repouso, às 11.00, e sessão pública no Clube Fenianos Portuenses, às 15.00. Domingo, dia 11.

Exposição dos **trabalhos arquitectónicos de Cassiano Barbosa** e apresentação do seu livro «Algumas notas para a história do ensino da arquitectura em Portugal», apresentados por **Cassiano Abreu Lima** e **Domingos Tavares**. Segunda-feira, dia 12, às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Reuniões de militantes no Centro de Trabalho da Boavista, para discussão dos projectos de alteração ao Programa e Estatutos do PCP: da célula da **EDP** hoje, quinta-feira, às 18.00; do Sector **Gráficos** sábado, dia 10, às 15.00; da célula dos **TLP** terça-feira, dia 13, às 18.00.

● **TOMAR**

Iniciativas de âmbito concelhio, preparatórias do XIV Congresso do Partido: hoje, dia 8, reunião de **Quadros**; segunda-feira, dia 12, reunião com **Independentes**, ambas no Centro de Trabalho de Tomar.

● **VILA FRANCA DE XIRA**

Café-concerto em Alverca promovido pela **JCP**, com actuação do músico brasileiro João Rodrigues: sábado, dia 10, às 21.30, no Centro Social e Cultural do Bom Sucesso.

Plenário de militantes da freguesia de **Póvoa de Sta. Iria**, no âmbito da preparação do XIV Congresso, com a participação do camarada **Daniel Branco**: sexta-feira, dia 9, às 21.00, no Centro de Trabalho da Póvoa.

Plenários com idêntico objectivo, a realizar no dia 16: da freguesia de **Vila Franca de Xira**, no CT local, com a participação do camarada **Vítor Dias**; da freguesia de **Vialonga**, no CT de Vialonga, com a participação do camarada **Alexandre Teixeira**.

C. T. Vitória

Ciclo de Debates

«A Batalha Ideológica na Luta de Massas»

XV congresso PCP

16 de Outubro – 18.30 Horas

«O Capitalismo no Mundo e em Portugal»

com: Octávio Teixeira
Clarinda Nogueira

Televisão

Quinta, 8

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Notas para Si
11.00 Terra Instável
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto (telenovela brasileira)
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 Os Mestres da Animação
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Perdidos na Neve
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.45 Simpsons
22.10 O Fogo de Gabriel
23.15 Sexualidades
00.05 24 Horas
00.50 Remate
01.05 Murphy Brown

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers, Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Cidades em Guerra
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
18.25 Luta Livre Americana
19.15 Dramazine
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Matador
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Teatro - «A Castro», de António Ferreira

Sic

16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Batman
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Repórter da Meia-Noite
22.30 Conta Corrente
23.30 Deixem Correr o Sangue
23.50 Último Jornal

Sexta, 9

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Agora é Que São Elas!
11.00 A Flecha Negra
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 O Árctico
14.25 Ponto po Ponto
15.25 As Aventuras do PC 49
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Marina, Marina
22.30 Assalto ao Aranha-Céus
(ver «Filmes na TV»)
00.40 24 Horas
01.20 Remate
01.35 Lábios de Aluguer
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.05 Cheers, Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Odisseia Animal
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
18.55 Rotações
20.00 Hitler à Venda
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Interiores
23.20 Este Obscuro Objecto do Desejo
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Outras Músicas

Sic

16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Elvis
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Inquérito Escaldante
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Cuidado com as Aparências
24.00 Os Amores de Lídia
01.00 Último Jornal

Sábado, 10

Canal 1

08.00 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
14.00 O Mundo Misterioso de A. Clark
14.25 Os Melhores Anos
14.50 Clube Disney
16.35 As Quatro Penas Brancas
(ver «Filmes na TV»)
18.15 Arca de Noé
19.05 Feira de Música
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Araponga (último episódio)
22.05 Parabéns
23.10 Comando
(ver «Filmes na TV»)
00.45 A Marca do Assassino
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.35 O Maior Império do Mundo
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Salomé
24.00 No Cumprimento do Dever
01.00 Contradições

Sic

14.00 Sic Notícias
14.05 As Aventuras do T rex
14.40 Portugal radical
15.10 Em Busca da Esmeralda Perdida
17.05 MTV
18.00 Comando Relâmpago
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Wrestling
21.50 Água na Boca
22.45 O Caso da Lição Mortal
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Último Jornal

Domingo, 11

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.30 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.20 Embaraços
14.50 Olha que Dois
15.40 Ernesto na Prisão
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Sons do Sol
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Felicidade (telenovela brasileira)
22.00 Casa Cheia
22.45 Grande Área
24.00 Conversa Afiada

TV 2

08.00 Clássicos - «As Crónicas de Marte»
09.00 Tudo Menos Isso
09.30 Regiões
10.50 Forum Musical
11.30 Gente da Frente
13.00 Viagens
14.00 Beverly Hills
15.00 TV 2 Desporto
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Força de Elite
22.00 Jornal Nacional
22.30 Os Marginais
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Os Donos do Jogo
01.00 Tauromaquia

Sic

14.00 Sic Notícias
14.05 O Livro da Selva
14.40 Um Planeta, uma Família
15.10 A Rapariga das Violetas
(ver «Filmes na TV»)
17.05 MTV
18.00 Raven
18.55 Encontros Imediatos
19.25 Giras e Pirosas
20.00 Jornal da Noite
20.30 Crosby Show
21.00 Os Amantes de Maria
(ver «Filmes na TV»)
23.00 Segredos
00.00 Último Jornal

Segunda, 12

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Chicos Espertos
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 América Selvagem
14.30 Ponto por Ponto
14.55 Ódios Eternos
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Apanhados
22.00 Entre Famílias
23.15 Outras Guerras
00.15 24 Horas
00.45 Remate
01.00 Fátima
01.35 Viva o Rock'n'Roll
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Documentário
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Acerto de Contas
19.30 Cinemagazine
20.00 Separados mas Iguais
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Frente a Frente
23.30 Um Pacto com o Diabo
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Musical

Sic

16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Tracey Hulman Show
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Justiça Negra
22.30 Fogo Cruzado
23.30 A Família do Senador
23.45 Último Jornal

Terça, 13

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Cerimónias de Fátima
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 O Futuro
14.30 Ponto por Ponto
15.30 «They Knew what they Wanted»
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
18.00 Paraíso
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Isto só Vídeo
22.00 Até ao Último Centavo
23.15 De Caras
00.20 24 Horas
01.05 Remate
01.30 Murphy Brown

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Documentário
17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Eternos Novatos
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 O Detective de Hollywood
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Arsenio Hall
23.30 A Inglesa Romântica
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Big Band Show

Sic

16.30 Sic Notícias
16.34 MTV
17.35 O Quinteto do Lado
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Teresa Batista
21.20 A Insustentável Leveza do Ser
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Benny Hill
24.00 Último Jornal

Quarta, 14

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Kelly
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 Paragem no Tempo
14.30 Ponto por Ponto
15.05 Os Dois Magníficos
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
18.00 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Sempre
(ver «Filmes na TV»)
23.00 Jornadas Europeias de Futebol
24.00 24 Horas
00.45 Remate
01.00 Murphy Brown

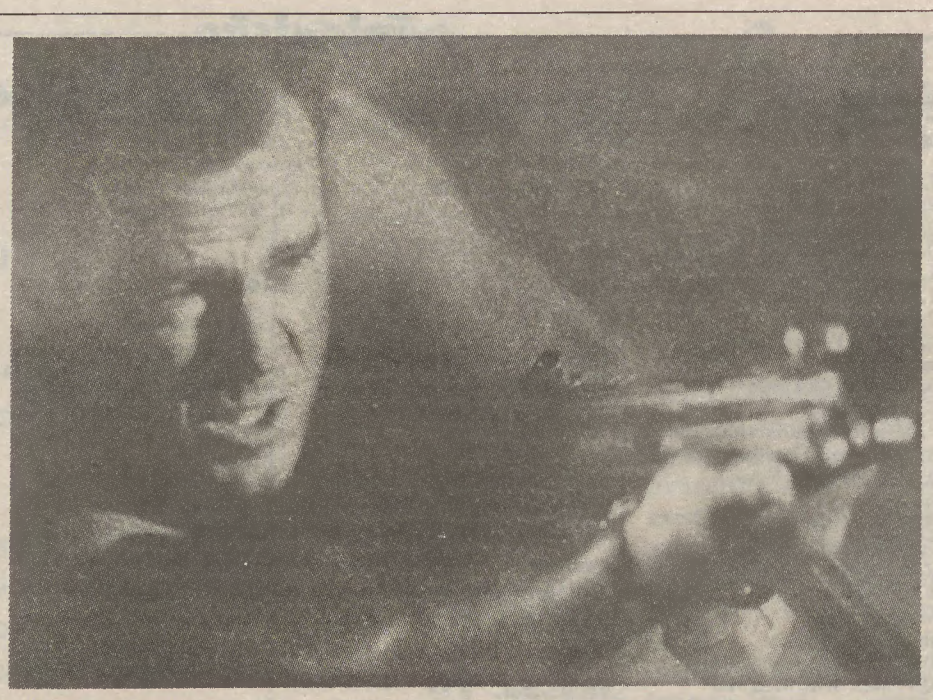
TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Sob um Sol Escaldante
17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Sarilhos com Elas
19.30 TV Artes
19.50 Futebol - Escócia-Portugal
22.00 Jornal das Nove
22.40 Barriga de Aluguer
23.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
00.30 Artes e Letras - «Rossini»
01.30 A Jornada do Medo
(ver «Filmes na TV»)
03.00 Pop-Off

Sic

16.30 Sic Notícias
16.34 MTV
17.35 Aventura
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Cops
21.55 O Príncipe de Bel Air
22.25 Batalhas Conjugais
23.30 O Passageiro Imprevisto
24.00 Último Jornal

Filmes na TV



«Assalto ao Arranha-Céus», um grande e divertido espectáculo

Perdidos na Neve

«Lost in The Barrens», (Can./1990). Realização de Michael Scott. Interpretação de Nicholas Shields, Evan Adams, Lee. J. Campbell, Graham Greene, Marianne Jones. Cor, 92 minutos.

A amizade e a solidariedade entre um branco e um índio, perdidos nas imensas regiões geladas do Canadá. Um telefilme, com simpáticas referências.

Quinta, 15.05, Canal 1

Matador

«Matador», (Esp./1986). Realização de Pedro Almodovar. Interpretação de Assumpta Serna, Antonio Banderas, Nacho Martinez, Eva Cobo, Julieta Serrano, Chus Lampreave, Carmen Maura, Eusebio Poncela. Cor, 102 minutos.

Com este filme, Pedro Almodovar - «um caso» na cinematografia espanhola contemporânea - deu nas vistas na cena internacional. Alternando entre o tom de exacerbado melodrama e de intensa comédia negra, «Matador» é, ainda, um filme policial intensamente povoado pelos fantasmas e pelos temas caros à cultura e à identidade espanholas. Um toureiro em retiro das lides entretém-se a matar jovens mulheres, por entre referências, como sempre escalpelizadas em tom de excesso por Almodovar, à morte, ao amor, ao sexo e à cinefilia. Destaque para, entre outros, três rostos de marca do novo cinema espanhol - Assumpta Serna, Antonio Banderas, Carmen Saura - e, ainda, para o fabuloso arranque do filme.

Quinta, 22.30, TV 2

As Aventuras do PC 49

«The Adventures of PC 49», (Gr.Br./1949). Realização de Godfrey Grayson. Interpretação de Hugh Latimer, Patricia Cutts, John Penrose, Pat Nye. P/B, 59 minutos.

Um filme policial tipicamente britânico em que o inspector PC 49 procura descobrir um intrincado caso de roubo de mercadorias.

Sexta, 15.25, Canal 1

Inquérito Escaldante

«Q & A», (EUA/1990). Realização de Sidney Lumet. Interpretação de Nick Nolte, Timothy Hutton, Armand Assante, Patrick O'Neal, Lee Richardson, Luis Guzman, Charles Dutton. Cor, 132 minutos.

Começam aqui os problemas para o telespectador cinéfilo. Como ver, nesta sexta-feira, três filmes, de qualidade e género obviamente diversos, mas todos eles apresentando maiores ou menores motivos de interesse? Sugerimos-lhe, para não ficar totalmente dependente da televisão, que (se, para isso, tiver os meios necessários) grave este, na SIC, e o do Buñuel, na TV 2 (isto se, como é infeliz hábito na RTP, o «Cine Estúdio» se atrasar...), aproveitando, em directo, para tirar a barriga de misérias quanto ao que fica ensanduichado. Começando, então, por «Inquérito Escaldante», assinale-se que Sidney Lumet escreveu, ele próprio, o argumento, a partir do romance homónimo de Edwin Torres. A história, mesmo a calhar para um realizador empenhado no «cinema social», gira à volta da corrupção e compadrio na instituição policial descoberta por um jovem delegado do Procurador Público (Timothy Hutton) quando este investiga o incidente em que um polícia (Nick Nolte) é acusado de ter morto um porto-riquenho envolvido na droga. Dando início a um ciclo dedicado à corrupção na instituição policial, um filme de denúncia do «sistema», sem grandes voos (atendendo à carreira de Lumet), mas naturalmente bem acabado.

Sexta, 21.20, SIC

Assalto ao Arranha-Céus

«Die Hard», (EUA/1988). Realização de John McTiernan. Interpretação de Bruce Willis, Bonnie Bedelia, Alan Rickman, Reginald Veljohnson, Paul Gleason, Devoreaux White, William Atherton, Alexander Godunov. Cor, 127 minutos.

Ao contrário dos indestrutíveis «heróis solitários» (típicos do militante *reaganismo* cinematográfico) capazes de resolver perigosas e escaldantes situações à base do físico e de uma imensa panóplia dos intrumentos de morte mais terríveis e eficazes, este John McLane, simples polícia de Nova Iorque, surge perante os nossos olhos como um pacato «agente da ordem» que não deixa de nos surpreender com a sua aterradora e aterrada vulnerabilidade face ao pânico de morte em que involuntariamente se envolve. Tudo começa quando ele vem a Los Angeles para reacender a chama de um casamento em declínio e celebrar com a mulher e os filhos a véspera de Natal. Mas outras «chamas» o aguardam! Chegado ao arranha-céus onde se realiza a festa anual da empresa em que a mulher trabalha, eis que os convivas (e o nosso herói) são surpreendidos pelo ataque de um grupo de terroristas que os converte em reféns durante a tentativa de roubarem centenas de milhões de dólares em acções, à guarda de um cofre-forte. É então que McLane, fazendo das fraquezas forças, se vê perante a necessidade de resolver, praticamente só e sempre à beira do colapso final, uma tão complexa situação. O que se segue é indescritível, com cenas de acção e extrema violência como raramente o cinema nos deu, com efeitos especiais que valem pela eficácia e «naturalidade» com que são colocados ao serviço da encenação e da montagem, com uma banda sonora esmagadora e, ainda, alguns perfeitos achados como a cena de autêntico bailado em que se transforma o duelo final ou a comunicação de rádio do aterrorizado McLean com o único ponto de ajuda no exterior - um outro normalíssimo e bonacheirão polícia, negro, com quem só na última cena fisicamente contacta ao cair-lhe nos braços... Destaque, ainda, para uma impecável distribuição de actores que adequadamente escolhe essa figura-de-todos-os-dias de *Modelo e Detective* (Bruce Wllis) para primeira figura de cartaz, brilhantemente acompanhado por um surpreendente Alan Rickman (actor britânico da *Royal Shakespeare Company*), na exemplar composição do sinistro cérebro terrorista, e por Bonnie Bedelia, no papel da mulher de McLean. Os adeptos do género não podem perder.

Sexta, 22.30, Canal 1

Este Obscuro Objecto do Desejo

«Cet Obscur Object du Désir», (Fr./Esp./1977). Realização de Luis Buñuel. Interpretação de Fernando Rey, Angela Molina, Carole Bouquet, André Weber, Julien Bertheau, Piéral, Bernard Musson. Cor, 99 minutos.

Filme em que, ao contrário dos dois anteriores do mesmo autor, o conteúdo das referências políticas não é imediatamente visível, esta última obra de Luis Buñuel vem culminar e completar, da melhor maneira, tudo o que já experimentáramos nos outros dois exemplares da trilogia projectada pela RTP. Exemplarmente interpretado por Fernando Rey - um dos actores preferidos do realizador e inevitavelmente ligado ao carácter inquietante e incomum das personagens a que, nos melhores casos, dá corpo - Mathieu Faber é um homem atormentado e alienado pela impossibilidade de consumar o desejo pela sua jovem amante. E, por entre o contar da sua história durante uma viagem de comboio para Paris, o espectador acha-se, mais uma vez, perante um mundo fragmentado e, neste caso, povoado por personagens tão «próximas» e tão «distantes» como um magistrado, uma jovem passageira, um guitarrista, um grupo de turistas japoneses, por entre a explosão de um carro armadilhado e o constante esgueirar de Conchita - a amante de Mathieu - interpretada por duas actrizes (!). Adaptação de um romance de Pierre Louÿs, *La Femme et Le Pantin*, anteriormente adaptado ao cinema por Sternberg (1935) e Duvivier (1958).

Sexta, 23.20, TV 2

Lábios de Aluguer

«Rented Lips», (EUA/1988). Realização de Robert Downey. Interpretação de Martin Mull, Dick Shawn, Jennifer Tilly, Edy Williams, Robert Downey, Jr. Cor, 88 minutos.

História medíocre sobre a realização de um filme pornográfico, com acção passada nos tempos da Alemanha nazi, como forma de dois realizadores «sérios» ganharem a vida, este é mais um filme que dá o tom ao «serviço público de televisão» que nos pretendem impor, pela noite dentro...

Sexta, 01.35, Canal 1

O Maior Império do Mundo

«The Mongols», (It./Fr./1960). Realização de André De Toth, Leopoldo Savona e Ricardo Freda. Interpretação de Jack Palance, Anita Ekberg, Antonella Lualdi, Franco Silva, Roldano Lupi, Gabriella Pallo. Cor, 112 minutos.

A simples enumeração dos três principais intérpretes e a pressuposição de constantemente termos de topar com os lábios desencontrados de, pelo menos, dois deles (ou duas delas) a tentar pós-sincronizar - para a versão americana, claro - essa espécie de *esperanto*, típico das «co-produções de grande espectáculo», dão a ideia do que nos espera. Com enredo situado durante a invasão mongol da Europa Central, no século XIII, e um indispensável Palance na figura de Gengis Khan, este filme é mais uma das habituais «reconstituições históricas» *made in Europa* para concorrer com as «reconstituições históricas» *made in USA*. A crítica especializada costuma tecer desenvolvidas elucubrações sobre o género *peplum*, que tudo isto engloba... Mas a decisão final é sua, naturalmente.

Sábado, 11.35, TV 2

«Este Obscuro Objecto do Desejo», o último grande filme do ciclo Buñuel

Em Busca da Esmeralda Perdida

«Romancing The Stone», (EUA/1984). Realização de Robert Zemeckis. Interpretação de Kathleen Turner, Michael Douglas, Danny DeVito, Zack Norman, Alfonso Arau, Manuel Ojeda. Cor, 105 minutos.

Isolada no seu apartamento de Nova Iorque, uma jovem escritora leva tão a sério o seu desespero pela impossibilidade de identificação com as heroínas que descobre, que, a todo o momento, lamenta nunca na vida real ter passado ou sequer esperar vir a passar pelas aventuras e pelas paixões (admiravelmente inventadas nas imagens iniciais da «ficção dentro da ficção») que lhes faz intensamente viver. Mas eis que um alarmante telefonema surge e a nossa escritora se vê transportada para a Colômbia, onde, por entre ditadores e traficantes de droga, e com a sedutora ajuda de um aventureiro compatriota, tenta salvar de todos os perigos a sua melhor amiga. Produzido pelo próprio Michael Douglas e encenado por um dos melhores realizadores americanos dos anos 80, Robert Zemeckis, «...Esmeralda Perdida» é um agradável filme de acção e aventuras que, para além das citações dos *clichés* do género, arrancados ao passado, contém algumas referências críticas interessantes - por exemplo, ao «feminismo militante», irónica e subtilmente abordado em algumas sequências. Destaque não apenas para a magistral transformação da personalidade, «vivida» por Kathleen Turner, como também para o brilhante papel «secundário» de Michael Douglas, sem esquecer o impagável Danny DeVito no indispensável vilão.

Sábado, 15.10, SIC

As Quatro Penas Brancas

«The Four Feathers», (EUA/1977). Realização de Don Sharp. Interpretação de Beau Bridges, Robert Powell, Simon Ward, Richard Johnson, Jane Seymour, Harry Andrews. Cor, 110 minutos.

Este telefilme é uma entre (já) cinco versões do homónimo romance de aventuras de A. E. W. Mason. Embora, neste âmbito, acima da média, não resiste à comparação com o «clássico» de Zoltan Korda. A não ser que a RTP se tenha enganado no Boletim de Informação. Não seria a primeira vez.

Sábado, 16.35, Canal 1

Perry Mason: O Caso da Lição Mortal

«Perry Mason: The Case of The Lethal Lesson», (EUA/1989). Realização de Christian I e Nyby II. Interpretação de Raymond Burr, Barbara Hale, William Katt, David Ogden Stiers, David Hasselhoff, John Beck. Cor, 100 minutos.

Mais um caso para Perry Mason resolver: desta vez, o filho de um seu amigo de longa data é assassinado e o advogado vai defender o acusado do crime, um estudante de Direito.

Sábado, 22.45, SIC

Comando

«Commando», (EUA/1985). Realização de Marl L. Lester. Interpretação de Arnold Schwarzeneger, Ray Down Chong, Dan Hedaya, Vernon Wells, James Olson, David Patrick Kelly, Alyssa Milano, Bill Duke. Cor, 87 minutos.

Tão violento como risível, uma *pessegada* de Schwarzeneger para adeptos do género.

Sábado, 23.10, Canal 1

A Marca do Assassino

«Badge of The Assassin», (EUA/1985). Realização de Mel Damski. Interpretação de James Woods, Yaphet Kotto, Alex Rocco, David Harris, Steven Keats, Larry Riley. Cor, 94 minutos.

Baseado no relato verídico de um dos principais personagens (Robert Tannenbaum, assistente do Procurador Público de Manhattan), este telefilme conta a história da investigação sobre o assassínio de dois polícias.

Sábado, 02.30, Canal 1

A Rapariga das Violetas

«La Violetera», (Esp./1958). Realização de Luis Cesar Amadori. Interpretação de Sara Montiel, Raf Vallone. Cor, 111 minutos.

Alguma mistura de *kitch* e melancolia, num ciclo e num espaço («Chiado Terrasse») que, além da irresistível Sarita, anuncia para breve Carmen Miranda...

Domingo, 15.10, SIC

Ernesto na Prisão

«Ernest Goes to Jail», (EUA/1990). Realização de John Cherry. Interpretação de Jim Varney, Gailard Sartain, Bill Byrge, Barbara Bush, Barry Scott. Cor, 78 minutos.

Comédia dos Estúdios Disney, sequela (terceira dose) de uma história (de sucesso) à volta de Ernest P. Worrell, um apresentador de televisão.

Domingo, 15.40, Canal 1

Os Amantes de Maria

«Maria's Lovers», (EUA/1984). Realização de Andrei Konchalowsky. Interpretação de Nastassia Kinski, John Savage, Robert Mitchum, Keith Carradine, Anita Morris, Bud Cort, Tracy Nelson, Vincent Spano. Cor, 100 minutos.

Primeiro filme realizado nos EUA por Konchalowsky, após o seu êxito internacional com «Sibiriade», «Os Amantes de Maria» é um filme sensível e, por vezes brilhantemente encenado, que nos conta a história de um soldado regressado no fim da II Guerra Mundial à sua terra natal, Brownsville, Pennsylvania, após ter passado pelas agruras de um campo de concentração japonês. Ainda traumatizado pelos horrores da guerra, reencontra o seu amor de infância, Maria, com quem casa, mas o insucesso sexual leva o casal à separação. Destaque para a excelente e comovente interpretação de Nasstassja Kinski e para a integração de cenas filmadas a «preto e branco» por Konchalowsky em uma sequência do documentário *Let*

Agenda

There Be Light, de John Huston, com que o filme abre. Uma boa oportunidade para escapar ao interminável «Araponga» e, se tiver sorte, ainda apanhar o filme de Coppola.

Domingo, 21.00, SIC

Os Marginais

«The Outsiders», (EUA/1983). Realização de Francis Ford Coppola. Interpretação de C. Thomas Howell, Matt Dillon, Ralph Macchio, Patrick Swayze, Rob Lowe, Diane Lane, Emilio Estevez, Tom Cruise, Tom Waits. Cor, 87 minutos.

O ponto de partida para este filme de Coppola é o *best seller* homónimo de uma jovem escritora de 17 anos, Susan Hinton (que, aliás, também viria a colaborar com o realizador em *Rumble Fish*). É, assim, natural que o argumento se debruce sobre as peripécias e as agruras da vida de um punhado de adolescentes, embora situado nos anos 60. Evocando o melodrama clássico dos anos 50, Coppola encena, entretanto, um filme excelente, embora de certa forma irregular, em que sobretudo se destaca um grupo de jovens e talentosos actores, hoje no primeiro plano do cinema americano.

Domingo, 22.30, TV 2

Ódios Eternos

«Roseanna McCoy», (EUA/1949). Realização de Irving Reis, Farley Granger, Joan Evans, Charles Bickford, Raymond Massey, Richard Basehart, Aline MacMahon. Cor, 100 minutos.

Um melodrama à volta das feridas do amor de dois jovens amantes.

Segunda, 15.30, Canal 1

Querelle, Um Pacto com o Diabo

«Querelle», (RFA/1982). Realização de Rainer Werner Fassbinder. Interpretação de Brad Davis, Franco Nero, Jeanne Moreau, Gunther Kaufmann, Hanno Porschl. Cor, 120 minutos.

Adaptação falhada de um romance de Jean Genet, um «objecto fílmico» decadente e repelente, último filme de um consagrado (e controverso) cineasta alemão.

Segunda, 23.30, TV 2

Viva o Rock'n'Roll

«American Hot Wax», (EUA/1978). Realização de Floyd Mutrux. Interpretação de Tim McIntire, Fran Dresher, Jay Leno, John Lehne, Laraine Newman, Jeff Altman, Chuck Berry, Jerry Lee Lewis.

Um filme desigual, mas interessante, sobre a vida de um *disc jokey* dos anos 50. Alguns exemplos musicais dos primeiros tempos do *rock'n'roll*, dão ao filme o sabor e o ambiente indispensáveis.

Segunda, 01.00, Canal 1

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A El Rey Pasmado	★★★	★★★	★★★★
B Instinto Fatal	★★★	★★★	★★★
C Melhores Intenções	—	★★★★	—
D O Último Mergulho	★★★	—	★★★
E Uma Questão de Confiança	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Imanol Uribe — **King Triplex** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30) — **Lisboa.**
B — Real. Paul Verhoeven — **Alfa Club/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Fonte Nova/1** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Quarteto/2** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Terminal/1** (15.00, 17.15, 19.30, 21.45) — **Lisboa.**
C — Real. Bille August — **Amoreiras/10** (18.30, 21.45), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa.**
D — Real. João César — **King Triplex** (13.30, 15.30, 19.30, 21.30) — **Lisboa.**
E — Hal Hartley — **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — **Lisboa.**

«They Knew What They Wanted»

(EUA/1940). Realização de Garson Kanin. Interpretação de Carole Lombard, Charles Laughton, William Gargan, Harry Carey, Frank Fay. P/B, 96 minutos.

História de um viticultor «italiano» da Califórnia que escreve cartas à criada com propostas de casamento, esta é a terceira adaptação ao cinema de uma peça teatral de Robert Andrey e Sidney Howard, com dois grandes papéis de Charles Laughton e Carole Lombard.

Terça, 15.30, Canal 1

A Insustentável Leveza do Ser

«The Unbearable Lightness of Being», (EUA/1988). Realização de Philip Kaufman. Interpretação de Daniel Day-Lewis, Julliette Binoche, Lena Olin, Derek de Lint, Erland Josephson, Pavel Landovsky, Donald Moffat.

Holly Hunter e Richard Dreyfuss, em «Sempre», de Spielberg

Com algumas interpretações desastradas e a decepção provocada por alguns episódios (como o da Suíça) - a seu tempo referidas pela crítica e retomadas pelas referências - o argumento de Jean-Claude Carrière traduz com fidelidade alguns aspectos do erotismo do original de Kundera e a visão, deste, dos invernos e das primaveras de todas as Pragas. Quanto à realização de Kaufman, como o futuro iria provar, estamos conversados...

Terça, 21.20, SIC

A Inglesa Romântica

«The Romantic Englishwoman», (Gr.Br./1975). Realização de Joseph Losey. Interpretação de Michael Caine, Glenda Jackson, Helmut Berger, Beatrice Romand, Kate Nelligan, Nathalie Delon, Michel Lonsdale. Cor, 115 minutos.

Um filme de Joseph Losey, com uma história interessante e credível, num ambiente tipicamente britânico, em que um famoso escritor (Michael Caine), casado com uma bela mulher (Glenda Jackson), convida um amigo (o «inevitável» Helmut Berger) para o inspirar a inventar um argumento para o cinema.

Terça, 23.30, TV 2

Os Dois Magníficos

«The Magnificent Two», (Gr.Br./1967). Realização de Cliff Owen. Interpretação de Ernle Wise, Eric Morecamb. Cor, 100 minutos.

Quarta, 15.30, Canal 1

Sempre

«Always», (EUA/1990). Realização de Steven Spielberg. Interpretação de Richard Dreyfuss, Holly Hunter, John Goodman, Brad Johnson, Audrey Hepburn. Cor, 123 minutos.

O toque do «maravilhoso», que é de esperar em Spielberg, está como é natural patente neste filme que, no entanto, independentemente de algumas brilhantes sequências, raramente atinge o muito que promete, sobretudo se o compararmos com o original de que é *remake* - «A Guy Named Joe», de Victor Fleming (1943). Um piloto especializado na extinção aérea de grandes fogos morre, em missão, mas regressa, em espírito, para ajudar um outro piloto na arte da mesma profissão e no amor por uma mesma mulher... Duas grandes interpretações de Holly Hunter e Richard Dreyfuss (embora, este, sem fazer esquecer o «original», de Spencer Tracy) e a curiosidade (passe a expressão!) de as cenas de incêndio terem sido filmadas durante a tragédia, real, da grande devastação do Yellowstone National Park, em 1988.

Quarta, 21.45, Canal 1

A Jornada do Medo

«Journey Into Fear» (EUA/1942). Realização de Norman Foster. Interpretação de Orson Wells, Joseph Cotten, Dolores Del Rio, Ruth Warrick, Agnes Moorehead, verett Sloane, Jack Moss, Hans Conried. P/B, 69 minutos.

Eis mais uma das tropelias feitas pelos produtores a Orson Wells: um filme que lhe foi positivamente tirado das mãos para ser acabado por outro realizador - Norman Foster. O próprio Wells diria numa entrevista aos *Cahiers du Cinèma* que, embora tenha inicialmente «desenhado» o filme, acabara por nunca o «encenar», no verdadeiro sentido do termo. A história, passada no meio de agentes secretos e criminosos profissionais que procuram, uns, apoderar-se de planos de guerra nazis e, outros, liquidar quem deles se apodera, é, entretanto, interessante e algumas das cenas, como a do contrabando de armas para a Turquia, ainda hoje constituem uma referência no género.

Quarta, 00.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários e conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

CINE TEATRO D.JOÃO V

Damaia. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **ONDE ESTÁ A MÚSICA?**, de Costa Ferreira, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta *(de 8 a 16 de Outubro)*

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 21.30: **O QUIOSQUE**, texto e encenação de Fernando Gomes.

PRISÃO DAS MÓNICAS

Trav. das Mónicas. Tel. 8862205. De 4ª a sáb. às 22.00: **O REGRESSO DE IFIGÉNIA**, textos de Yannis Ritsos, direcção de Carlos Pimenta.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **APANHADOS NO DIVÃ**, de Joe Orton, enecenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO S. LUIZ

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. - Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às 21.30: **A ARTE DA COMÉDIA**, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas. - 6ª às 21.30: **NÁPOLES MILIONÁRIA**, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produções da Companhia Teatral do Chiado).

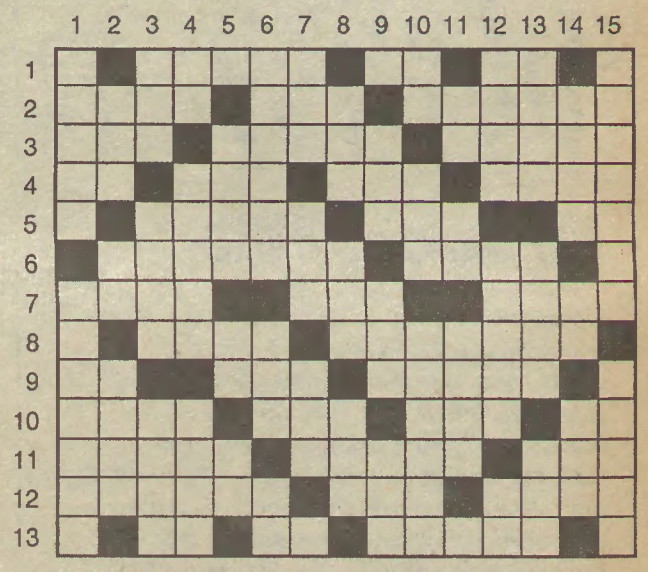
TEATRO DA TRINDADE

Sala Estúdio, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **UM SABOR A MEL**, de Shelag Delaney, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo *(repõe no dia 11/10)*

Tempo

Descida de temperatura, aguaceiros e vento fraco.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Colmo; aqui; antes do meio-dia. 2 — (... Armstrong), primeiro homem a pisar a Lua; lavra; desvia. 3 — Imposto sobre o Valor Acrescentado; arrenda; privai da vida. 4 — Porco; naquele lugar; árvore cuja casca aromatiza o vinho; passar de dentro para fora. 5 — Respeita; víscera dupla; Ouro (s.q.). 6 — Fomenta; transpiração. 7 — Que durou ou durará um ano; ave corredora; brando. 8 — Grande pedra ou laje; escrituração comercial. 9 — Elas; reza; recinto circular onde se correm os touros. 10 — Dose (fig.); princípio (fig.); sacerdote muçulmano; isolado. 11 — Irritais; azeitona; prep. indicativa de substituição. 12 — (Chico...), um dos primeiros a alertar-nos sobre os perigos que ameaçam a floresta amazónica, o que lhe valeu ser assassinado; nome feminino; deserto. 13 — Caminhava; 49 em numeração romana; invólucro acessório da semente de alguns frutos.

VERTICAIS: 1 — Nome feminino; sossega. 2 — Duração sem fim; consoantes da palavra «pano»; cure. 3 — Recipiente de pedra para líquidos; terra própria para cultura; espécie de cipó, com que se enrolam no Brasil as folhas de tabaco, depois de secas. 4 — Alumínio (s.q.); além; ópera de Verdi. 5 — Fazem subir; poeira; igreja episcopal. 6 — Bafo; argola; nota musical. 7 — Espécie de sapo das regiões do Amazonas; pássaro; na água. 9 — Rio suíço; membro das aves; partida. 10 — Prefixo de movimento; lírio; furar em muitos pontos. 11 — Entre; filho de burro e égua; manobra os remos. 12 — Adoras; agoura; artigo antigo. 13 — (Rosa...), venceu a Maratona dos Jogos Olímpicos de Seul; rumo; a favor de. 14 — Apupo; nota musical; ruído. 15 — Capital do Líbano; orifícios da pele.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Capaz; par; borla. 2 — Atol; damas; rios. 3 — Bar; SOS; apa. 4 — Ri; avos; Peso; Er. 5 — Asi; operara; asa. 6 — Lá; tui. 7 — Cebola; umbela. 8 — Sá; Ra. 9 — Eco; gravata; sam. 10 — Má; dias; raio; mp. 11 — Ivo; sim; mia. 12 — Dava; catar; doar. 13 — Orada; rás; Gable.

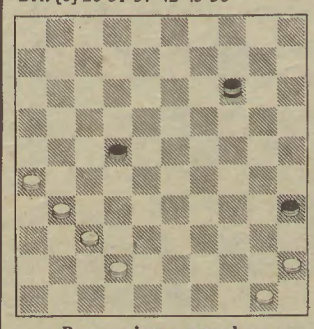
VERTICAIS: 1 — Cabral; temido. 2 — Atais; cavar. 3 — Pôr; ileso; ova. 4 — Al; aba; ad. 5 — Evo; giz. 6 — Opilara. 7 — Passe; assar. 8 — Amo; ró; IV; itá. 9 — Raspa; armas. 10 — Eremita. 11 — Usa; aio. 12 — Or; ter; dá. 13 — Ria; aulas; mob. 14 — Lopes; amial. 15 — Asaras; ampare.

DAMAS

CCCLXXVI
8 de Outubro de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D081

Por: HENRI GHILAND
Secrets et merveilles de Jeu de Dames
1958

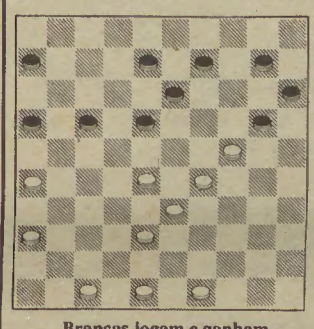
Pr.: [3] (14)-22-35
Br.: [6] 26-31-37-42-45-50



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D082
Por: MARIUS FABRE
1930

Pr.: [10] 6-8-9-10-13-15-16-17-18-20
Br.: [10] 24-26-28-29-33-36-38-47-48-49



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXVI

N.º 1992D081 [H. Ch]: 1. 42-38, (14x46); **2.** 31-27, (22x31); **3.** 26x37, (46x43); **4.** 45-40, (35x44); **5.** 50x48+

Se: 3...., (46x49); **4.** 50-44 e +

N.º 1992D082 [M. F.]: 1. 28-22, (17x39); **2.** 26-21, (16x27); **3.** 36-31, (27x36), **4.** 47-41, (36x47); **5.** 49-43, (47x33); **6.** 29x38, (20x39); **7-** 43x5+

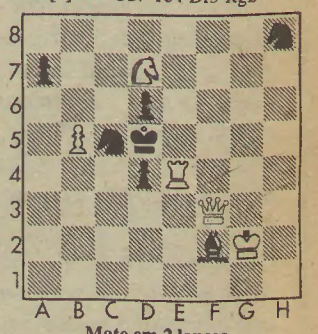
A. de M. M.

XADREZ

CCCLXXVI
8 de Outubro de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X081

Por: JOSEF POSPISIL
Gazzetta Litteraria, 1887-89

Pr.: [7] Psa7, d4, d6-Csç5, h8-Bf2-Rd5
Br.: [5] Pb5-Cd7-Té4-Df3-Rg2

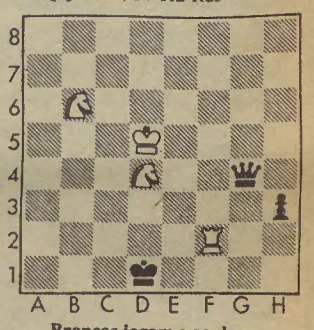


Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X082

Por: ALEKSIEI ALEKSIEVIC TROITZKI
Magyar Sakkvilag, 1930

Pr.: [3] Ph3-Dg4-Rd1
Br.: [4] Cs.b6, d4-Tf2-Rd5



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXVI

N.º 1992X081 [J. P.]: 1. Dç3!!; d:ç3; **2.** Cf6++
1. ..., C:é4; **2.** Db3++
1. ..., R:é4; **2.** Df3++
N.º 1992X082 [A. A. T.]: 1. Tf1+, Rd2; **2.** Cç4+, Rç3; **3.** Tç1+, Rb4; **4.** Tb1+, Ra4; **5.** Ta1+, Rb4; **6.** Cç6+, Rç3; **7.** Ta3+, Rç2; **8.** Cé3+, Rb2; **9.** C:g4, R:a3; **10.** Ch2 e ganha.

A. de M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Certidão de óbito

Maastricht encontra-se em processo de desmoronamento. Melhor seria dizer de apodrecimento já, e quase ninguém se recorda da euforia que suscitou na «família» o seu torto nascimento, há menos de um ano, na pequena cidade holandesa que ninguém quase conhecia.
Após o Não rotundo da Dinamarca, cujo povo se apercebeu, apesar da intensa propaganda dos partidos em que votara e dos sindicatos em que milita, dos perigo e agravos à soberania que o Tratado continha, o documento assinado pelos dirigentes dos Doze estados da Comunidade entrou de imediato em colapso técnico-jurídico. Como quem diz, em coma.
O Sinzinho francês não veio ajudar nada a restabelecer a precária saúde do recém-nascido monstro. Da farronca antidinamarquesa mostrada pelos grandes e apoiada pelos pequenos políticos europeus, a atmosfera passou a ser mais pesada, e o optimismo deu lugar à preocupação.
A crise desencadeada pela manipulação alemã das taxas de juro, abatendo-se sobre quase todas as moedas e levando a Grã-Bretanha a tirar a Libra do Sistema Monetário, como quem tira o cavalo da chuva, e, mais tarde, a Lira italiana a exceder os limites de desvalorização que o mesmo lhe impunha, mostrou bem as fraquezas em que assenta o megalómano projecto de Maastricht, a que permanecem amarrados os pequenos países, enquanto os grandes o desrespeitam à vontade.
Mostrou ainda o crescente poder alemão nesta Europa que, com Maastricht, não é de cooperação mas de coerção, não é de negociação e diálogo mas de intriga e golpe baixo.
Tudo isto os comunistas, em boa parte da Europa, já o haviam denunciado. De tudo isto, por outro lado, se serve uma extrema-direita que pretende alargar a sua influência política e eleitoral aproveitando o descrédito e o protesto de camadas atingidas pela política dos grandes monopólios transnacionais.
Enquanto Maastricht sofre derrotas e se acentua o repúdio pelo Tratado entre os povos europeus, enquanto alguns dos seus mentores já vêm defender a renegociação e a reescrita do Tratado, alguns, mais espertos, apertam publicamente o nariz aos sinais de apodrecimento. Há mesmo quem lhe tenha, antecipadamente, passado a certidão de óbito.
Foi o que fez recentemente um notável do PSD, ex-ministro das Finanças da defunta «AD». Cavaco Silva deve pensar que se trata de um rato a abondonar o navio, provavelmente já olha em volta à procura de sinais de naufrágio. João Salgueiro, que ainda há pouco era presidente do Banco de Fomento, deu, praticamente logo à saída de tal cargo, uma entrevista ao último número do «Semanário Económico». Enquanto estava à frente do BFE, calou-se bem calado. Agora vem não apenas dizer que a entrada do Escudo no Sistema Monetário Europeu foi prematura, como afirma redondamente que Maastricht está morto!
Salgueiro explica-se, e diz que «não é possível escamotear os problemas que decorrem dos avanços para uma maior unidade política». E acusa os governantes que assinaram o Tratado de terem feito «uma negociação apressada concluída de madrugada (...) dando uma ideia atabalhoada e de quase clandestinidade ao Tratado de Maastricht».
Defendendo que «deveria ter havido maior prudência» e denunciando que «a maior parte dos governantes quanto mais declarações têm feito, mais interrogações suscitam», João Salgueiro nem sequer defende a renegociação, passa a certidão de óbito: «tal como está, o Tratado está morto, não é viável».
Se fosse poeta, diria:
Jaz morto e arrefecelo menino do PSD e do PS.

■ **LM**

Médicos em greve até ao fim do ano?

O Conselho Nacional da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) vai decidir em reunião de 18 de Outubro se convoca uma greve nacional «até ao fim do ano». Motivos? A destruição dos serviços públicos de saúde com a sua entrega à iniciativa privada, o não pagamento de horas extraordinárias aos médicos, a diminuição dos horários nos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) obrigando por vezes ao seu encerramento, faltas em hospitais de coisas essenciais como seringas, medicamentos, material de pensos ou até papel higiénico são apenas algumas das razões apontadas. A lista de reclamações dos médicos é, no entanto, bastante mais extensa...

A FNAM afirma que este é «o período mais negro» do funcionamento da generalidade dos serviços de saúde acusando em comunicado o ministro Arlindo de Carvalho de ter alterado «o tipo de intervenção pública da anterior ministra» da Saúde, «substituindo a agressividade e o insulto aos médicos pela contenção verbal e conseguindo o apoio e a cobertura política de alguns dirigentes da Ordem dos Médicos para as medidas mais graves».

Arlindo de Carvalho é acusado de «desrespeito sistemático» dos compromissos negociais assumidos com os médicos e de «total incompetência e ignorância» na gestão corrente do seu Ministério dando-se como exemplo recente as declarações públicas do ministro «afirmando que um projecto de decreto-lei sobre horários e serviços de urgência, aprovado em reunião de secretários de Estado, se tratava de um documento falso».

Não pagamento de retroactivos e dívidas em horas extraordinárias, manutenção inconstitucional de diferenças salariais entre médicos, manutenção ilegal do regime de transição do Novo Sistema Retributivo, «ofensiva ilegal» contra a dedicação exclusiva, controlo e limitação de prescrição de medicamentos, aprofundamento da governamentalização dos hospitais e ARS's, limitação «sem precedentes» da autonomia técnica científica do exercício da profissão médica, compadrio e clientelismo nos concursos de progressão na carreira, tentativas de eliminação de especialidades hospitalares e publicação de diplomas sobre internatos médicos extremamente lesivos para os jovens médicos são outros problemas que justificam esta posição da FNAM.

Vinte e nove mil alunos fora da Universidade

Mais de vinte e nove mil estudantes ficaram este ano fora do Ensino Superior público, segundo afirma a Juventude Comunista Portuguesa (JCP), num comunicado sobre os resultados divulgados a semana passada do concurso de acesso à universidade no recente ano lectivo onde se afirma que o Governo só criou 2700 novas vagas. «Os responsáveis do PSD pela Educação vêm dizer este ano que há mais vagas do que candidatos, informação interessante mas falseadora da realidade», diz o comunicado da JCP que esclarece: «Nos estabelecimentos do Ensino Superior Público junto com a Universidade Católica havia este ano 32 mil vagas e só nos estabelecimentos do Ensino Superior Privado e Cooperativo havia 30 mil vagas».

Para o secretariado da Direcção Nacional da JCP, «estes números mostram, por um lado, que ao contrário do que está consagrado na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, quase metade dos candidatos não tem possibilidade de entrar no Ensino Superior Público, tem que pagar por isso elevadas quantias se quiser estudar; por outro lado mostram claramente qual a filosofia deste Governo no que se refere ao acesso e frequência do Ensino Superior - quem quiser estudar tem de pagar».

«Mais grave se torna esta situação se soubermos que tem sido este mesmo Governo que tem promovido e apoiado a expansão indiscriminada de estebelecimentos do Ensino Superior Privado, muitos deles de qualidade duvidosa».

O comunicado acrescenta: «O crescimento do número de vagas tem sido insuficiente, não existindo por parte do Governo PSD qualquer esforço de alterar esta situação. Do ano passado para este surgiram mais 2700 vagas (...), quando são 30 mil estudantes que não têm lugar no Ensino Superior Público».

Os jovens comunistas reivindicam a aplicação de um plano de desenvolvimento do Ensino Superior «que aumente substancialmente a sua capacidade e torne possível num curto prazo acabar com o *numerus clausus*».

Denuncia a CNA: PSD e PS entendem-se (e depressa!) para roubar baldios aos povos

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - denuncia em comunicado a «pressa» com que PSD e PS «querem ver alterado e profundamente desfigurado o actual regime jurídico dos baldios» pois aqueles dois partidos «depois de se terem entendido em comissão da especialidade» na Assembleia da República «chegaram já a uma versão final, única, dos seus projectos sobre baldios» aprovados na generalidade no passado dia 2 de Julho «e preparam-se agora para a respectiva aprovação final imediata».

A CNA protesta «por mais esta tentativa de alteração das leis dos baldios que visa retirar o inalienável direito dos povos serranos à posse, fruição e admnistração dos seus bens comunitários e entregá-los, de forma aberta ou camuflada, a grandes interesses económicos useiros e vezeiros na sua cobiça e esbulho».

«A versão final em que PSD e PS se entenderam apesar de eliminar a linguagem ofensiva e arrogante de um dos projectos de lei aprovados em Julho, continua a insistir em escancarar as portas que levem, gradualmente, à alienação total dos baldios, numa clara afronta ao direito da propriedade comunitária e aos interesses dos povos serranos», afirma a organização de agricultores.

«A CNA não deixará de alertar e mobilizar os compartes e os agricultores serranos para a defesa de tais bens - parte integrante da nossa lavoura - através das mais diversas formas de protesto», afirma-se.

«No quadro de uma agricultura de montanha cada vez mais esquecida pelos nossos governantes, defender os baldios de mais este ataque é evitar a sua destruição, é evitar a desertificação humana e a eucaliptização selvagem em vastas regiões do país onde, graças aos proventos tirados da exploração dos baldios, os povos locais ainda podem viver», conclui o comunicado da CNA.

Campanha para monumento a Maria Lamas a chegar ao fim

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) aproveitou a comemoração na terça-feira passada do nascimento de Maria Lamas, a seis de Outubro de 1893, para iniciar a fase final da campanha de angariação de fundos para a instalação de um monumento em Torres Novas que homenageia «uma referência para as cidadãs e cidadãos que acreditam na liberdade, na democracia, igualdade e paz como valores essenciais da vida», conforme se lê num folheto que até ao próximo sábado está em circulação apelando a contribuições financeiras que concluam esta campanha.

Na mensagem pública, sob o tíltulo «Maria Lamas, um nome a manter presente, um monumento para recordar», o MDM realça o empenhamento e intervenção de Maria Lamas na sociedade: presa por diversas vezes no tempo do fascismo, foi eleita em 1953 membro do Conselho Mundial da Paz, foi membro da Associação Feminina para a Paz, em 1945 foi eleita Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portugesas. Em 1976 foi agraciada com a Ordem da Liberdade que recebe a dois de Abril de 1980 das mãos do então Presidente da República, General Ramalho Eanes.

Directora honorária da revista «Modas e Bordados», Maria Lamas publicou um trabalho sobre hábitos e vidas das mulheres portuguesas intitulado «Mulheres do meu país» para além de «Mulher e mundo» em 1952 e resultado de vinte anos de investigação. Em 1978, Maria Lamas assumiu o cargo de directora da revista «Mulheres».

Os apoios a esta iniciativa podem ser entregues directamente nas sedes do MDM onde se poderá adquirir um autocolante especialmente editado para esta campanha. Os donativos podem igualmente ser entregues na conta do Banco Totta & Açores nº. 28806190 - 001 Torres Novas, MDM - Monumento Homenagem a Maria Lamas.